

Expediente

Revista Advir - ISSN 1518-3769

Publicação da Associação de Docentes da Universidade
do Estado do Rio de Janeiro - Asduerj
Rua São Francisco Xavier, 524, 1º andar, Bloco D, Sala 1.026,
Maracanã - Rio de Janeiro/RJ - CEP 20550-013
Telefone: (21) 2334-0060 - Página eletrônica: <https://asduerj.org/revista-advir/>
Email: advir@asduerj.org.br

Sistema CNPq/Capes / Latindex - Sistema regional de información
en línea para revistas científicas de América Latina,
el Caribe, España y Portugal. Directorio, catálogo e índice.

DIRETORIA (BIÊNIO 2023-2025)

Presidente: Amanda Moreira

I Vice-Presidente: Cleier Marconsin

II Vice-Presidente: Frederico Irias

I Secretário: Dario de Sousa e Silva Filho

II Secretário: Leandro Moura

I Tesoureiro: Luciane da Silva Nascimento

EQUIPE TÉCNICA

Jornalistas: Sérgio Franklin e Guilherme Schneider

Pesquisa: Mira Caetano, Guilherme Schneider e Sérgio Franklin

Edição visual: Leila Braile

Edição eletrônica: Guilherme Schneider

Impressão: Gráfica Mandula

Secretaria: José Luís de Souza e Tainara Mourão

Auxiliares de Secretaria:

Wellington Federico e Zita Alves

Assessoria sindical: Mira Caetano

Informática: Luiz Cláudio Dias

Departamento Jurídico: Gustavo Berner

CONSELHO EDITORIAL

Amanda Moreira

Cleier Marconsin

Décio Rocha

Deise Mancebo

EDITORAS RESPONSÁVEIS

Amanda Moreira e Cleier Marconsin

Revista Advir / Associação de Docentes da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. n.44 (dez. 2024)- . – Rio de Janeiro: Asduerj, 2024 -

28 cm.

Semestral
ISSN 1518-3769

Primeira publicação em agosto de 1992. Edições especiais
Publicadas em dezembro de 2024, dezembro de 2002, julho de 1995.
Anual em 2016, 2014 e 2024.

1. Docência - Periódicos. I. Associação de Docentes da
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

CDD 370.05
CDU 37(05)

Revista Advir, número 44

Edição especial dos 45 anos da Asduerj

Editorial

**O contexto sócio-histórico de fundação da Asduerj:
ditadura militar e luta por direitos da classe trabalhadora**
Cleier Marconsin / p.6

**UERJ, de escolão à Universidade:
Movimento docente, Congresso interno e o Plano de carreira (1985)**
Carlos Eduardo Martins da Silva / p.16

**Regime de Trabalho em Tempo Integral com Dedicção Exclusiva como direito da
categoria docente da Uerj: exemplo de uma luta de longa duração da Asduerj**
Cleier Marconsin / p.25

**Marco do movimento contestatório da Uerj, greve de estudantes da Faculdade
de Serviço Social contra demissão de docentes completa 42 anos**
Depoimento do professor Ney Luiz Teixeira de Almeida / p.36

Depoimentos dos fundadores da Asduerj / p.40

Fragments de uma história / p.47

Asduerj e a luta contra as formas de opressão / p.51

Pode uma pós-graduação fazer greve? / p.54

Amanda Moreira da Silva, Antonio Carlos Ritto, Deise Mancebo, Denise Barata,
Emir Simão Sader, Estela Scheinvar, Esther Maria de Magalhães Arantes,
Eveline Bertino Algebaile, Floriano José Godinho de Oliveira, Gaudêncio Frigotto,
Katia Maria Teixeira Santorum, Luiz Antonio Saléh Amado, Marise Nogueira Ramos,
Pablo Antonio Amadeo Gentili, Rafael Bastos Costa de Oliveira e Raquel Marques Villardi
(Professores do Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas e Formação Humana)

**A recomposição inflacionária do funcionalismo fluminense como ponta do *iceberg* no mar
revolto das interpretações acerca da guerra fiscal federativa**

Manifesto dos Servidores do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro / p.56

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code ao lado
e veja os vídeos de todas entrevistas realizadas para esta
edição especial dos 45 anos da Asduerj.



Editorial

A Revista Advir 44, **Edição Especial dos 45 anos da Asduerj**, trata da Seção Sindical do ANDES-SN desde sua fundação, em 1979, até a atualidade, 2024.

Ou seja, buscou-se, nessa Edição Especial, uma aprofundada e criativa incursão de âmbito histórico, trazendo registros de dados e imagens de fontes diversas a respeito das lutas da organização docente, na Uerj, em seus 45 anos. Nesse sentido, abordou-se o contexto sócio-histórico brasileiro do período de construção do movimento docente, que se deu na luta contra a ditadura militar e por direitos da classe trabalhadora, incluindo a fundação do Andes-Sindicato Nacional, em 1981.

A partir do referido contexto, objetivou-se o aprofundamento dos aspectos histórico-políticos presentes no período da construção da Asduerj, as questões postas no processo, abordando a importância da militância de diferentes docentes que concretizaram a sua fundação. Além da abordagem teórico-histórica sobre o período, foi possível trazer, nessa Edição Especial, depoimentos individualizados de docentes fundadores sobre o processo vivido. Os depoimentos mostram que a luta da sociedade brasileira contra a ditadura militar, imposta a partir de abril de 1964, também se fez presente de maneira forte nas universidades. Tratava-se da contraposição permanente à imposição de rumos políticos ao ensino superior e aos direitos de trabalhadoras e trabalhadores das universidades, posta pela ditadura militar, e às perseguições contra docentes, técnico-administrativos/as e estudantes.

Abrange, no caminhar sócio-histórico, ao longo desses 45 anos, a consolidação da Asduerj nas lutas frente ao processo de desfinanciamento da universidade pública e seus impactos sobre a carreira docente, entendendo como aspecto fundante do processo a incansável luta por direitos. Além das permanentes ações por salários dignos e direitos trabalhistas, em geral, compreendendo greves, acampamentos, atos, passeatas, carreatas, bicicleatas e outras igualmente importantes, ganha destaque, nesse percorrer histórico, a luta pelo Regime de Trabalho em Tempo Integral

com Dedicção Exclusiva (RTTIDE) para docentes da Uerj. Destaque-se que, ainda hoje, essa luta se faz necessária, pois o Governo do Estado do Rio de Janeiro, até o momento, não explicitou a sua desistência em relação à Representação de Inconstitucionalidade interposta em 2023 contra o RTTIDE, apesar da vitória da Asduerj no Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

Pensando os diálogos da Asduerj com outros segmentos da universidade, nessa Edição Especial ganham destaque registros históricos da primeira greve estudantil ocorrida na Uerj, realizada por discentes da Faculdade de Serviço Social. Através de imagens e de entrevista com um ativista dessa greve, que hoje é professor da Uerj, penetramos nesse importante evento de luta estudantil.

Em “Fragmentos de uma história”, Advir sublinha as lutas da Asduerj pela democracia universitária e também pela recomposição salarial.

Essa Edição Especial também registra a relação da Asduerj, ao longo de sua trajetória política, com as lutas emancipatórias de movimentos sociais de atuação segmentar: LGBTQIA+, Mulheres, Negros, Povos originários, PCDs, Sem Terra, Sem Teto e outros igualmente importantes.

Ao final desse editorial, não se poderia deixar de registrar a atuação das trabalhadoras e trabalhadores da Asduerj que, em tempos passados e na atualidade, tem sido basilar para que a seção sindical, ao longo desses 45 anos, possa, decisivamente, materializar sua política de luta pela base. A elas e eles, o nosso mais profundo agradecimento!

Convidamos a todas, todos e todes à leitura da Revista Advir 44 - Edição Especial dos 45 Anos da Asduerj!

Cleier Marconsin
Diretoria da Asduerj (Biênio 2023-2025)

O CONTEXTO SÓCIO-HISTÓRICO DE FUNDAÇÃO DA ASDUERJ:

DITADURA MILITAR E LUTA POR DIREITOS DA CLASSE TRABALHADORA

Cleier Marconsin

Assistente Social; Mestre em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB); Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); Pós-Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP); Professora Associada Aposentada da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FSS/UERJ); Pesquisadora em Movimentos Sociais do Observatório do Trabalho e Políticas Públicas da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (OTPP/FSS/UERJ); Primeira Vice-Presidente da Asduerj (mandato 2023 - 2025).

Resumo: O artigo trata do contexto sócio-histórico brasileiro em que se dá a fundação da Associação de Docentes da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Asduerj), focando nas incidências da ditadura militar, imposta pelo golpe militar de 1964, na sociedade brasileira. A ditadura, impondo a política econômica do capital nacional e internacional se expressava em ataques aos direitos da classe trabalhadora, repressão e assassinatos de lutadores e lutadoras dos movimentos sociais e políticos que a confrontavam. No âmbito do aparato do Estado, as perseguições também se davam e, dentro dele, as universidades, juntamente com a ciência, se tornaram alvo permanente da vigilância de órgãos como o Sistema Nacional de Informação (SNI) e outros, em função da permanente luta contra os ataques vividos. É parte desse processo a decretação do AI 5, em conjunção com a Reforma Universitária de 1968. As mobilizações da classe trabalhadora, em especial seus movimentos grevistas de finais da década de 1970, avançando para a de 1980, despertaram a sociedade para os enfrentamentos à ditadura, incluindo docentes, técnico/as-administrativos/as e estudantes. Nas universidades, docentes que não coonestavam com a ditadura, passaram a organizar associações locais e nacionalmente. Esse contexto marca a fundação da Associação de Docentes da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Asduerj).

Palavras-chave: Ditadura militar, sindicatos, universidades, docentes, lutas

THE SOCIO-HISTORICAL CONTEXT OF THE FOUNDING OF ASDUERJ: MILITARY DICTATORSHIP AND THE FIGHT FOR WORKING CLASS RIGHTS

Abstract: This article deals with the Brazilian socio-historical context in which the Association of Teachers of the State University of Rio de Janeiro (Asduerj) was founded, focusing on the effects of the military dictatorship, imposed by the military coup of 1964, on Brazilian society. The dictatorship, imposing the economic policy of national and international capital, was expressed in attacks on the rights of the working class, repression and murders of fighters of the social and political movements that confronted it. Persecution also occurred within the State apparatus and, within it, universities, together with science, became a permanent target of surveillance by agencies such as the National Information System (SNI) and others, due to the ongoing fight against the attacks experienced. The enactment of AI 5, in conjunction with the University Reform of 1968, was part of this process. The mobilizations of the working class, especially the strike movements from the late 1970s through the 1980s, awakened society to the need to confront the dictatorship, including teachers, technical/administrative staff, and students. At universities, teachers who did not support the dictatorship began to organize local and national associations. This context marked the founding of the Association of Teachers of the State University of Rio de Janeiro (Asduerj).

Keywords: Military dictatorship, unions, universities, teachers, struggles

Introdução

A ditadura militar se impôs, no Brasil, representando uma linha de continuidade aprofundada do modelo de desenvolvimento dependente ou associado brasileiro, como destaca Ianni (1991) e, conseqüentemente, da secular tradição heterônoma que marca a nossa formação. Importante esse registro, porque o golpe militar de abril de 1964, que impôs a ditadura, permitiu que fosse dada a ênfase desejada pela burguesia brasileira ao papel do mercado, autonomizando a economia da política, aprofundando a dependência externa, na perspectiva da “modernização conservadora”. Como mostra Netto (1991, p.31) a “modernização conservadora” foi concretizada de acordo com os “interesses do monopólio capitalista: benesses ao capital estrangeiro e aos grandes grupos nativos, concentração e centralização em todos os níveis, etc.” Era necessário, para a burguesia brasileira, barrar as tentativas existentes no país, no período imediatamente anterior ao golpe, de mudança estrutural do modelo de desenvolvimento, na perspectiva da ruptura com a histórica dependência externa. Além desse contraditório processo, as lutas por direitos, desenvolvidas pela classe trabalhadora urbana e rural organizada, objetivando mudar o curso da história econômico-político-social do país, se tornavam fortes.

De fato, no período imediatamente anterior ao golpe militar de abril de 1964 vivia-se um quadro de efervescência política por parte da classe trabalhadora brasileira, que preocupava a burguesia, historicamente empenhada em mantê-la excluída da vida econômica e política. Para termos uma ideia das lutas travadas, desde a redemocratização, após o final da Segunda Guerra Mundial, até o período em tela, além da estabilidade no emprego, que ganhou *status* constitucional, a classe trabalhadora organizada conquistou o 13º salário, reivindicação central do movimento sindical desde 1953, após uma greve que envolveu trabalhadores e trabalhadoras em nível nacional. Avançou em termos de organização no campo e de luta pela reforma agrária.

Mas a efervescência referida afetava também os interesses do capitalismo internacional, porque se relacionava ao clima sócio-político vigente em todo o mundo. Segundo Netto (1991, p.142), a década de 1960 foi marcada por “terremotos” eco-

nômico-sociais e político-culturais que afetaram a sociedade contemporânea, sendo fenômeno de caráter internacional. A tensão nas estruturas sociais do mundo capitalista, quer nos países centrais, quer nos periféricos, ganhou caráter diferente, novo. Dentre os vários acontecimentos históricos do período, a Revolução Cubana, ocorrida em 1959, e seu ideário de libertação, reverberava em todos os continentes e a guerra do Vietnã mobilizava a juventude norte-americana. Assim, esse quadro, no Brasil, se concretizava no entrecruzamento entre amplos movimentos de luta sindical e lutas pela reordenação de recursos governamentais para as políticas sociais, movimentos com demandas sociais e culturais diversificados (mulheres, negros, jovens), em defesa do meio-ambiente, pela terra, por direitos sociais (educação, lazer, saúde, etc.), incluindo as denominadas “reformas de base”. Condições favoráveis passaram a existir para que as classes trabalhadoras se mobilizassem e se organizassem em defesa de seus interesses.

Do ponto de vista da educação superior estavam presentes o movimento estudantil e jovens docentes em defesa do ensino público. A União Nacional dos Estudantes (UNE), por exemplo, participava ativamente dessas lutas, dentre elas, a reforma universitária no contexto das “reformas de base” propostas pelo governo (VICENTINI; LUGLI, 2009, p. 139). Estava em pauta a discussão da reforma de todo o sistema de ensino, mas, em especial, o que se referia às universidades. No âmbito de docentes do ensino superior, dentre as várias questões postas em debate, como a luta pela democratização do ensino universitário, observa-se que a instituição da cátedra, que deu origem ao “catedrático vitalício, com poderes de nomeação ou demissão de auxiliares, era tida como empecilho à organização de uma carreira universitária”. Assim, dentre as várias frentes, lutava-se pela extinção da cátedra e a “adoção de tempo integral nos contratos docentes”.¹

Nessa quadra histórica, no Brasil, como aponta Netto (1991, p. 26), acirrou-se a contradição entre as “necessidades postas pela acumulação capitalista e a modalidade de intervenção, articulação e representação das classes e camadas sociais no sistema de poder político”. Potencializada e aprofundada pelas tensões, conflitos e lutas políticas e sociais, essa contradição engendrou, para o autor,

uma crise da forma de dominação burguesa no Brasil. Por um lado, a burguesia dirigente encontrava-se tensionada pela necessidade de definir-se entre um modelo de acumulação nacionalista, independente - com intervenção do Estado - e a continuidade do modelo econômico-político de desenvolvimento dependente. Por outro, os conflitos e as lutas políticas e sociais em que as classes trabalhadoras e setores da pequena-burguesia exigiam direitos e reformas estruturais aprofundavam a crise.

Potencializado esse complexo de elementos, ao longo do tempo, a crise econômico-política poderia agravar-se, colocando em risco o projeto de dominação burguesa e não apenas a forma como ele se desenvolvera até então. A solução se deu em um quadro de força através de um golpe militar que, em abril de 1964, instaurou a ditadura militar (MARCONSIN, 2009).

1. A ditadura militar em seus atos iniciais: incidências na estrutura sindical e trabalhista

O primeiro elemento a ser imposto após o golpe militar foi apolítica de salários, sob determinação do Conselho Nacional de Política Salarial da ditadura militar. Isso significava um rigoroso controle dos acordos privados e dos reajustes no âmbito do serviço público, ou seja, impôs-se o denominado “arrocho salarial” (MARCONSIN, 2009, p. 130). O segundo elemento diz respeito à restrição ao crédito e o terceiro deu ênfase ao estímulo a Investimentos Externos Diretos (IEDs) e à exportação. Tais elementos fizeram-se acompanhar da colaboração ativa de agências internacionais e de outros governos, mas, em particular, segundo Ianni (1981, pp.5-11), “do sistema multilateral da Aliança para o Progresso, de modo a acelerar a taxa de desenvolvimento econômico”, na perspectiva dependente.

Do ponto de vista das relações com a classe trabalhadora, esse quadro sócio-econômico-político foi fundamentalmente preciso em sua exclusão, negando seus direitos enquanto classe, dando cumprimento às soluções pelo alto, também históricas no Brasil.

Mais do que nunca, a questão social foi tratada com o binômio repressão seletiva/assistencialis-

mo. Para garantir o “arrocho salarial”, com base na doutrina da segurança e desenvolvimento, a ditadura militar utilizou-se da repressão policial, da censura, de leis próprias para a política salarial, além da intervenção em 130 sindicatos, federações e confederações².

Os dirigentes das organizações sob intervenção tinham seus direitos políticos cassados pelo Artigo 530 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Sob a égide da ditadura do grande capital, como define Ianni (1981), uma sistemática repressiva desenvolveu-se à medida em que as mais diversificadas e heterogêneas medidas econômicas, sociais, políticas e jurídicas eram colocadas em prática.

Conforme Mattos (2002, p. 67), entre 1964 e 1967, primeiro momento da ditadura militar, o movimento sindical foi amordaçado, com repressão e intervenções. Forte perseguição política e repressão policial para garantir que os direitos trabalhistas passassem por graves modificações regressivas foi a tônica. Dentre elas, vale destacar:

1. Proibição do direito de greve, com a Lei nº 4330, de junho de 1964, conhecida como a lei anti-greve.
2. Reajuste anual, baseado em índices unificados relativos à inflação, criado em 1964, tornado permanente pela Lei 5451 de 1968³;
3. Fim da estabilidade aos dez anos de serviço - substituída pelo Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), que aparecia como se fosse uma opção às trabalhadoras e trabalhadores⁴.

Em relação ao funcionamento dos sindicatos, as alterações regressivas foram impostas à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) no artigo 528, através do Decreto-Lei nº3 de 27/01/1966, dando cumprimento à assim denominada, pela ditadura militar, Doutrina de Segurança Nacional:

Ocorrendo dissídio ou circunstâncias que perturbem o funcionamento de entidade sindical ou motivos relevantes de segurança nacional, o Ministro do Trabalho e Previdência Social poderá nela intervir, por intermédio de Delegado ou de Junta Interventora, com atribuições para administrá-la e executar ou propor as medidas necessárias para normalizar-lhe o funcionamento (MARCONSIN, 2009, p. 132)

Importa registrar que esse processo atingiu diferentes setores, áreas e aspectos da sociedade, não apenas os sindicatos e as lutas mais gerais por direitos, ou seja, os rebatimentos das ações da ditadura se deram no âmbito da sociedade e do Estado como um todo. Em termos do Estado, pensando o objeto de nosso debate, qual seja, a conjuntura sócio-histórica no período de fundação da Asduerj, como representante de direitos de docentes da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, é necessário destacar as ações ditatoriais dirigidas especialmente à ciência e à educação, em suas relações orgânicas. É nesse recorte que ganham substância os ataques desfechados, permanentemente, pela ditadura militar, às universidades públicas, seus estudantes, trabalhadoras e trabalhadores.

2. Universidade e ditadura militar

Souza (2024, p. 11) mostra que a ditadura militar, em suas incidências na sociedade brasileira, "gradativamente militarizou os postos civis de direção do Estado e das instituições a ele subordinadas", dentre elas, as universidades públicas do país. Impôs a neutralização de "posições contrárias para levar adiante as reformas exigidas pelas classes sociais que alçaram os militares à posição de comando do país". Inclusive, ainda para Souza (2024, p. 11), parte considerável "do processo de militarização da sociedade brasileira foi plasmado no desenvolvimento da nossa ciência".

Ainda em 1964, após o golpe militar, ocorreu a 16ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). Nessa reunião, segundo Souza (2024, p. 13):

[...] foi inaugurada a marca histórica, na ciência brasileira, de reuniões cercadas por informantes da ditadura empresarial-militar. Como consequência, durante esses anos, centenas de informes dos órgãos da ditadura expressaram milhares de páginas de investigados.

A ciência brasileira, assim, estava sujeita ao controle da extrema-direita, que pretendia "direcionar e disputar sua inserção dentro do processo aberto com o golpe" (SOUZA, 2024, p. 14). Esse foi um processo que perdurou ao longo dos anos, sendo as reuniões da SBPC, posteriores, objetos constantes de policiamento da ditadura. Tendo a

ciência, como característica marcante, a capacidade de plasmar "contradições sociais mais amplas em seu interior", conforme mostra o autor (SOUZA, 2024, p. 15), no período em referência "ela foi particionada entre apoiadores e contestadores da ditadura empresarial-militar, ainda que com variados matizes intermediários". Nesse caminho, a perspectiva das classes dominantes, através dos agentes da ditadura, se fazia presente nas universidades, em todos os seus aspectos.

A luta de classes seguiria com todas as suas nuances dentro da universidade brasileira, polarizando interesses e colocando sobre a ciência nacional as marcas de classe de uma sociedade que submeter-se-ia nos anos seguintes ao acordo assinado entre o Ministério da Educação Brasileiro (MEC) e a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (*United States Agency for International Development*—USAID), que ficou conhecido como Acordo MEC- USAID (Souza, 2024, p. 11).

As universidades passaram a ser vigiadas diretamente. Esse processo viabilizou, e de forma grave, que os apoiadores da ditadura militar fossem instrumentalizados "para perseguição de contestadores, entre eles professores, mas não apenas". Realmente, como aponta Souza (2024, p. 14), em seus estudos sobre o período, a "delação de professores contra outros professores seria característica da ciência brasileira, na ditadura, assim como a instalação de locais de denúncias junto às reitorias universitárias". Nesses locais, as denúncias, além de serem contra docentes, se espalhavam ao conjunto de integrantes das comunidades universitárias, como técnicos/as administrativos/as e estudantes.

Do ponto de vista do movimento estudantil, a ditadura buscava controlar ostensivamente. Inclusive, após o golpe, um grupo de militares invadiu e incendiou a sede da União Nacional dos Estudantes (UNE), na Praia do Flamengo, na cidade do Rio de Janeiro, na noite mesmo de 30 de março para 1º de Abril. No mesmo caminho, por meio da Lei nº 4.464, de 9 de novembro de 1964, chamada Lei Suplicy de Lacerda, a UNE foi posta na ilegalidade.⁵

Ainda em 1964, conforme nos traz Souza (2024, p. 15), uma "ofensiva, com depuração institucional, iniciou-se com a chamada Operação

Limpeza, desencadeada com o Primeiro Ato Institucional (AI-1)”. Essa Operação Limpeza, além de atingir o Congresso Nacional, com suspensão de mandatos eletivos de seus membros e com ataques a “setores ligados à atividade política em geral”, voltou-se para dentro do aparato estatal com o objetivo de remover pessoal considerado esquerdista, dentro dele, as universidades foram alvos recorrentes. Ao longo dos anos, foram várias as universidades atacadas, como por exemplo, a Universidade de São Paulo (USP), a Universidade de Brasília (UnB) a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) dentre outras. Os “expurgos e prisões atingiram docentes importantes no mundo da ciência e das universidades brasileiras”, além de técnicos/as administrativos/as e estudantes, como apontamos anteriormente. Esses ataques tinham como propósito extinguir o que havia de contestação ao que se vivia na sociedade brasileira, e nas universidades, também (SOUZA, 2024, p. 15).

Observa-se, portanto, que a influência do pensamento autoritário na ciência brasileira não ocorreu sem contestações. Embora sempre acompanhadas de repressão, esse aspecto tem grande importância no processo, em especial, considerando-se o crescimento das universidades que ocorria, concomitantemente, no período.

De fato, um elemento histórico importante, à época, a ser destacado, aqui, diz respeito à ampliação do ensino superior, com o crescimento de cursos universitários e da Pós-Graduação. Como parte do processo societário em curso na sociedade brasileira, anteriormente ao golpe, havia pressões pela ampliação do ensino superior no país, sendo que essas pressões não se extinguíram com a imposição da ditadura militar. No processo, a disputa do mercado de cursos universitários privados se fortaleceu. Nesse caminho, estão inclusas as condições de funcionamento postas pela exigência de uma Reforma Universitária, com foco voltado aos interesses do mercado, mas que não poderia sair do controle da burocracia militar, portanto, incidia sobre a estrutura das universidades públicas, também.

Não poderia sair do controle da burocracia militar porque, ao mesmo tempo, as contestações em andamento na sociedade se agudizavam. Isso significou que, não obstante o clima extremamente repressivo, no ano de 1968 houve uma retomada

dos movimentos de luta na sociedade brasileira. As greves de Contagem (MG) e a de Osasco (SP)⁶, que objetivavam o fim do arrocho salarial e a criação do contrato coletivo de trabalho, são demonstrativas disso, marcando significativamente a memória do movimento sindical e político brasileiro (GIANNOTTI, 2007, pp.198-200).

No mesmo período, os estudantes também passaram a desenvolver ações de contestação política como passeatas e atos diversos⁷. Conforme mostra Netto (1991, p.37), formou-se uma frente ampla, unificando as “várias pontas, estudantes, sindicalistas e deputados oposicionistas”, que buscava confrontar a ditadura.

Como resposta a esse processo, ainda no ano de 1968, a ditadura militar buscou neutralizar e reprimir duramente esses setores de oposição, através de duas ações conjugadas, igualmente importantes: o Ato Institucional nº 5 (AI-5) e a Reforma Universitária.

O Ato Institucional nº 5 (AI-5) fechou o Congresso, cassando mandatos de deputados oposicionistas e de sindicalistas, prendendo estudantes, docentes, colocando os direitos políticos individuais sujeitos à suspensão por 10 anos, decretando o fim do *habeas corpus*, dentre outros ataques aos direitos. Já a “Reforma Universitária de 1968” foi instituída como parte da reestruturação e reforma do Estado brasileiro, no âmbito das universidades. Como apontamos anteriormente, foi composta pelo Acordo MEC- USAID, assinado entre o Ministério da Educação Brasileiro (MEC) e a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (*United States Agency for International Development – USAID*), sendo “implementada nos anos seguintes pelos professores favoráveis ao regime”. Conforme mostra Souza (2024, p. 17):

[...] Florestan Fernandes (2020), um dos professores aposentados compulsoriamente pela ditadura, em 1968, caracterizou esse processo como uma reforma universitária consentida, que, servindo como ajuste da educação superior aos interesses dos militares, contou com intelectuais e cientistas apoiadores do regime.

A partir desse período, o regime militar buscou estruturar, nas universidades, órgãos que centralizassem informações sobre o que considerava seu

inimigo interno, uma vez que havia muita contestação, ainda.

Houve, com isso, uma atuação conjunta, articulando a força da repressão aberta com a política educacional de reformas. Como expressão dessa combinação dentro da institucionalidade universitária, o período após o AI-5 significou a interiorização de novas determinações gerais na particularidade do processo educacional (SOUZA, 2024, 19).

Esse momento na educação superior, no Brasil, foi sustentado por repressão voltada para neutralizar as ideias contrárias à ditadura, mas, importa destacar, como mostra Souza, que estavam presentes nessas “novas determinações”, os “interesses de mercado no processo de privatização da educação”. Assim, o objetivo era possibilitar que as “empresas privadas de educação fossem as maiores beneficiárias da financeirização da educação”(2024, p. 19).

Isso se materializava de diversas maneiras, como o ensino voltado inteiramente para a formação de mão de obra “dócil” para o mercado, com demissões de docentes e técnico-administrativos/as que contestavam esse caminho e impedimento de serem contratados em outros órgãos públicos por muitos anos, expulsão e proibição de estudantes, que divergiam, de matricular-se em outros espaços de ensino, prisão, mortes, e outras ações punitivas e repressivas. Para materializar essa e outras políticas de interesse do mercado, pela ditadura, foram criadas as “Assessorias Especiais de Segurança e Informações (AEST’s), órgãos internos das universidades para investigação e obtenção de informações que funcionaram de forma articulada com as reitorias”. Além dessas Assessorias, a “utilização de agentes de informações no interior de salas de aula foi prática comum, sendo reconhecida na quase totalidade das instituições universitárias” brasileiras (SOUZA, 2024, pp. 19-20). Nesse processo, foi muito importante a implantação da Escola Superior de Guerra (ESG), em muitas universidades e as relações com o Sistema Nacional de Informações (SNI), sendo os professores formados nessa estrutura voltados para a delação.

Os cursos da ESG, portanto, tinham como objetivo espalhar a Doutrina de Segurança Nacional através de civis e militares nos cargos de direção

do Estado brasileiro e, assim, fomentaram parte dos interesses da ditadura dentro da estrutura universitária (SOUZA, 2024, p. 21).

O ano de 1968 iniciou, assim, o período mais repressivo da ditadura militar, aprofundando as “depurações e expurgos”, em termos gerais, na sociedade (SOUZA, 2024, p. 11). No interior desse quadro repressivo, ao longo dos tempos, a universidade brasileira, embora tenha se ampliado, como apontamos, sofreu duros ataques.

A Uerj não poderia ficar distante desse processo, embora de acordo com suas especificidades.

4. No contexto de luta contra a ditadura militar, a fundação da Asduerj

Importante registrar que, no âmbito da Uerj, conforme Mancebo (1996, p. 11, apud, SILVA, 2018, p. 41), não houve uma “intervenção militar, como em outras escolas do país”. Não houve necessidade disso, porque “o colaboracionismo estabelecido em 64, e reafirmado em 68, com o regime militar, traduzia afinidades que já estavam delineadas bem antes do golpe”. Esse adesismo da Uerj se dava inteiramente em acordo com os interesses do mercado, como se deu em nível nacional, mediante o sistema educacional proposto pelo regime militar, como mostra Mancebo (2006, p. 315, apud, SILVA, 2018, p. 41):

Em 1968, por ocasião da elaboração do Plano Integrado de Desenvolvimento (PID) da então UEG (Universidade do Estado da Guanabara), somente o ensino é cotejado, diretamente vinculado ao mercado de trabalho, o que acabou por aprofundar esta tendência anti-intelectualista. O ensino proposto no PID não se abalizava por preocupações acadêmicas, mas visava explicitamente a desestruturar a universidade como espaço de contestação e da ciência potencialmente transformadora, tornando-a um celeiro de formação de mão de obra dócil para o mercado de trabalho e de atividades instrumentalizadas para o desenvolvimento do *status quo*.

No entanto, apesar do adesismo, havia contestações na universidade como ocorria em termos nacionais. Segundo Silva (2018, p. 43), havia uma “gama significativa de militantes políticos resistentes à ditadura dentro dos quadros da universidade”. Ou seja, não era, a Uerj, um campo monolítico de adesão completa ao regime, o que

significava perseguição, repressão e prisões. No próprio ano de 1968, com a imposição da Reforma Universitária em conjunto com o Ato Institucional nº 5 (AI-5), ocorreram perseguições, prisões e mortes de estudantes⁸. Em 1969, com a imposição do Decreto-lei 477⁹, observa-se a perseguição e cassação de docentes. Nesse processo, assim como ocorreu em outras universidades públicas, também na Uerj (à época UEG) houve a instalação da Escola Superior de Guerra (ESG), que dava autoridade à universidade para vigiar e punir sua comunidade, em conjunto com o SNI.

Sabia-se que havia agentes da polícia política, que se infiltravam nas salas de aula, que perturbavam o juízo de todos, o tempo todo, o que causava um grande estresse e mal-estar, com desconfiança generalizada sobre quem poderia estar espionando e delatando. Isso não só ocorria com os agentes infiltrados pelas agências repressoras, mas também pelos alunos, funcionários ou professores que haviam sido recrutados a serviço da ditadura (BARROS, 2014, p. 111-114, apud SILVAp. 58).

Outro aspecto importante a destacar é que a Uerj, no que se refere ao investimento em pesquisa e à produção acadêmica se encontrava sem lastro e muito frágil. Evidentemente, a política da ditadura, de atendimento aos interesses do mercado, como apontamos anteriormente, permitia a continuidade desse processo. Nesse caminho, também não é possível identificar, no período, um “regime de trabalho docente” que pudesse organizar “a vida funcional de professores e professoras na universidade” (SILVA, 2018, p. 60).

Mas, como já identificamos, essa situação de atrelamento das universidades, em geral, à ditadura militar não impediu que docentes travassem a luta contra a condição autoritária e por organização do trabalho. Embora muitas vezes interrompida pela repressão, essa postura combativa tem continuidade a partir das décadas de 1970 e 1980, o que levou, efetivamente, à organização da categoria docente em diferentes espaços universitários, incluindo a Uerj. De fato, para Silva (2018, p. 70), na Uerj:

Os docentes que organizaram o movimento docente em sua fase inicial, do período final da década de 1970 e início da década de 1980, eram militantes da resistência democrática à ditadura empresarial-militar, que se encontravam na universidade anteriormente ao período

da redemocratização. Esse traço constitutivo da categoria professoral é específico da formação e da experiência docente da universidade. Portanto, o movimento dos professores foi potencializado pela presença significativa desses militantes que, contando com larga experiência de luta contra a ditadura militar, puderam engendrar a organização associativa da categoria.

Essa movimentação se expressou, na Uerj, no final dos anos 1970 e na década de 1980, como parte, também, das mudanças qualitativas que ocorreram no âmbito da mobilização coletiva de professores/as brasileiros/as. As reformas educacionais do regime militar levaram ao crescimento do número de docentes em termos de rede pública, ao mesmo tempo em que as condições salariais e de trabalho permaneciam precárias. Tratava-se de um cenário de arrocho salarial, como o que ocorria com a classe trabalhadora brasileira como um todo, reforçando um ciclo de mobilizações coletivas e de greves.

Assim, o final da década de 1970 se constitui um período em que as lutas de diferentes setores da sociedade brasileira contra a ditadura, se re- vigoraram. Do ponto de vista da classe operária, ocorreu um crescimento das greves contra o que Antunes (1988) identifica como superexploração do trabalho, imposto pela ditadura militar ao longo dos anos, para garantir a economia política imprescindível ao capital monopolista. Como apontamos anteriormente, além de perdas salariais, essa política foi concretizada com proibição de greves, desmantelamento das organizações e movimentos políticos, sindicais e populares bem como prisão, deportação e morte de suas vanguardas.

As ações ditatoriais, que ocorriam em todos os aspectos da vida em sociedade, ao imbricarem-se com a crise internacional do capital, que irrompe na transição dos anos 1960 para 1970, incluindo o Brasil, esgotando o padrão de acumulação desenvolvido pela autocracia burguesa, incide em sua dinâmica inteira, em especial, a partir de meados de 1970 até seu final, atravessando a década de 1980. As fissuras políticas frente à crise atingiram o próprio bloco no poder. O tripé de sustentação do padrão de acumulação — monopólios nacionais, internacionais e setor produtivo estatal — necessitava de alternativas econômicas do Estado para superar a crise que acirrava as dissensões políticas,

pois os segmentos negavam-se a assumir os custos dela. Ou seja, esse processo inicial da crise internacional do capital incidiu sobre a ditadura militar, também, explicitando que seu futuro imediato tendia a comprometer-se numa rede crescente de fenômenos de instabilidade. Entre a classe trabalhadora a insatisfação crescia, atingindo todas as suas camadas, espraiando-se pelo conjunto da sociedade brasileira.

Frente a esse quadro, a ditadura instituiu o que se denominou, à época, abertura lenta e gradual, na perspectiva de dar continuidade ao aniquilamento de qualquer forma de contestação radical e conquistar setores da sociedade brasileira com mediações políticas, porque só a coerção não bastava mais. Todavia, a reinserção da classe operária, com seu forte movimento grevista, abalou esse projeto.

Antunes (1988) considera que a crise foi um determinante desse movimento, e sua eclosão guarda relação contundente com as *explosões grevistas*. Em finais da década, mais exatamente no ano de 1978, esse processo desaguou nas Greves de Maio, que tiveram caráter de espontaneidade e grande participação, marcando o renascimento da ação político-sindical da classe trabalhadora no Brasil, após anos de dura repressão. As reivindicações abrangiam vários itens, mas centravam-se nos aumentos salariais, redução da jornada de trabalho, vigência da Convenção Coletiva de Trabalho, reconhecimento e estabilidade para delegados/as sindicais, incidindo também no reconhecimento do direito de greve, que tinha proibição imposta pela ditadura militar. Foram seguidas, em 1979, pela Greve Geral Metalúrgica. Para Antunes (1988), a Greve Geral Metalúrgica, de 1979, através do confronto declarado de trabalhadores e trabalhadoras ao Estado do capital, significou um passo adiante, escancarando, para a classe trabalhadora e a sociedade, em geral, sua nítida dimensão política.

Foi exatamente pelo fato de a efetivação das greves se contraporem ao pilar fundante da política econômica que o Estado ditatorial reagiu duramente, procurando, num primeiro momento, utilizar-se de um instrumental ideológico-persuasivo, para, posteriormente, descarregar sua dimensão marcadamente repressiva.

Mesmo com a repressão da ditadura, com prisão de lideranças, intervenção nos sindicatos, as greves de fins de 1970 avançaram para diferentes

categorias profissionais além da metalúrgica, como bancários/as, jornalistas, operários/as da construção civil, médicos/as, lixeiros/as e outras, incluindo aquelas alocadas nas instituições públicas, em geral, e nas universidades, em particular. Observa-se uma efervescência político-ideológica de grandes proporções na sociedade brasileira. Ou seja, essas lutas potencializaram outras já em andamento; pela Anistia, contra o alto custo de vida, pela reforma partidária, contra a violência doméstica, contra o racismo, pela reforma agrária, entre outras igualmente importantes.

Observa-se, nesse processo, também, a movimentação de docentes das redes públicas do ensino primário, secundário e superior. No âmbito de docentes do ensino superior significou a construção de uma identidade profissional, com perspectiva fundamentalmente trabalhista, o que a categoria não tinha vivido até então.

Foi exatamente nesse processo que ocorreu a fundação da Associação de Docentes da Uerj (Asduerj) e de outras associações de docentes de ensino superior, no Brasil. Na época, o funcionalismo estava proibido, pela ditadura, de construir sindicatos, então, passaram a se organizar em Associações. Nessa conjuntura, a Asduerj foi fundada como Associação dos Professores da Uerj (APUERJ), no dia 07 de maio de 1979, em uma assembleia com a presença de 92 professoras e professores, na Associação Brasileira de Imprensa (ABI), na cidade do Rio de Janeiro. Segundo relatos de docentes, que estavam construindo a organização, à época, não foi possível realizar a assembleia na universidade em função da Reitoria, do período, impedir a sessão de um local para o evento sindical.

O movimento docente da Uerj, como indica Silva (2018, p. 70) se constituiu de militantes da “resistência democrática à ditadura empresarial-militar, que se encontravam na universidade anteriormente ao período da redemocratização”, podendo, assim, “engendrar a organização associativa da categoria”, a partir da experiência de luta que portavam.

A categoria docente da Uerj, dentro do contexto da redemocratização, assim como professores das redes públicas do ensino básico, metalúrgicos, bancários, petroleiros, começaram a se

reorganizar e iniciaram intensas mobilizações por salário, condições justas de trabalho, defesa da democracia, direitos políticos e sociais.

Considerações finais

Essa conjuntura, que se expandiu desde o golpe militar, atravessando a vida universitária, porque se constitui parte da sociedade brasileira, com repressões, mortes e perseguições, como vimos, esteve composta, ao mesmo tempo, de muitas lutas. Desde quando se fortalece a luta de operários na sociedade, desde fins da década de 1970, amplos setores, dentre eles, trabalhadoras e trabalhadores das universidades se projetam na malha do combate mais organizado. Assim, nos anos seguintes, as diferentes associações de docentes já existentes, entre elas, a Asduerj, criaram a Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior – a ANDES.

Nesse período, muitas reivindicações dessa categoria foram sendo fermentadas em mobilizações cada vez mais expressivas e, no final da década, a categoria fez da greve um instrumento de luta fundamental. A primeira delas, de abrangência nacional, ocorreu entre 16 de novembro e 11 de dezembro de 1980, precedendo, inclusive, a fundação da Associação Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes). (MINTO, 2014, p. 293, apud SILVA, 2018, p. 71).

Era constituída como a ANDES - associação - porque, à época, como apontamos anteriormente, servidoras e servidores públicos estavam proibidos de constituírem sindicatos, sendo que essa proibição é derrotada na Constituição de 1988. A partir desse período, a ANDES passa a denominar-se o ANDES - Sindicato Nacional e as Associações tornam-se Seções Sindicais do ANDES-SN. Numa linha de continuidade com as lutas de enfrentamento à ditadura dentro das universidades, traziam a defesa do ensino público e gratuito, bem como lutavam pela democratização do espaço universitário e da ciência, sem secundarizar os direitos trabalhistas e sindicais. O Andes-SN foi construído com a perspectiva de “defender e representar docentes de todo o país sem se submeter ao Ministério do Trabalho e à sua ditadura sobre o(a)s trabalhadore(a)s” (SILVA, 2018, p. 71).

A Asduerj, como Seção Sindical do ANDES -SN, esteve, desde então, permanentemente, buscando a construção da representação local, mas também da organização nacional.

Referências bibliográficas

ANTUNES, R.A. *Rebelião do trabalho: o confronto operário no ABC paulista: as greves de 1978-80*. São Paulo: Ensaio, Campinas (SP): editora da UNICAMP, 1988.

GIANNOTTI, V. *História das lutas dos trabalhadores no Brasil*. Rio de Janeiro, Mauad X, 2007.

IANNI, O. *A ditadura do grande capital*. Col. Retratos do Brasil. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1981.

MARCONSIN C. *Cerco aos direitos trabalhistas e crise do movimento sindical no Brasil contemporâneo*. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 2009.

MARTINS, A. C. P. *Ensino superior no Brasil: da descoberta aos dias atuais*. In <https://www.scielo.br/j/acb/a/8jQH568cDtWgz8yZdY-jHHQ/> Acesso em 10/08/2024.

MATTOS, M.B. *Trabalhadores e Sindicatos no Brasil*. Rio de Janeiro, Vício de Leitura, 2002.

NETTO, J.P. *Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64*. São Paulo, Cortez, 1991.

SILVA, C.E.M. *Uerj em movimento: da resistência democrática à democracia da (re) existência (1985/2016)*. 2018. 229 f. Tese de Doutorado em Políticas Públicas e Formação Humana, Centro de Educação e Humanidades, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

SOUZA, J. A.M. *A contrarrevolução armada de 1964 e a militarização da ciência: alguns aspectos da luta de classes na intelectualidade e na universidade brasileira*. Brasília. Revista Universidade e Sociedade, ANDES-SN, Ano XXXIV, Nº 73, fevereiro 2024, p. 10-25.

VICENTINI, P. P., LUGLI, R. G. *História da profissão docente no Brasil: representações em disputa*. São Paulo (SP), Cortez, 2009.

Documentos, textos, jornais, sites

História da UNE. In <https://www.une.org.br/2011/09/historia-da-une/> Acesso em 07/08/2024.

Olhares sobre os 60 anos do golpe de 64: Uerj promove eventos e cria Comissão da Verdade.

<https://www.uerj.br/noticia/olhares-sobre-os-60-anos-do-golpe-de-64-uerj-promove-eventos-e-cria-comissao-da-verdade/> Acesso em 16/08/24.

Decreto-Lei nº 477, de 26 de fevereiro de 1969. In <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-477-26-fevereiro-1969-367006-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em 16/08/24.

Notas

¹ Martins, Antonio Carlos Pereira. Ensino superior no Brasil: da descoberta aos dias atuais. In <https://www.scielo.br/j/acb/a/8jQH568cDtWgz8yZdYjHHQ/> Acesso em 10/08/2024.

² Entre 1964-1970 houve 652 intervenções sindicais. V. GIANNOTTI. História das lutas dos trabalhadores no Brasil. Rio de Janeiro, Mauad X, 2007.

³ Essa lei foi reformulada em 1974 pela Lei 6147. C. Marconsin, Cerco aos direitos trabalhistas e crise do movimento sindical no Brasil contemporâneo.

Tese de Doutorado, Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, 2009, p. 131.

⁴ A Lei 5107, de setembro de 1966, colocou esse “fundo unificado de reservas” sob a administração do Banco Nacional de Habitação. Op. Cit. Nota 3.

⁵ História da UNE. In <https://www.une.org.br/2011/09/historia-da-une/> Acesso em 07/08/2024.

⁶ A greve de Contagem (MG) durou uma semana e, mesmo com a dura repressão, obteve 10% de abono estendido a todo o país, em julho de 1968, como abono emergencial. Em Osasco, a greve durou seis dias, o

exército ocupou a cidade e as fábricas, interveio no Sindicato dos Metalúrgicos, prendendo sua direção e 500 trabalhadores/as. V. GIANNOTTI. História das lutas dos trabalhadores no Brasil. Rio de Janeiro, Mauad X, 2007, pp.198-200

⁷ Em março de 1968, em uma passeata no Rio de Janeiro, a polícia matou o estudante, Edson Luís, o que provocou, em todo o país, uma onda de manifestações e protestos durante o ano todo. Em junho, a Passeata dos Cem Mil tornou-se a maior manifestação ocorrida até então, mas diferentes atos foram organizados em outras capitais, como Recife, São Paulo, etc., sempre acompanhados de forte repressão, sendo que, naquele ano, sete manifestantes foram mortos, a maioria no Rio de Janeiro.

C. Marconsin, Cerco aos direitos trabalhistas e crise do movimento sindical no Brasil contemporâneo. Tese de Doutorado, Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, 2009, p. 133.

⁸ O estudante de Medicina da Uerj Luiz Paulo da Cruz Nunes foi assassinado, em 1968, em um protesto contra a ditadura, em frente ao Hospital Universitário Pedro Ernesto. Olhares sobre os 60 anos do golpe de 64: Uerj promove eventos e cria Comissão da Verdade.

<https://www.uerj.br/noticia/olhares-sobre-os-60-anos-do-golpe-de-64-uerj-promove-eventos-e-cria-comissao-da-verdade/> Acesso em 16/08/24.

⁹ O Decreto-Lei nº 477, de 26 de fevereiro de 1969, foi baixado pelo então presidente Artur da Costa e Silva. O decreto-lei previa a punição de estudantes e trabalhadores e trabalhadoras, em geral, de universidades, considerados culpados de subversão ao regime militar. In <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-477-26-fevereiro-1969-367006-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em 16/08/24.

UERJ, DE ESCOLÃO À UNIVERSIDADE:

MOVIMENTO DOCENTE, CONGRESSO INTERNO E O PLANO DE CARREIRA (1985)

Carlos Eduardo Martins da Silva

Professor da Rede Estadual do Rio de Janeiro

Doutor em Políticas Públicas e Formação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

Resumo: Este trabalho tem como objeto de investigação o trabalho e o movimento docentes na Uerj, no período de implementação do primeiro plano de carreira: 1985. A hipótese central é a de que o movimento docente foi fundamental para as mudanças realizadas na universidade, transformando-se de uma instituição do tipo “escolão” para uma das maiores universidades públicas brasileiras. Esta pesquisa partiu dos depoimentos concedidos pelos seus professores, entrelaçando memória individual, memória coletiva e a história da Uerj. A história do tempo presente permite uma visão singular para compreender as relações entre a ação voluntária, a consciência dos homens e os constrangimentos que as encerram e as limitam; uma narrativa rica para compreender o quanto o agir humano é o fundamento essencial da nossa concepção de história. Ao periodizar a história da universidade, optamos por realizar determinados cortes temporais, consubstanciados na relação entre a análise do objeto e sua conexão com o seu contexto histórico. O cenário dos sujeitos sociais participantes da pesquisa nos aproximou do conceito de experiência do historiador E. P. Thompson (1987), fundamental para recriar a dimensão humana do processo social.

Palavras-Chave: Trabalho Docente. Congresso Interno. Plano de carreira. Movimento Docente. Uerj.

UERJ, FROM “BIG SCHOOL” TO UNIVERSITY:

THE TEACHERS’ ASSOCIATION MOVEMENT, THE INTERNAL CONGRESS
AND THE CAREER PLAN (1985)

Abstract: This paper investigates the work and the association movement of teachers at Uerj during the implementation of the first career plan: 1985. The central hypothesis is that the teachers’ association movement was fundamental to the changes that took place at the university, transforming it from a “escolão” (big school) into one of the largest public universities in Brazil. This research was based on the testimonies given by its professors, interweaving individual memory, collective memory and the history of Uerj. The history of the present allows for a peerless view to understand the relationship between voluntary action, the consciousness of men and the constraints that enclose and limit them. It’s a rich narrative to understand how human action is an essential basis of our history conception. In periodizing the history of the university, we make temporal cuts based on the relationship between the analysis of the object and its connection to historical context. The scenario of social subjects participating in the research brought us closer to historian E. P. Thompson’s concept of experience (1981), which is fundamental to recreate the human dimension of social process.

Keywords: Teaching work. Internal Congress. Career plan. Teachers’ Association Movement. Uerj.

INTRODUÇÃO

O presente artigo aborda a trajetória histórica da Universidade do Estado do Rio de Janeiro¹, no contexto de luta dos docentes da universidade e pretende colaborar para a compreensão do trabalho docente, do movimento associativo docente e das lutas sociais em torno da conquista do primeiro plano de carreira (1985).

O eixo central deste estudo são as reflexões sobre o trabalho docente e o movimento associativo, compreendendo que trabalho e movimento docentes se articulam em movimento, em ação. As memórias dos militantes desse período histórico são fundamentais para a compreensão dessa trajetória. No diálogo tenso e crítico com autores da perspectiva da nova história e da história cultural, trilhamos um caminho analítico que tem como chão teórico a história real feita por homens e mulheres concretos. O conceito de experiência descarta os modelos fictícios e estruturantes, que tiram de cena os agentes da transformação social e histórica. A atualidade dos estudos de Thompson (1981; 1987; 2001) se mostra central em nossa perspectiva, uma vez que o autor compreende as ações humanas e suas experiências como fundamentais para o desenvolvimento da história. Assim, entendemos que a (nossa) pesquisa está inserida na linha geral dos estudos do tempo presente.

Esse trabalho aponta as singularidades da redemocratização na universidade, os contornos da formação do movimento docente e o processo de constituição do trabalho docente, analisando o plano de carreira de 1985. O movimento docente é um instigante espaço organizativo dos lutadores contra hegemônicos. Salientamos, ainda, o caráter popular dessa universidade, uma das primeiras na introdução do ensino noturno e do sistema de cotas.

Trabalho docente, Congresso interno e Plano de carreira (1985)

A categoria docente da Uerj, dentro do contexto da redemocratização, assim como professores das redes públicas do ensino básico, metalúrgicos, bancários, petroleiros, começaram a se reorganizar e iniciaram intensas mobilizações por salário, condições justas de trabalho, defesa da democracia, direitos políticos e sociais. Nesse contexto,

O ressurgimento do movimento operário, silenciado desde abril de 1964, indicava a emergência

de uma nova liderança, apoiada nas comissões de fábrica e comandos de greve, que pregava a autonomia sindical e que não estava comprometida com os limites impostos pela estrutura sindical herdada do primeiro governo Vargas. Esse “novo sindicalismo”, termo pelo qual ficou conhecido, propunha-se a conquistar melhores salários e condições de trabalho, lutar pela organização e mobilização dos trabalhadores, conquistar o direito de greve, estabilidade, estabelecer o diálogo direto entre patrões e empregados, sem a ingerência do Estado. Foi no decorrer dessas lutas, que ocorreu a fundação do Partido dos Trabalhadores (PT), em 1980, e o ressurgimento das Centrais Sindicais. (LUCA, 2012, p. 487)

No interior dessa dinâmica, os professores universitários também se articulavam, organizando-se e fundando as suas associações docentes (ADs) por todo o país, modificando o contexto das universidades, fundamentais, nesse contexto, para a ampliação do campo do debate público sobre política.

Nesse período, o setor que mostrou maior capacidade de mobilização e organização de lutas em prol da universidade foi o dos docentes. Na segunda metade da década de 1970, começaram a surgir combativas associações docentes em várias das IES, principalmente nas públicas. (MINTO, 2014, p.293)

Muitas dessas associações foram fundamentais para a organização de uma associação nacional docente, que surgia nesse movimento nacional mais amplo de reorganização social. Assim, a fundação das ADs potencializou a fundação da Andes (Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior), em um contexto marcado pela reorganização da sociedade civil. O movimento de criação do sindicato nacional docente foi precedido por uma greve nacional dos professores das universidades federais. A Andes, portanto, foi criada no fogo da luta de classes.

Nesse período, muitas reivindicações dessa categoria foram sendo fermentadas em mobilizações cada vez mais expressivas e, no final da década, a categoria fez da greve um instrumento de luta fundamental.

A primeira delas, de abrangência nacional, ocorreu entre 16 de novembro e 11 de dezembro de 1980, precedendo inclusive a fundação da Associação Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes). (MINTO, 2014, p. 293)

No caso da Uerj, a sobrevivência intelectual dos professores advindos da resistência democrática, a produção acadêmica diferenciada do Centro Biomédico e os grupos resistentes que se mantinham vivos dentro da universidade possibilitaram a idealização e construção do movimento docente que surgia lutando para construir uma (verdadeira) universidade.

Em compasso com a reorganização da sociedade civil, a partir de finais dos anos 70, o movimento organizado de professores, alunos e funcionários desta universidade constitui-se num dispositivo fundamental para as transformações ocorridas na instituição. Não foi o único polo irradiador das mudanças, mas foi o espaço inicial para reaglutinação de grupos, que até então se mantinham críticos, mas isolados nas unidades. (MANCIBO, 1996, p. 217)

A organização do movimento docente e esse encontro entre o associativismo, a vontade de desenvolvimento científico-acadêmico do Centro Biomédico em um contexto de retorno “democrático” na sociedade brasileira, sob determinado ponto de vista, gerou certa circularidade cultural, criando condições para um novo impulso dentro da universidade. Nesse contexto, a relação entre os micropoderes no Centro Biomédico e os militantes docentes podem nos auxiliar a pensar o desenvolvimento do movimento associativo. Essa relação é indicada por um ex-presidente da associação docente:

Eu caracterizaria como quatro pessoas (Américo Piquet Carneiro, Jayme Landmann, Ítalo Suassuna e Roberto Alcântara Gomes), que tinham em comum a qualidade acadêmica, a preocupação com o mérito na universidade, valorizando sobremaneira o papel da pós-graduação e da pesquisa. Formavam a expressão acadêmica de uma Uerj mais progressista. Ocorreram divergências entre a posição mais avançada de um Américo Piquet Carneiro e Roberto Alcântara, depois superadas. Cada qual tinha sua área e suas qualidades acadêmicas. Politicamente, todos os quatro representavam, a meu ver, a Uerj que brotava timidamente no Centro Biomédico. A Asduerj criou condições para essa transformação, para que uma verdadeira universidade desabrochasse, sem desprezar suas qualidades anteriores. (Entrevista com o prof. Ricardo Santos realizada em 02 de abril 2012)

Assim, a luta por um plano de carreira que organizasse a carreira docente em um modelo

baseado na isonomia de carga horária e salarial aglutinou a categoria docente em torno de um eixo de mobilização, conseguindo desenvolver ações pela reorganização da carreira docente em um patamar superior de organização do trabalho até então conhecido na universidade. Um plano comprometido com a formação de uma mentalidade acadêmica.

Essa luta levou à conquista do primeiro plano de carreira na Uerj, em 1985, o que transformou fundamentalmente a universidade, pois garantiu a universalização dos salários para todos, de acordo com o regime escolhido (20h e 40h), e possibilitou que os docentes, que aderiram ao regime de 40h, adotassem parte da carga horária para a introdução de projetos de pesquisa e de extensão, algo absolutamente novo na Uerj, pois os dirigentes universitários, até esse momento, concentravam as suas energias no processo de constituição patrimonial da universidade.

O plano de 1985 indicava, pela primeira vez, uma mudança de mentalidade em relação aos investimentos dentro da universidade, operando uma transformação em relação ao que tinha acontecido durante a ditadura empresarial-militar, quando o investimento, como mencionei, era pautado pela lógica patrimonialista.

O funcionamento da universidade até a implantação deste Plano de 85 caracterizava-se pela total falta de investimento nos docentes. Essa marca é constantemente citada pelos conselheiros, na discussão do plano de 1985, sendo entendido, também que a instituição tinha uma dívida a ser paga para com todos aqueles que trabalharam com afincamento para o “engrandecimento” da Uerj. (LOPES, 2006, p. 80)

O raciocínio desenvolvido acima nos auxilia a pensar que, até a elaboração da Resolução n. 527/85, as atividades da universidade estavam concentradas no ensino e, em poucas unidades, na pesquisa e extensão, como já nos indicou Mancebo (1996), ao fazer referência às unidades do Centro Biomédico. O plano de carreira de 1985 consolidava, por um lado, a mudança de mentalidade no interior da universidade e indicava, dentro de uma nova perspectiva, uma associação entre ensino, pesquisa e extensão. Esse tripé fundamental para a construção de uma universidade, comprometida socialmente e referenciada academicamente,

marca, ainda que de forma limitada, a elaboração dessa resolução.

No título I – Do corpo docente, esse plano indicava:

Art.1º - A organização do corpo docente da Uerj obedecerá ao princípio da carreira unificada, observada a articulação das atividades de ensino, pesquisa, administração e serviços técnicos.

Art.3º - As atividades dos integrantes da carreira do magistério compreenderão as seguintes atribuições:

- a) ensino em qualquer nível e grau;
- b) pesquisa;
- c) extensão à comunidade dos benefícios advindos do ensino e da pesquisa;
- d) administração, direção, assessoramento ou prestação de serviços técnicos em órgãos e unidades da Uerj.

§1º - o tempo de serviço prestado pelo docente em qualquer das funções mencionadas neste artigo será considerado, para todos os efeitos, de efetivo exercício do magistério. (Resolução n. 527/85)

O referido plano do magistério da Uerj (1985) compreendia quatro categorias que conformariam a carreira de acordo com o nível de titulação: professor auxiliar, para o portador de diploma de curso superior de graduação; professor assistente, para o portador do título de mestre; professor adjunto, para o portador do título de doutor; e professor titular que seria preenchido por concurso público de títulos e provas.

Por um lado, a inserção da titulação para ascensão na carreira era uma vitória que consolidava a lógica da universidade por incentivo na formação acadêmica e garantia a fundamental inclusão, no plano de carreira, da lógica pública de ingresso na carreira do magistério da universidade, ou seja, somente através da realização de concurso público, o docente seria contratado para exercer o seu papel no magistério da universidade.

O ingresso por via de concurso público, fruto da luta democrática e democratizante por uma nova sociedade e universidade, garantiam, *a priori*, critérios ético, impessoal e imparcial para a composição do corpo docente da universidade, rompendo com a marca do paternalismo e do clientelismo típicos do período autoritário nas universidades brasileiras.

O referido documento indicava esse embate de concepções e, portanto, de ações em torno das

concepções de carreira e, conseqüentemente, de universidade. Nesse sentido, chamo a atenção para as reflexões do pesquisador Luciano Mendes de Faria Filho (2008), quando afirma que,

Em segundo lugar, exponho uma das questões que está no âmago desta análise: a lei como prática ordenadora e instituidora, voltada para as relações sociais. Aqui destaco tanto o caráter de intervenção social subjacente à produção e à realização da legislação escolar, quanto o fato de ser a legislação, em seus diversos momentos e movimentos, lugar de expressão e construção de conflitos e lutas sociais. (p. 259)

Filho da transição *novo-velho* e de todas as contradições da transição à brasileira, o primeiro plano de carreira possibilitou, contraditoriamente, o enquadramento por duas vias: por mérito acadêmico, segundo o critério de titulação do docente (mestrado/doutorado) – defendido pela Associação de Docente; e por tempo de serviço, dentro da lógica da velha universidade.

Fica claro, em nossas reflexões e análises, o quanto esse plano de carreira do magistério da Uerj (Resolução n. 527/1985), representava no plano das normas jurídicas, o conflito de mentalidades e de lutas sociais, presentes na universidade, entre o novo e o velho e as contradições sociais, políticas e culturais decorrentes desse histórico processo.

Na Uerj, se a dedicação exclusiva ainda não brotava no plano de 1985, apesar de todo o debate realizado nas universidades federais, a universidade estadual vivia uma transição bastante específica, na qual seu plano de carreira contraditório ainda previa o enquadramento por tempo de serviço. O movimento associativo elaborou duras críticas ao que se referia a esse enquadramento. O pensamento do professor José Eustáquio Bruno, ex-presidente da associação de docentes nesse período histórico, é bastante significativo.

[...] Porque naquela época, por exemplo, ainda se discutia a questão de carreira relacionando com o tempo de serviço, e houve um reajuste que os professores tiveram uma ascensão na carreira por tempo. [...] Ela (a Asduerj) reclamava daquilo, ela achava que a carreira devia ser feita como é feita nos moldes de hoje de mestrado, doutorado, de defesa de tese. (Entrevista realizada em 1º de maio 2012)

É importante abordar a complexidade do plano de carreira de 1985. Segundo a pesquisadora

Márcia Lopes (2006), esse contraditório plano é muito importante para pensar a universidade, pois ele reconheceu a “dívida” da universidade com o conjunto da categoria docente, que lecionava durante o período histórico no qual imperava a lógica patrimonialista:

Diferente do plano de 1991, o que caracteriza o Plano de 1985 – abertamente admitido pelos conselheiros de então – é a valorização e o reconhecimento que dá ao trabalho do professorado mais antigo da Uerj, que, por muito tempo, trabalhou com muitas dificuldades e sem ter oportunidade de se qualificar ou, como em poucos casos, qualificou-se com muito esforço, sem qualquer incentivo da instituição. (p. 80)

A possibilidade de qualificação, tão ausente na cultura institucional da universidade, durante a ditadura empresarial-militar, ganhou novos desenhos com a redemocratização, e essa guinada “republicana” se fez presente e estava “indicada de maneira geral” no novo plano de carreira. Essa indicação legal abria a brecha necessária no interior do sistema universitário para o desenvolvimento do estudo e qualificação do corpo docente e, interessante, esse novo elemento de qualificação da categoria docente, essa “brecha”, deveria ser normatizada pelo Conselho Superior de Ensino e Pesquisa (CSEP). Se por um lado, não adicionava, literalmente, em suas linhas, as normas e regras para o tempo livre necessário à qualificação do corpo docente, por outro lado, instalava, formalmente, a necessidade de debate, *a priori*, democrático na universidade para o aperfeiçoamento acadêmico da categoria docente.

A resolução indicava o órgão (CSEP) que teria condições necessárias para elaborar e implantar esse processo de afastamento docente, para estudo em outras instituições universitárias.

Art. 69 - O Conselho Superior de Ensino e Pesquisa estabelecerá normas que disciplinem o afastamento para fins de aperfeiçoamento em instituição nacional ou estrangeira, incluindo as durações máximas admissíveis a sistemática de prorrogações e de aperfeiçoamento e os compromissos a serem assumidos pelo professor beneficiado. (Resolução n. 527/85)

A significativa inclusão do direito à licença para a participação em eventos e congressos, na

normatização elaborada no plano de carreira, demonstrava uma mudança na concepção da vida acadêmica universitária. Ao incluir tal artigo, demonstrava-se a importância da nova mentalidade em luta no interior da Uerj.

Art. 70 – Para cumprimento de missão científica ou cultural, no país ou no exterior, com duração igual ou inferior a 30 (trinta) dias, o docente deverá solicitar autorização de afastamento ao respectivo diretor, mediante a apresentação de documentação que caracterize o interesse da unidade em sua participação no evento, bem como parecer favorável do departamento a que esteja vinculado. (Resolução n. 527/85)

Percebemos, na trajetória histórica da universidade, algumas tentativas, ainda que limitadas e sem o apoio do poder público, de incentivar a qualificação docente e a melhoria da composição salarial.

Ao tecermos algumas reflexões sobre a consolidação de uma lógica republicana na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, percebemos a necessidade de tratar desse processo em sua relação entre o plano de carreira de 1985 e a departamentalização da universidade. Acreditamos centralmente na tese relacional entre o espaço universitário e a totalidade social que o abraça e o cerca.

Nessa lógica de reflexão histórica, entendemos que para desenvolvermos esse diálogo entre micro e macro, um interessante marco cronológico, seria a reforma universitária de 1968, pois ela foi um ponto importante de inflexão e de transformação da estrutura universitária.

Na aparência, a reforma parecia um processo de “democratização” do ensino superior, porém, a essência apontava para outros elementos. O regime empresarial-militar impôs a departamentalização da universidade brasileira dentro de um contexto de controle social, político e ideológico da instituição, em acordo com a lógica autoritária do regime vigente.

A departamentalização foi a primeira modificação importante, implantada nas universidades, com o objetivo de permitir democratizar a universidade, através da extinção das cátedras e a maior participação dos docentes nas decisões de cunho acadêmico e administrativo da instituição, mas, na realidade, somente permitiu reunir todas as disciplinas afins, num mesmo departamento e

assim os cursos passaram a ser oferecidos a um maior número de alunos numa mesma sala, com um mesmo professor, diminuindo os gastos da universidade e facilitando o controle administrativo e, principalmente, ideológico dos docentes e alunos da universidade, um fator de interesse e de grande preocupação do governo militar da época. (ALVES, 2005, p.23)

Com o processo de redemocratização da sociedade e das lutas sociais em desenvolvimento na sociedade, as universidades passam a receber novos estímulos por parte dos novos agentes sociais em desenvolvimento. Fruto desse processo de redemocratização da vida política na sociedade brasileira e universitária, os departamentos e os conselhos departamentais ganharam corpo, ganharam vida orgânica.

Os departamentos passaram, sob a vigência do Estado democrático de direito, a ser o espaço de diálogos e debates sobre a vida da universidade. Sobre a importância do departamento, a professora Inalda Pimentel elabora uma instigante reflexão, entrelaçando a ideia central do departamento à democracia universitária.

Eu acho que, primeiro, a minha concepção de democracia na universidade, ela não está desligada da minha concepção de democracia, do que a gente pensa de ideário democrático, que é a questão da participação. Que é a base. Não é a questão da eleição em si do reitor que vai me dizer se a universidade é democrática, ou a eleição do diretor de unidade. Não é isso. Que atitudes você tem a partir disso? Quais as atitudes que o sujeito tem a partir disso? Você, do pequeno, pensar numa chefia de departamento que não resolve as coisas sozinhas, que depende de reunião de departamento, que depende não, necessita da reunião de departamento, porque o meu pensamento sozinho é muito pequeno. Ele só se torna grande, quando eu consigo compartilhar esse pensamento com outras pessoas, até porque isso faz parte do que a gente chama de dialética marxista. Um mais um é sempre maior do que dois. Aquilo que eu digo mais aquilo que você diz, aí eu reflito em cima do que você diz e falo com você. E isso vai num crescente, quanto maior o número de pessoas, mais difícil de fazer. Mas por outro lado, o resultado final é sempre muito melhor. Então, eu vejo a questão da democracia exatamente nesse sentido, de uma estrutura, de um discurso dialético marxista, marxiano. O pessoal gosta mais de usar marxiano hoje em dia. (Entrevista com a professora Inalda Pimentel realizada em 03 de fevereiro 2018)

Os (micro) poderes ganharam voz ativa na vida universitária e em suas relações com os (macro) poderes na universidade (Reitoria). As reuniões de departamento eram fundamentais para o primeiro grande diálogo na universidade possibilitando o pensar coletivo. Esse processo adquiria cores fortes em diversos parágrafos do novo plano de carreira. Foi um marco importante, se pensado em diálogo com o período anterior, autoritário e centralizador, em que todo o poder ascendia e descendia do poder da Reitoria e Sub-Reitorias, em que não havia diálogo entre os micropoderes e macropoderes, no que tange às deliberações fundamentais na vida universitária.

Nas deliberações anteriores, ficava claro que não havia espaço para o “exercício de poder” pelos departamentos e conselhos departamentais, relativo, por exemplo, à carreira de magistério na Uerj. O poder, nesse processo, ainda que com limitações, desceu ao chão da universidade. Assim, começou a ter um papel ativo para a circularidade cultural, em um momento da vida política no qual a sociedade e a universidade contavam com certa “liberdade de pensamento e ação”.

Sabemos que toda norma é uma relação de mediação entre pensamentos, concepções e ações e é, também, espaço de concretização da regulação da vida social. A perspectiva do novo se coloca na vida universitária e, durante a década de 1980, a Uerj estava em pleno processo de transformação e eferescência. Sobre a conquista de direitos, apresentamos uma importante reflexão:

A partir dessa condição histórica, estabelece-se, no seio da sociedade capitalista, um duplo sentido dos direitos: o direito como expressão da classe burguesa, que é formal e limitado ao direito civil, na garantia da propriedade e do bom andamento das relações produtivas, e o direito como conquista, na expressão dos direitos sociais, fruto da luta histórica da classe trabalhadora. (PALUDO, 2014, p. 113)

Nesse período histórico, para além das lutas por direitos trabalhistas e sociais, em consonância com os movimentos da sociedade civil organizada, na universidade, os movimentos sociais exigiam eleições livres e diretas. Nesse momento de redemocratização, realizaram-se duas eleições diretas (1983 e 1987) para a Reitoria. Assim, a Uerj foi pioneira no processo democrático de eleição,

com a constituição do primeiro processo eleitoral (1983) em uma universidade pública brasileira. Na ocasião, a vitória eleitoral da chapa dos progressistas: Hésio Cordeiro (Medicina Social), protegido de Américo Piquet Carneiro, e Ivo Barbieri (Letras), ex-presos político e torturado, ambos fundadores da Associação de Docentes.

Nessa eleição, o então governador Leonel Brizola (PDT) não indicou os eleitos para os respectivos cargos de reitor e vice-reitor, indicando o derrotado e 4º lugar na consulta realizada ao colégio eleitoral com participação dos três segmentos da universidade. De forma autoritária, o governador Leonel Brizola, democraticamente eleito, rompia formalmente com o seu discurso democrático e indicava para o cargo de reitor o professor da Faculdade de Odontologia, Charley Fayal de Lyra.

Frente a esse processo de desrespeito ao processo eleitoral e autoritarismo de um governador eleito democraticamente, a comunidade universitária organizou uma série de lutas e mobilizações pelo respeito ao processo democrático na universidade e a sua autonomia. Fruto desse processo, o então governador trabalhista acabou indicando para o cargo de vice-reitor, o eleito Ivo Barbieri. Essa inusitada “composição” instalava na universidade uma gestão que assinalava exatamente as contradições do momento vivido na sociedade: um governador exilado e democraticamente eleito usava das reminiscências do poder autoritário, advindo do regime ditatorial, dados ao cargo de governador e, desrespeitando o clamor da sociedade civil por respeito à autonomia universitária, indicava para a reitoria o quarto colocado no processo eleitoral de 1982 e, ao mesmo tempo, para vice-reitor, o eleito.

Essas contradições demonstravam o quanto, na sociedade fluminense e na universidade, ainda imperava a transição velho-novo. O novo reitor foi indicado e empossado de acordo com o velho método: autoritário e arbitrário. O vice-reitor, eleito democraticamente, somente seria indicado e empossado pelo governador, após a luta democrática desenvolvida pelos segmentos sociais da universidade em defesa da sua autonomia e respeito ao processo eleitoral.

Por outro lado, foi a primeira e última indicação de reitor que não respeitou o processo eleitoral. Para pensarmos sobre essa traumática composição e a importância histórica dessa contraditória interven-

ção, devemos levar em consideração e análise a emblemática vitória que a universidade conquistou com a luta por sua autonomia eleitoral. Tão traumática foi a intervenção de Brizola, que nunca mais um governador tentou realizar tal intento. Esse processo contraditório foi fundamental para a garantia legal da liberdade de escolha do reitor e vice-reitor pela comunidade universitária. Essa conquista é apontada, ontem e hoje, como uma vitória da comunidade universitária, como menciona professor Bruno Deusdará: “Mas acho que uma vitória da universidade é não ter lista tríplice, o reitor eleito pela universidade é o reitor nomeado” (Entrevista realizada em 18 de janeiro 2018).

Contradições que possibilitaram um avançar da lógica republicana e democrática na universidade. O novo reitor, não eleito pelo processo democrático, ao iniciar seu mandato, de forma contraditória ao seu processo de escolha individual para o cargo de reitor, por jogada política, iniciou o processo de convocação do I Congresso Interno da Uerj. Assim, o indicado Charley Fayal, politicamente, atendia ao chamado da comunidade, de acordo com o movimento de redemocratização da sociedade e da universidade, atendendo às pressões das mobilizações por democracia interna e externa. Uma jogada política republicana frente a sua indicação autoritária. O economista e ex-aluno da universidade que participou ativamente desse processo indica:

Desde o momento em que foram frustradas as eleições para reitor de 1983, a comunidade percebeu que sem discutir a Uerj profundamente, todas as tentativas de democratizá-la e modernizá-la seriam em vão. Logo após a sua posse, o reitor Charley Fayal se empenhou para tornar realidade a primeira autocrítica que a universidade iria fazer em toda a sua história, expedindo o Ato Executivo nº 1.354, de 5 de abril de 1984, delegando ao vice-reitor Ivo Barbieri a tarefa de coordenar e realizar o “I Congresso Interno da Uerj”. (RAMADON, 2014, s/p)

A ocorrência do primeiro congresso da universidade, politicamente, desfocou a luta no interior dessa instituição pela defesa da autonomia, por ora ferida pelo governador Leonel Brizola, para o debate sobre as suas questões internas, seu projeto, concepção de poder e desenvolvimento. Por outro lado, possibilitou um avanço no debate interno e um avanço das relações republicanas.

Foram cinco meses, de maio a setembro, de intenso trabalho preparatório, com o congresso, servindo, inclusive, para que se fosse colocado em segundo plano, a frustração pela nomeação de Charley Fayal e o cancelamento das eleições diretas. Nesse período, intelectuais ou não, se debruçaram sobre suas máquinas de escrever, dirigindo suas ideias para os temas: objetivos e fins da universidade, subdivididos em gerais, ensino, pesquisa e extensão; o poder na universidade; e a gestão na universidade. (RAMADON, 2014, s/p)

O referido congresso interno trabalhou suas propostas em alinhamento a três eixos: objetivos da universidade, o poder na universidade e gestão na universidade. As principais propostas aprovadas ao final do processo de debates no congresso foram importantes no eixo do estabelecimento da democracia na universidade e na possibilidade de levar à frente o debate sobre a vida funcional docente. Sobre a reorganização da categoria docente, o congresso indicava a maior mudança possível, ao preparar o caminho para a apreciação e elaboração do plano de carreira de 1985, já citado anteriormente por nós. Se o Plano de Carreira de 1985 é filho desse congresso, o I Congresso Interno da Uerj é filho das lutas internas por democracia e da contradição aberta pelo então governador do estado do Rio de Janeiro, Leonel Brizola, e sua política conservadora e intervencionista na universidade.

O processo histórico na instituição, nesse período, indica que ela teve a possibilidade de avançar em sua reelaboração e consolidar o debate democrático como fundamental para formação de uma nova Uerj. As contradições vividas pela universidade possibilitaram uma ação de avanço republicano dentro dela.

Nesse sentido, o próprio vice-reitor Ivo Barbieri, em entrevista ao jornal *O Globo*², afirmou que “a partir desse Congresso, a Uerj começou, de fato, a ser uma universidade”. Essa visão do vice-reitor contempla, em parte, uma visão consequente com a realidade da universidade à época.

Um novo tempo estava sendo construído, gestado pelas múltiplas relações entre o tempo da agora uerjiana e os tempos múltiplos indicados por vários pensadores na arena das ciências do homem. Tempo novo, socialmente novo, politicamente “novo”, de lutas e contradições, humanamente novo, em uma “nova” instituição. Uerj em trans-

formação. Como nos ensina Castanho (2010): “É por isso que (Norbert) Elias diz que o conceito de tempo é inseparável da instituição social que o acompanha e também que ele se transforma com a evolução dos acontecimentos que pontuam a existência social” (p. 61).

A universidade caminha, um novo tempo se aproxima, aponta para um novo amanhecer. Assim, “qualquer momento histórico é ao mesmo tempo resultado de processos anteriores e um índice da direção de seu fluxo futuro” (THOMPSON, 1981, p. 58).

(IN)Conclusão Provisória

A luta em torno do projeto de plano de carreira iniciada na década de 1980 e a consolidação de um projeto de jornada de trabalho em tempo integral, aspectos que concretizariam uma instituição voltada ao ensino, à pesquisa e à extensão adquirem no processo histórico de constituição das universidades brasileiras um elemento central no processo de conformação dessa importante instituição social. A primeira grande greve (1980) docente foi fundamental para a consolidação associação docente, a Asduerj, enquanto entidade representativa da categoria docente, no momento que a universidade contava com uma disputa política entre dois campos de visão no seio do movimento sindical com a existência simultânea de duas associações: Asduerj e Apuerj. A experiência coletiva desenvolvida no processo de lutas durante a greve docente possibilitou a construção de uma identidade social própria. Se antes era um conjunto de “meros” professores isolados em suas respectivas unidades, agora cria-se uma perspectiva social para vir a ser uma categoria capaz de se autoconstruir docente (professor-pesquisador) e de criar efetivamente uma universidade. Da fundação da entidade representativa (1979) até a implementação do primeiro plano de carreira (1985), o movimento associativo docente capitaliza a insatisfação com o modelo de escolão e torna-se o centro dinâmico da luta pela construção de uma universidade.

No caso da Uerj, o primeiro plano de carreira foi fundamental para a consolidação da ideia de universidade. De escolão à universidade, o plano de carreira de 1985 foi fundamental para a superação da universidade pautada pelo regime de CLT. Um impulso ao novo tempo. Tempo idealmente marcado pelo ensino, pesquisa e extensão. Uerj vive, viva a Uerj!

REFERÊNCIAS

ALVES, Giovanni Dimensões da Precarização do Trabalho: Ensaio de Sociologia do Trabalho / Giovanni Alves. – Bauru: Canal 6, 2013. (Projeto Editorial Práxis)

FARIA FILHO, Luciano Mendes. Fazer História da Educação com E.P. Thompson: trajetórias de um aprendizado. In: _____ (Org.). *Pensadores sociais e história da educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. p. 239-256.

FARIA FILHO, Luciano Mendes. (Org.). *Pensadores sociais e história da educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

LOPES, Marcia Cavalcanti Raposo. *Produção e/ou produtividade: discutindo o trabalho na universidade*. 2006. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

LUCA, Tânia Regina. Direitos sociais no Brasil. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (Orgs.). *História da cidadania*. 6ª ed. São Paulo: Contexto, 2012. p.469-493.

MANCEBO, Deise. *Uerj: da gênese aos compromissos*. Rio de Janeiro: Eduerj, 1996.

_____. Contemporaneidade e efeitos de subjetivação. In: BOCK, Ana Mercês Bahia (Org.). *Psicologia e o compromisso social*. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2009. P.75-92.

_____. (2012). À parte - Trabalho docente na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (1995 - 2008) e efeitos de subjetivação. *Revista Em Pauta: Teoria Social E Realidade contemporânea*, (26), 137–152. Acesso em: 30 set 2024.

_____; SILVA JÚNIOR, J. R; OLIVEIRA, J. F. (Orgs.). *Reformas e políticas: educação superior e pós-graduação no Brasil*. São Paulo: Alínea, 2008.

MINTO, Lalo Watanabe. *A educação da miséria: particularidade capitalista e educação superior no Brasil*. São Paulo: Outras Expressões, 2014.

PALUDO, Conceição. Contribuições do materialismo histórico-dialético para o entendimento da política pública social na atualidade. In: CUNHA, Célio da; SOUZA, José Vieira de; SILVA, Maria Abádia da (Orgs.). *O método*

dialético na pesquisa em educação. Campinas, SP: Autores Associados, 2014. p. 99-130.

RAMADON, Luís Fernando. *UERJ: uma história apaixonante*. Disponível em: <<http://lframadon.sites.uol.com.br/>>. Acesso em: 20 ago 2012; e em: <<http://www.accamtas.com.br/2017/01/uerj-uma-historia-apaixonante.html>> Acesso em: 18 agosto 2024.

_____. Primeiro Congresso Interno da Uerj. 2014. Disponível em: <<http://www.eng.uerj.br/noticias/1407985774>>. Acesso em: 30 setembro 2024.

THOMPSON, Edward P. *A formação da classe operária inglesa. Vol. I. A árvore da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. *A formação da classe operária inglesa. Vol. II. A Maldição de Adão*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. *A formação da classe operária inglesa. Vol. III. A força dos Trabalhadores*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. *A miséria da teoria*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

_____. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

Entrevistas

Entrevista com o prof. Ricardo Santos realizada em 02 de abril 2012

Entrevista realizada professor José Eustáquio Bruno em 1º de maio 2012

Entrevista com a professora Inalda Pimentel realizada em 03 de fevereiro 2018

Notas

A atual Uerj já teve quatro denominações: (1) Universidade do Distrito Federal (UDF), de 4/12/1950, com a Lei nº 547 que a criou, a 16/06/1958, data da Lei 909, que modifica a legislação vigente e modifica seu nome; (2) Universidade do Rio de Janeiro (URJ), da data apontada anteriormente até 18/08/1961, quando o Decreto Federal nº 51210 alterou sua denominação, em função da criação do Estado da Guanabara; (3) Universidade do Estado da Guanabara (UEG) de 1961 a 11/04/1975, data do Decreto-Lei nº 67, que novamente mudou seu nome, em função da fusão do antigo estado da Guanabara com o antigo estado do Rio de Janeiro e (4) Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj) de 1975 até a presente data (MANCEBO, 2006).

²*O Globo*, Rio de Janeiro, 09 de outubro de 1984.

REGIME DE TRABALHO EM TEMPO INTEGRAL COM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA COMO DIREITO DA CATEGORIA DOCENTE DA UERJ: exemplo de uma luta de longa duração da Asduerj

Cleier Marconsin

Assistente Social; Mestre em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB); Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); Pós-Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP); Professora Associada Aposentada da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FSS/UERJ); Pesquisadora em Movimentos Sociais do Observatório do Trabalho e Políticas Públicas da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (OTPP/FSS/UERJ);

Primeira Vice-Presidente da Asduerj (mandato 2023 - 2025)

Na história da Dedicção Exclusiva como Regime de Trabalho, na Uerj, é importante lembrar-

mos alguns momentos, inclusive, porque o protagonismo da Asduerj, ao longo dos anos, marca a diferença.

Voltemos no tempo, o que nos leva, inicialmente, à Resolução 03/1991, aprovada no Conselho Universitário (Consun). Nessa Resolução, foi instituída a primeira Carreira Docente da Uerj, através do Plano de Carreira Docente (PCD) e, dentre vários aspectos, foram instituídas as categorias Auxiliar, Assistente, Adjunto e Titular.

Foi instituído, também, no Título V, Artigo 40, três Regimes de Trabalho:

- a) tempo parcial, com obrigação de cumprir 20 (vinte) horas semanais de atividades;
- b) tempo integral, com obrigação de cumprir 40 (quarenta) horas semanais de atividades;
- c) dedicação exclusiva, com as obrigações de cumprir 40 (quarenta) horas semanais de atividades e de não exercer qualquer tipo de atividade remunerada em instituição pública ou privada, nem profissão liberal ou autônoma.

A Dedicção Exclusiva teria o formato decidido nos Conselhos Superiores: Conselho Universitário (Consun) e Conselho Superior de Ensino e Pesquisa (Csep), atual Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão (Csepe).



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

RESOLUÇÃO Nº 003/91

Estabelece normas relativas à carreira docente na UERJ.

O REITOR DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições e tendo em vista a aprovação, pelo Conselho Universitário, do processo nº 993/88, referente ao Plano de Carreira Docente da UERJ,

TÍTULO V

DOS REGIMES DE TRABALHO E DAS TABELAS SALARIAIS

Art 40 – O ocupante de cargo da carreira do magistério da UERJ desempenhará suas atividades em um dos seguintes regimes de trabalho:

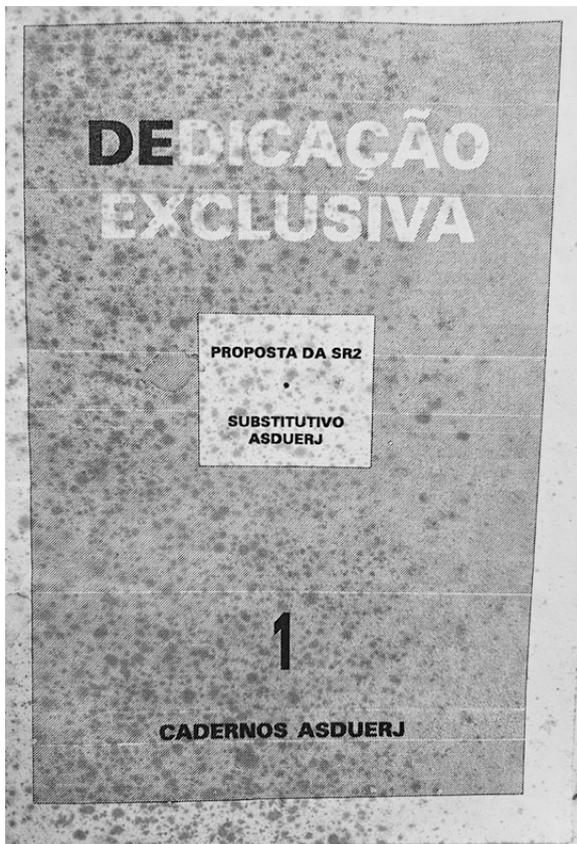
- a) tempo parcial, com obrigação de cumprir 20 (vinte) horas semanais de atividades;
- b) tempo integral, com obrigação de cumprir 40 (quarenta) horas semanais de atividades;
- c) dedicação exclusiva, com as obrigações de cumprir 40 (quarenta) horas semanais de atividades e de não exercer qualquer tipo de atividade remunerada em instituição pública ou privada, nem profissão liberal ou autônoma.

A Asduerj, a partir da constituição desse PCD na Resolução 03/1991, além do debate das suas categorias, passou a discutir a Dedicção Exclusiva. É sobre esse debate que trataremos aqui.

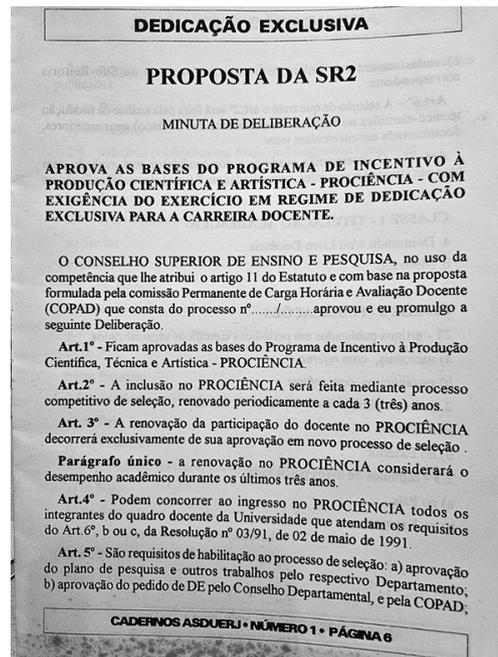
des públicas, tanto estadual paulista (USP) quanto federais.



No processo desencadeado a partir da Resolução 03/91, em 1996, os Conselhos Superiores da Universidade decidiram que a Dedicção Exclusiva seria realizada através de um Programa de



Incentivo à Produção Científica e Tecnológica, denominado Prociência. A partir de sua criação, o Programa possibilitava a Dedicção Exclusiva para o desenvolvimento de pesquisas, paralelamente às atividades em sala de aula. Embora fosse chamado de Regime de Trabalho, ele era um Programa, voltado apenas para a pesquisa, com acesso somente para doutores, com número de vagas determinado, com seleção de projetos e a remuneração se dava através de bolsa e não salário. O argumento é que deveria ser estimulada a pesquisa na Universidade.



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DELIBERAÇÃO nº 001/95

Aprova o Programa de Incentivo à Produção Científica, Técnica e Artística - PROCIÊNCIA - com exigência do exercício em regime de dedicação exclusiva para a carreira.

O CONSELHO SUPERIOR DE ENSINO E PESQUISA, no uso da competência que lhe atribui o artigo 11 do Estatuto e com base na proposta formulada pela Comissão Permanente de Carga Horária e Avaliação Docente que consta no Processo nº 2179/93, aprovou e eu promulgo a seguinte Deliberação:

Art. 1º - Fica aprovado o Programa de Incentivo à Produção Científica, Técnica e Artística - PROCIÊNCIA.

Art. 2º - A inclusão de Docentes no PROCIÊNCIA será feita mediante processo de seleção, renovado periodicamente a cada 3 (três) anos.

Art. 3º - A renovação da participação do docente no PROCIÊNCIA somente decorrerá de sua aprovação em novo processo de seleção, considerando o desempenho acadêmico nos últimos 3 (três) anos.

Parágrafo único - A renovação no PROCIÊNCIA não ocorrerá quando a produção acadêmica nos últimos três anos for considerada insuficiente.

Art. 4º - Podem concorrer ao ingresso no PROCIÊNCIA todos os integrantes do quadro docente da Universidade que atendam os requisitos do Artigo 6º, b ou c, da Resolução nº 03/91, de 02 de maio de 1991.

Art. 5º - São requisitos de habilitação ao processo de seleção: a) aprovação do plano de pesquisa e outros trabalhos pelo respectivo Departamento; b) aprovação do pedido de DE pelo Conselho Departamental, e pela COPAD; c) cadastramento e avaliação de linhas de pesquisa e projetos na Sub-Reitoria correspondente; d) ser docente da UERJ em regime de 40 (quarenta) horas/semanais.

§ 1º - A aprovação do Plano de Pesquisa e outros trabalhos deverá conter a avaliação de viabilidade de execução da proposta, no âmbito da UERJ, pelo respectivo Departamento.

§ 2º - O Departamento deverá enviar o Plano de Pesquisa dos docentes a dois consultores externos ao Departamento e pertencentes a outros Departamentos da UERJ, e a um consultor externo pertencente aos quadros de consultores *ad hoc* de uma agência de fomento (FAPERJ,

Desde esse período até o ano de 2006, docentes da Uerj seguiram com uma carreira definida na referida Resolução 03/91. Nesse período, o descontentamento com a insuficiência do tipo de carreira, - que não possuía níveis para progressão horizontal internamente às categorias e não havia Regime de Trabalho de Tempo Integral com Dedicção Exclusiva para todas e todos os docentes que desejassem aderir - foi crescendo e, em 2006, a direção da Asduerj, do período, formou uma Comissão para a construção de proposta de um novo Plano de Carreira Docente (PCD). A perspectiva era incluir progressão horizontal, internamente às categorias, e a DE como Regime de Trabalho para todas e todos os docentes que quisessem aderir a ele.

No ano de 2007, em Assembleia Docente da Asduerj, a proposta de novo Plano de Carreira Docente da Uerj, elaborado pela Comissão, na linha aludida acima, foi aprovado e enviado ao Consun. Após sua aprovação no Consun, foi encaminhado à Reitoria com vistas a ser enviado ao Governo do Estado do Rio de Janeiro, objetivando seu debate e aprovação, em forma de lei, na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj).



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

RESOLUÇÃO Nº 012/07

ESTABELECE PROPOSTA PARA PROJETO DE LEI QUE ESTRUTURA O PLANO DE CARREIRA DO MAGISTÉRIO DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

O CONSELHO UNIVERSITÁRIO, no uso da competência que lhe atribui o artigo 9º § 3º do Estatuto da UERJ e, com base no processo nº 4164/2007, aprovou e eu promulgo a seguinte Resolução:

Art. 1º - Fica estabelecida a proposta para Projeto de Lei que estrutura o Plano de Carreira do Magistério da Universidade do Estado do Rio de Janeiro:

Parágrafo único – Os objetivos, estrutura, funcionamento, vencimentos e etapas de que trata o caput do Art. 1º encontram-se no Anexo desta Resolução.

UERJ, em 20 de dezembro de 2007.

NIVAL NUNES DE ALMEIDA
REITOR

Em 2008, em plena luta por reajuste, desenvolvida pelo movimento docente sob a direção da Asduerj, o governo Cabral, que não abria negociações sobre a questão, devolveu, à Reitoria, a proposta de Plano de Carreira Docente (PCD), como alternativa ao reajuste. A Reitoria tornou pública a proposta e a enviou à Asduerj. O Plano, em questão, desrespeitava inteiramente o que fora aprovado pela Universidade, tanto na Assembleia docente, quanto pelo Consun. Para mostrar o desrespeito, nessa proposta do governo, o Prociência era tornado lei e continuava a ser o único sistema de DE da Universidade.

O movimento docente, em greve por reajuste salarial, em Assembleia da Asduerj, decidiu que não rejeitaria, na íntegra, o PCD do Governo apoiado pela Reitoria, mas levaria propostas de emendas para negociação com o Governo e a Alerj. Foram elaboradas e aprovadas, em Assembleia, várias emendas, sendo duas delas relativas à questão da DE, as quais serão detalhadas aqui, em função de ser o recorte do objeto dessa matéria.

- A primeira em relação à DE, refere-se à continuidade do Prociência, mas como estímulo à pesquisa com a denominação de Bolsa Produtividade e não como substitutivo da Dedicção Exclusiva como Regime de Trabalho.

- A segunda emenda, estabelecia, exatamente, que a carreira docente da Uerj teria três Regimes de Trabalho: 20 horas; 40 horas e 40 horas em Tempo Integral com Dedicção Exclusiva para todas e todos que desejassem aderir.

Nesse processo, houve uma divisão política na categoria docente da Uerj. Um grupo, minoritário, não aceitou a decisão da maioria, ocorrida em Assembleia, pois não queria nenhuma emenda ao PCD do Governo Cabral. O grupo fez um abaixo assinado contra a aprovação de qualquer emenda, formando o que passou a ser denominado, na época, como “Movimento dos Sem Emendas”. Nesse processo, a categoria foi dividida para a Alerj, no dia da votação, ficando, portanto, enfraquecida, politicamente.

Evidentemente que, nessa situação, as emendas, em geral, no Plano de Carreira, que melhoravam as condições docentes nas diferentes categorias e níveis que estavam sendo introduzidos foram



negadas pela maioria dos/as parlamentares. A Asduerj buscou focar, então, na aprovação das emendas sobre a DE e foram conquistadas as duas proposições.

- A emenda que dava continuidade ao Prociência, mas como estímulo à pesquisa com a denominação de Bolsa Produtividade;
- A emenda da DE como terceiro Regime de Trabalho: 40 horas em Tempo Integral com Dedicção Exclusiva, sendo estabelecido que seu formato seria decidido nos Conselhos Superiores da Universidade (Consun e Csepe).

Na Lei nº 5.343/2008, ficou decidido, também, na emenda aprovada, que o Regime de Trabalho seria implantado após o reenquadramento da categoria docente no novo Plano de Carreira Docente (PCD), cujo prazo era o ano de 2011.

Consoante essa Lei, durante os anos de 2009 e 2010, a diretoria da Asduerj, da época, criou uma Comissão formada por docentes da base e da direção e, em debates realizados em todos os

campi da Universidade, construiu uma proposta, qual seja, a Dedicção Exclusiva como Regime de Trabalho em Tempo Integral para todas e todos/as/os docentes que quisessem aderir a ele. A proposta final foi levada à Assembleia Docente que a aprovou.

Após a aprovação, a Asduerj construiu uma Cartilha, que continha o Anteprojeto aprovado na Assembleia Docente, bem como perguntas e respostas sobre o mesmo. Continha, também, um Estudo do interesse da Categoria pela DE, realizado pelo Programa de Estatística Aplicada do Instituto de Matemática e Estatística (IME) (Prestap), sob a Coordenação da Professora Narcisa Maria Gonçalves dos Santos. Importa destacar que, na pesquisa, observa-se que, entre os/as entrevistados/as, 82,9% de docentes em Regime de Trabalho de 40h e 57,5% de docentes com menos de 40h, tinham interesse pelo Regime de Trabalho em Tempo Integral com Dedicção Exclusiva (RTTIDE).

Em 2011, a proposição da Asduerj foi aprovada no Csepe, derrotando uma segunda proposta, vinda

20: RU
3
2)

SÍNTESE DO INTERESSE EM ADEÇÃO À DEDICAÇÃO EXCLUSIVA NA UERJ

Características dos entrevistados	Resposta	Gostaria de Aderir		
		Total	Tem condições de aderir em janeiro de 2012	
			Sim	Não
Total da Amostra	Sim	575	419	156
	%	79,9	58,2	21,7
	Não	145	45	100
	%	20,1	6,3	13,9
Regime de 40 horas	Sim	525	393	132
	%	72,9	54,6	18,3
	Não	108	42	66
	%	15,0	5,8	9,2
Regime com menos de 40 horas	Sim	50	26	24
	%	6,9	3,6	3,3
	Não	37	3	34
	%	5,2	0,5	4,7

DOCENTES QUE GOSTARIAM E TÊM CONDIÇÕES de aderir ao Regime de Trabalho em Dedicção Exclusiva em janeiro de 2012 somam 54,6%

de docentes da Universidade, a qual mantinha a DE com o formato do Programa Prociência, ou seja, seria só para doutores, com número de vagas delimitado e com processo seletivo de projetos. A única diferença dessa proposta derrotada, em relação ao Prociência que existia na universidade, situava-se no percentual, que seria recebido como salário e não como bolsa.

A proposta da Asduerj da DE como Regime de Trabalho em Tempo Integral para todas e todos os docentes que quisessem aderir foi para o Consun, sendo aprovada em sessão conjunta com o Csepe, e encaminhada ao Governo Cabral.

Considerando que o Anteprojeto aprovado nos Conselhos Superiores era um documento oficial da universidade, a direção da Asduerj construiu um material impresso para divulgação ampla junto à categoria docente, que continha o seguinte título: “Proposta Uerj de Regime de Trabalho em Dedicção Exclusiva - Anteprojeto de Instalação do Regime de Trabalho em Dedicção Exclusiva dos Docentes da UERJ”.

Em 2012, foi buscado, pela direção da Asduerj, do período, abertura de negociação com o Governo Cabral, que se negava a encaminhar a proposta de DE para votação na Alerj. Como o governo

PROPOSTA UERJ DE REGIME DE TRABALHO EM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA

DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA

Anteprojeto de instalação do regime de trabalho em Dedicção Exclusiva dos Docentes da UERJ



asduerj

APRESENTAÇÃO

O regime de trabalho em Dedicção Exclusiva é um antigo anseio dos professores da Uerj, única universidade pública do país que não tem esse regime de trabalho. A Lei 5.343/2008, que instituiu o novo Plano de Carreira Docente na Uerj, fez justiça a este anseio ao prever em seu artigo 5º, parágrafo 4º, que “os Conselhos Superiores da Universidade realizarão estudos para que, ao final da implementação deste plano, seja instalado o regime de trabalho em dedicação exclusiva para os docentes da instituição, a ser estabelecido por lei específica”. O Anteprojeto de Regime de Trabalho em Dedicção Exclusiva da Uerj, que ora apresentamos, é o resultado de um trabalho que envolveu toda a universidade, culminando com sua aprovação pelos Conselhos Superiores da Instituição em junho de 2011.

Antes da elaboração do Anteprojeto, foi realizado um estudo pelo Programa de Estatística Aplicada da Uerj - PrestapIME sobre o interesse dos professores em aderir ao regime de dedicação exclusiva. A pesquisa revelou que 79,9% dos entrevistados têm interesse no regime de trabalho em Dedicção Exclusiva. Destes, 54,6% trabalham 40 horas e têm condições imediatas de aderir à DE. A amostra da pesquisa foi constituída de 720 professores da universidade. Eis que é chegado o momento! A Dedicção Exclusiva alavancará a qualidade das atividades finalísticas da universidade: a pesquisa, o ensino e a extensão. Aguarda-se, agora, que o governo encaminhe o anteprojeto aprovado nos Conselhos Superiores à Alerj e que esta cumpra o seu compromisso com a principal universidade pública deste estado, concretizando e finalizando o plano de carreira aprovado nesta casa em 2008.

ANTEPROJETO DE LEI XXX/2011

Dispõe sobre a Estruturação do Regime de Trabalho de tempo integral com Dedicção Exclusiva da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, prevista na Lei 5.343 de 08 de dezembro de 2008.

Art. 1º - Fica estruturado o Regime de Trabalho de Tempo Integral com Dedicção Exclusiva para o corpo docente do quadro permanente, para atendimento das atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão universitária na Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ.

Art. 2º - Considera-se Regime de Trabalho de Tempo Integral com Dedicção Exclusiva o exercício da atividade docente exclusiva na UERJ, ficando proibido, sob pena de desligamento da Dedicção Exclusiva, o exercício cumulativo de outro cargo, função ou atividade particular do caráter profissional ou pública de qualquer natureza, que não seja no âmbito da UERJ, com exceções previstas na presente Lei.

§ 1º - São admitidas, ao docente com Dedicção Exclusiva, as atividades, remuneradas ou não, a seguir:

- participação em órgãos de deliberação coletiva ou de classe e comitês assessores das agências de fomento e conselhos de órgãos públicos e de empresas públicas;
- participação em comissões julgadoras ou verificadoras, relacionadas ao ensino, à pesquisa e à extensão;
- percepção de direitos autorais e correlatos, de bolsas de pesquisa e de produtividade, de extensão, de graduação e participação docente e participação nos recursos financeiros de editais de incentivo à produção artística e científica;
- exercício de cargo comissionado ou função gratificada, no âmbito da UERJ e das agências de fomento;
- colaboração esporádica em assuntos de sua especialidade, devidamente autorizada pelo Conselho Departamental da Unidade Acadêmica na qual o docente está lotado;
- outras atividades autorizadas pelos Conselhos Superiores da UERJ.

§ 2º O caráter esporádico, referido na alínea “e” do parágrafo anterior será aquele atribuído a atividades com início e término bem definidos e que não possuam periodicidade semanal, mensal ou anual.

Art. 3º - A adesão ao Regime do Tempo Integral com Dedicção Exclusiva é de fluxo contínuo e pode ser solicitada pelo docente, com titulação de doutor, em Regime de Trabalho de 40 horas.

Parágrafo único - O desligamento do Regime a que se refere o caput deste artigo pode se dar a qualquer tempo, por solicitação do servidor.

Art. 4º - Fica assegurada a adesão ao regime estabelecido por esta Lei aos docentes em regime de 40 horas de todos os cargos/categorias do quadro permanente atual ativo que ingressarem na Universidade até dezembro de 2011.

§ 1º - Todo docente que se enquadra no caput deste artigo pode solicitar a adesão a este regime, a qualquer tempo.

§ 2º - O desligamento do Regime a que se refere o caput deste artigo pode se dar a qualquer tempo, por solicitação do servidor.

Art. 5º - O vencimento-base do docente com Dedicção Exclusiva é equivalente ao vencimento-base do docente de Tempo Integral da mesma categoria, acrescido de 62,5% (sessenta e dois e meio por cento).

Parágrafo único - Aos docentes que não optarem pela adesão à Dedicção Exclusiva fica garantida a permanência nos seus respectivos regimes de trabalho, conforme previsto na Lei 5.343, de 08 de dezembro de 2008.

Art. 6º - O Regime de Trabalho de Tempo Integral com Dedicção Exclusiva será instalado ao final da implantação do Plano de Reestruturação da Carreira Docente da UERJ, nos termos do parágrafo 4º do artigo 5º da Lei 5.343, de 08 de dezembro de 2008.

Art. 7º - Caberá à UERJ definir e estabelecer normas e procedimentos para o acompanhamento do Regime de Trabalho de Tempo Integral com Dedicção Exclusiva.

Art. 8º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

DEDICAÇÃO EXCLUSIVA POR QUÊ?

O QUE É A DEDICAÇÃO EXCLUSIVA (DE)

O regime de trabalho em Dedicção Exclusiva se caracteriza por oferecer uma vantagem pecuniária ao trabalhador pela sua vinculação a uma única instituição. Nas universidades públicas brasileiras, a DE foi criada na década de 1960, sendo um dos principais fatores do desenvolvimento dessas instituições desde então.

UERJ: ÚNICA UNIVERSIDADE PÚBLICA DO PAÍS SEM DE

Uma das maiores universidades públicas do país, a Universidade do Estado do Rio de Janeiro - Uerj - é também a única entre estas a não contar com o regime de trabalho em Dedicção Exclusiva.

A PROPOSTA DA UERJ

Com base nas 65 horas de trabalho que a lei (Decreto-Lei 13042/89, do Governo do Estado do Rio de Janeiro) permite aos professores, os Conselhos Superiores da Uerj avaliaram que o percentual oferecido pelo regime de trabalho em Dedicção Exclusiva deva corresponder a 62,5% sobre o valor do salário-base. Isto porque as 25 horas a mais, permitidas por lei, correspondem a 62,5% das 40 horas de trabalho na universidade.

POR QUE A COMPENSAÇÃO FINANCEIRA?

Este índice é necessário para que profissionais com vocação acadêmica e alto nível de conhecimento técnico, portanto, com grande valor no mercado, possam optar por se dedicar integralmente à universidade. Trata-se de uma opção para o docente que deve ser incentivada pelo regime de trabalho em Dedicção Exclusiva.

É sabido, porém, que em alguns campos de formação profissional é benéfica a existência de docentes que também desempenhem suas atividades fora da universidade, possibilitando uma ponte entre a academia e o mercado de trabalho. Devido a isso, o anteprojeto apresentado pela universidade considera que o regime de trabalho em Dedicção Exclusiva deve ter caráter opcional.

DE PARA TODOS OS QUE QUISEREM E PUDEREM

Em função da ênfase na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, os Conselhos Superiores consideraram a Dedicção Exclusiva fundamental para todas as áreas. Portanto a DE deve ser acessível a todos os docentes que assim o quiserem e estejam aptos a aderir. Levou-se em conta, ainda, o aumento da titulação docente que a Dedicção Exclusiva deverá induzir na universidade, como ocorreu em outras instituições.

DE E A MELHORIA DA QUALIDADE ACADÊMICA

Ao possibilitar que a maioria dos seus docentes esteja vinculada unicamente à universidade, a Dedicção Exclusiva proporciona avanços significativos da qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão.

não abria negociações, em Assembleia Docente, dirigida pela Asduerj, a categoria docente decidiu pela greve.



Durante a greve, o Governo Cabral, após um tempo, enviou sua proposta de DE à Alerj. Mais uma vez, o governo desrespeitava o que fora decidido pelos Conselhos Superiores da Uerj, enviando um Projeto de Lei à Alerj que teria número de vagas definidos, só para doutores, com seleção, ou seja, manteve o Programa Prociência, mas, tendo como remuneração um Adicional e não salário – Adicional de Dedicção Exclusiva.

Vale destacar que, durante a greve de docentes da Uerj, a Reitoria da época, em função de um ato realizado no corredor de seu gabinete, interpôs um pedido de *Interdito Proibitório* - que significa uma ação judicial, que visa defender a posse de um bem, impedindo a concretização de algo que possa vir a ser interpretado como uma agressão. O referido *Interdito Proibitório* foi entregue por Oficial de Justiça ao Presidente da Asduerj, à época, em plena Assembleia Docente, a qual se levantou e, de maneira firme, repetiu as seguintes palavras de ordem: “Não temos Medo!”.



Apesar de toda a situação, o movimento docente, sob a direção da Asduerj, conseguiu retomar a proposta, junto à Alerj, de ser Regime de Trabalho para os e as docentes que quisessem aderir, separando-o do Prociência, mas não conseguiu mudar a imposição do Adicional. Importa destacar que, através de uma emenda de parlamentar, a Lei apontava que o Adicional seria incorporado na aposentadoria. Para isso, haveria incidência de contribuição previdenciária para o Rio Previdência sobre o valor pago no Adicional.



A Lei 6328/2012 foi aprovada, entretanto, depois de todas essas lutas, e durante seis anos, o Rio Previdência, mesmo praticando o desconto de Adicional, não aceitava aposentar docentes com Adicional de DE e a própria Universidade negava-se a apostilar aposentadoria com DE.

Frente a isso, em 2018, a direção da Asduerj encaminhou uma proposta de Lei, aprovada em Assembleia Docente, ao Consun, de **extinção** do Adicional e inclusão do pagamento do percentual de DE no Vencimento Base. A proposta foi debatida e aprovada no Consun e enviada ao Governo Dorneles, como proposta de Projeto de Lei.

A Lei 8.267/2018 foi aprovada na Alerj, corrigindo o erro existente desde 2012. Efetivou-se, assim, na UERJ, como era intenção do movimento docente dirigido pela Asduerj, o Regime de Trabalho em Tempo Integral com Dedicção Exclusiva (RTTIDE).

Em decorrência do Regime de Recuperação Fiscal (RRF), instituído em 2017, com sua legislação que se materializava na Lei Complementar

nº 159/2017, combinada com a Lei Estadual nº 7.629/2017, ficou definido que os triênios só recairiam sobre o valor da RTTIDE após findar o referido RRF. Mesmo com essa limitação, a aprovação da Lei 8.267/2018 foi uma importante vitória do movimento docente sob a direção da Asduerj.

de 2013 e dezembro de 2018, sem condições de desempenhar durante cinco anos sua função docente, e sua aposentadoria com DE passou a ser recusada pela Universidade, em conjunto com o Rio Previdência. A Asduerj vem assumindo a luta para corrigir essa distorção, pelo respeito ao direito desse grupo de docentes, tendo como



Após a aprovação da Lei 8.267/2018, o Conselho Universitário, por exigência da própria Legislação, aprovou a Resolução 05/2019, estabelecendo um regramento necessário para que o conjunto de docentes da Uerj viesse a aderir ao Regime de Trabalho em Tempo Integral com Dedicção Exclusiva (RTTIDE). Dentre as regras, foi aprovada uma que vem interferindo na aposentadoria de um conjunto de docentes da universidade. Trata-se do § 5º que estabelece:

- Para efeitos previdenciários, o docente que optar pela aposentadoria regulada na forma do Art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005 (integralidade com paridade), deverá estar no exercício do cargo no Regime de Trabalho de Tempo Integral com Dedicção Exclusiva por, no mínimo, 05 (cinco) anos ininterruptos. O problema é que há um conjunto de docentes que, por questão de limite de idade, se aposentou entre janeiro

central a revisão das aposentadorias. O parecer da Assessoria Jurídica da Asduerj mostra as condições legais para essa revisão. Uma outra faceta da luta, se desenvolve junto à Reitoria para que as propostas da Asduerj, construídas em conjunto com sua Assessoria Jurídica, de mudança do § 5º



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

RESOLUÇÃO Nº 05/2019

Consolida as normas e critérios para regulamentação do Regime de Trabalho de Tempo Integral com Dedicção Exclusiva de que trata a Lei nº 5343, de 8 de dezembro de 2008, regulamentado pela Lei nº 6328, de 02 de outubro de 2012, com os aperfeiçoamentos introduzidos pela Lei nº 8267, de 27 de dezembro de 2018, e altera a redação dos artigos 3º, 4º, 5º, 6º e 7º da Resolução nº 02, de 25 de outubro de 2013.

da Resolução 05/2019, sejam encaminhadas para serem votadas no Consun.

Outra questão que exigiu mais lutas da Asduerj em defesa da Dedicção Exclusiva na Uerj como Regime de Trabalho, foi a Representação de Inconstitucionalidade contra a Lei 8.267/2018 - do Regime de Trabalho em Tempo Integral com Dedicção Exclusiva -, interposta pelo Governador Witzel logo que assumiu, em 2019, (afastado, posteriormente, do governo, por denúncias comprovadas de corrupção).

A direção da Asduerj, da época, frente a mais esse ataque ao Regime de Trabalho em Tempo Integral com Dedicção Exclusiva, procurou construir debates e ações junto à Reitoria, ao Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ) e à Alerj, em defesa da Lei.

Requeru ingresso como *Amicus Curiae*, perante o Órgão Especial do Superior Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ), para defender os direitos dos e das docentes e obteve decisão favorável para atuar no processo. Por outro lado, o

desembargador Relator da Ação indeferiu a liminar requerida pela Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro (PGE/RJ), mantendo a vigência da lei e obrigando, desta forma, o cumprimento da regra que determina o pagamento do Regime de Trabalho com Dedicção Exclusiva (DE) como vencimento-base e não mais como Adicional (ADE), até seu julgamento.

A direção da Asduerj levou e distribuiu, na Assembleia legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj), uma **Nota** em que mostrava, com dados, que as e os docentes aposentados não infringiriam gastos demasiados ao Rio Previdência com a Lei 8.267/2018, como argumentava a referida Representação de Inconstitucionalidade. A **Nota** que tinha como título “A Universidade do Estado do Rio de Janeiro não significa gasto, mas investimento: seus docentes merecem respeito!” ressaltava a legitimidade da DE na Carreira Docente e a importância da Universidade para o Estado do Rio de Janeiro.

Obteve o apoio de Deputados, comprometidos com os direitos de servidores e servidoras do Es-



Início > Alerj

Alerj Destaque Geral

Em reunião na Alerj, Uerj contesta números da DE no Vencimento-Base apresentados pelo governo

Por Redação - 06/11/2019

1053 0



A Universidade do Estado do Rio de Janeiro não significa gasto, mas investimento: seus docentes merecem respeito!

Nós, docentes da Uerj, além de estarmos desde 2001 sem reajuste, estamos com o nosso reenquadramento (Lei 7.423/2016) sem se completar e enfrentamos uma recusa permanente no cumprimento do nosso direito legal ao Regime de Trabalho de 40 horas com Dedicção Exclusiva.

Em outubro de 2019, a Secretaria de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro, com o propósito de tentar manter-se no Regime de Recuperação Fiscal, divulgou uma Nota Técnica estimando sem base em dados reais um impacto de 217 milhões de reais nos

tado, para o pleito de retirada da Representação de Inconstitucionalidade contra a Lei 8.267/2018, interposta pelo Governador Witzel.

Mas o Governador Witzel não retirou a Representação, e o Vice-governador Claudio Castro, que o substituiu quando ele foi afastado do governo por denúncias comprovadas de corrupção, também a manteve.

Em 28 de agosto de 2023, o Superior Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (STJ/RJ) pautou a votação da Representação de Inconstitucionalidade da Lei 8.267/2018. A direção da Asduerj, do período, buscou construir alianças na Universidade e com docentes de outras Instituições. Dentre várias ações, a direção da Asduerj encaminhou uma **Nota**

de Apoio, solicitando sua aprovação no Consun, defendendo a constitucionalidade da Lei. A **Nota** foi aprovada pelo Consun e enviada ao Superior Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (STJ/RJ).

Ainda em 2023, o STJ/RJ, com apenas um voto contrário, aprovou a constitucionalidade da Lei 8.267/2018. Nesse dia, a Asduerj construiu uma Vigília da categoria na sede do STJ/RJ, acompanhando a votação, que foi vitoriosa! O governo Claudio Castro recorreu e seu recurso foi rejeitado pelo mesmo STJ/RJ.

Essa é uma síntese da história da longa luta travada pela Asduerj, desde o começo, em 1996, para que a DE fosse um Regime de Trabalho para todas e todos os docentes que quisessem aderir, muito importante de ser mostrada e sempre repetida.



O antes

Ingressei como estudante de Serviço Social em 1982. E, logo nas primeiras semanas de aula, quando fomos recepcionados, na “calourada”, pelos estudantes do curso, encontramos um ambiente tenso. Havia uma expectativa da saída de professoras do curso, a partir de uma decisão unilateral do diretor na época, o professor Aquiles Correia. A intenção era adaptar o curso a uma formação teórica e política distinta da que vinha sendo implementada na Faculdade.

Cinco professoras foram demitidas – na verdade, uma não chegou a ser demitida, mas não renovaram o seu contrato. Eram professoras que asseguravam uma direção social crítica, de diálogo com a tradição marxista, com a qual o Serviço Social já iniciava uma aproximação desde 1979. Neste ano, houve um Congresso Brasileiro de Assistente Social, conhecido como o “Congresso da Virada”. Este Congresso promoveu um impacto no redirecionamento da formação profissional. No entanto, a direção da Faculdade de Serviço Social, de então, pretendia fazer o curso caminhar para uma outra perspectiva teórica. E, na ocasião, tinha condição, do ponto de vista institucional, de demitir estas professoras.

A greve

Para desmobilizar o movimento estudantil, o que parece ser uma prática ainda recorrente na universidade, suspenderam as aulas logo após o feriado da semana santa. Fecharam as salas, com avisos de que não haveria aula devido a mudanças que estavam sendo implementadas no curso. Quando retornamos, fizemos assembleias (estudantis) e nos posicionamos contrários às demissões das professoras. O Centro Acadêmico se organizou e iniciamos uma greve no curso de Serviço Social, que durou cerca de 35 dias.

Fizemos manifestações no Palácio Guanabara. Fomos a programas de televisão e, acabamos, obtendo uma boa cobertura jornalística na época, apesar de o curso ser pouco conhecido. Uma parte dos estudantes foi a um programa de TV (O Povo na TV), com grande popularidade, apresentado pelo Ilton Franco, com Wagner Montes e Roberto Jefferson. Onde tinha possibilidade de divulgar a nossa luta, a gente ia. Contudo, todas as formas de participação eram previamente debatidas: o que sealaria e o que daria visibilidade ao movimento.

E, o mais importante, fizemos uma ampla mobilização dentro da Uerj. Durante um período, percorremos todos os cursos, todas as salas de aula, chamando o conjunto dos estudantes para um ato que teríamos na Reitoria. Ocupamos a Reitoria para fazer pressão. A princípio, seriam três dias de paralisação. Tínhamos muito receio de não conseguirmos uma boa adesão dos estudantes, sobretudo por conta de a Uerj funcionar em

três turnos (manhã, tarde e noite). Mas conseguimos a adesão. Lotamos a sala da Reitoria. O reitor era o professor João Salim Miguel, que voltou atrás na decisão de demitir as quatro professoras. Só não conseguimos a renovação do contrato da quinta professora. Mas foi uma vitória importante.

O depois

Ao longo do ano de 1982, aconteceu uma série de mobilizações em torno da defesa e organização de um processo eleitoral interno, no qual os/as candidato/as fossem, obrigatoriamente, professores/as assistentes sociais. Na ocasião, o diretor era do curso de Filosofia e, o vice-diretor do curso, do Direito. As chefias de departamento também não estavam a cargo de assistentes sociais. Já no ano de 1983, conseguimos ter um processo eleitoral, assegurado pelo voto universal, com três chapas na disputa, todas compostas por professores do curso. O movimento estudantil teve um papel importante na organização destas chapas. Procurávamos assegurar uma perspectiva democrática de escolha, mas, ao mesmo tempo, uma escolha dentro de um campo de interesse teórico e político resultante deste movimento de 1982.

Outro ponto importante foi o apoio que recebemos de outros diretórios acadêmicos: da Geologia, da História, das Ciências Sociais, de determinados estudantes do curso de direito. Foi uma dinâmica muito interessante de articulação política que resultou na organização de uma chapa para disputar o DCE. Perdemos por poucos votos. Quem acabou assumindo o Diretório foi a chapa encabeçada por estudantes do Curso de Direito, da qual fazia parte o futuro vereador, Otávio Leite.

Isso tudo representou, para a universidade, uma ampliação das esferas de socialização política, do debate sobre a democracia. O que, eu acredito, acabou tendo implicações decisivas para o estabelecimento de processos de ingresso por meio de concurso público, além do reconhecimento acerca da necessidade de realização de eleições democráticas. Embora, até hoje, que eu tenha notícia, a única unidade que adota o voto universal respeitado em todas as instâncias é a Faculdade de Serviço Social.

Para se ter uma ideia do que representou esse movimento, 1982 foi o ano de retomada das eleições para governadores depois da Ditadura civil-empresarial-militar de 1964. Aquela dinâmica política também se expressou no engajamento do segmento estudantil no processo eleitoral. Sobretudo, no apoio à candidatura do Lysâneas Maciel do PT – um partido criado há pouco tempo –, e à do Leonel Brizola pelo PDT, que acabou vencendo as eleições daquele ano. Era um período ainda muito marcado por um processo de redemocratização inconcluso. Havia fortes reminiscências

das práticas de vigilância e ameaças do período da ditadura civil-militar-empresarial de 1964.

Teve um fato marcante no percurso da greve que foi a visita do Ministro (de Estado da Educação, Cultura e Desportos) Eduardo Portela à Uerj. Nós nos organizamos para entregar um documento para ele, denunciando o que estava acontecendo na Faculdade. Aos nos aproximarmos dele, que estava cercado por um grande aparato de segurança, o que não nos pediu de entregar o documento, a primeira pergunta feita por ele foi “quem era Fatinha e Solange”, as lideranças do movimento estudantil. Este fato demonstrou que ele já estava informado sobre o movimento. Era uma época em que ainda funcionava ativamente os serviços de inteligência da ditadura. Não era um ambiente de uma cultura democrática. Primeiro por que isso não é um traço da realidade brasileira. Não é um traço da universidade pública brasileira. E não era um traço do período.

Democratização da universidade

Não posso afirmar de forma categórica que essa greve foi um divisor de águas na cultura política e organizativa dentro da Uerj. Mas teve, com certeza, repercussões no movimento estudantil e na organização docente. Vários professores da própria Faculdade começaram a ter uma atuação muito importante junto ao movimento docente e, posteriormente, à Asduerj.

Refletindo sobre os processos mais recentes na universidade, identificamos que determinados traços permanecem. Um deles é o fato de o movimento estudantil ser também expressão das disputas entre correntes políticas, o que ocorria desde a nossa época. Não há movimento “puro”. Embora às vezes exista um posicionamento no sentido de demarcar diferenças dessas correntes, elas fazem parte. Enriquecem o debate. Estão presentes até os dias atuais, tanto no movimento estudantil quanto no movimento docente e de servidores. O que evidencia, ao meu ver, que a universidade não está apartada da sociedade. Também tem, no seu interior, correlações de forças, projetos de sociedade, vínculos político-partidários. Algo plenamente compreensível porque também estudantes, servidores e docentes são cidadãos e podem atuar em outros espaços a partir da defesa de um determinado projeto de sociedade, de universidade. Falo isso não em função dos últimos acontecimentos na Uerj, mas por conta da história da Uerj. Sempre houve um discurso hegemônico, em qualquer época, em favor da despolitização do espaço da universidade. Como se a universidade estivesse isolada da dinâmica da sociedade, das disputas políticas. E a gente sabe que isto não tem amparo na realidade. Em todo o Brasil, a universidade sofre essa pressão para ser um espaço neutro, de uma produção “asséptica”, não vinculada

a certos interesses. Quando, no mundo concreto, não é isso que caracteriza a nossa conduta ética, política, os nossos compromissos. Creio que esse movimento foi muito representativo. Embora inaugurado numa faculdade pequena, pouco conhecida. Outro ponto que possibilita identificar traços ainda presentes na trajetória da UERJ, é que o DCE não nos apoiou. Não esteve à frente. A articulação foi muito mais com determinados centros e diretórios acadêmicos. Não tivemos também o apoio de todos os diretórios/centros acadêmicos, em alguns a adesão se deu a partir de estudantes vinculados aos cursos. Tanto é que depois da vitória conquistada com a nossa luta política, lançamos uma chapa para disputar o DCE com apoio do Centro Acadêmico de Serviço Social e dos cursos mais atuantes da greve de 1982, assim como com outros componentes de cursos de posição política mais aguerrida, mais crítica. Foi uma disputa acirrada. Perdemos por uma votação apertada. Não lembro exato por quanto. Mas a lenda que ficou foi de ter sido por um voto. Uma disputa muito interessante e fecunda para a construção de um ambiente democrático. A Uerj tem experiências muito significativas no campo da luta pela democracia, do fortalecimento dos espaços de debate. Mas é uma universidade que também comporta forças muito conservadoras e atreacionárias. Do ponto de vista da nossa análise política, apesar de todas as mudanças, a universidade ainda é uma instituição conservadora.

Movimento docente

Há uma característica importante desses primeiros períodos. Não posso afirmar como estava o movimento docente na época, porque era estudante. Só ingresso como docente em 1987, quando a Asduerj já estava muito atuante, com lideranças muito aguerridas, que deram um pouco a feição que a Asduerj foi assumindo ao longo das décadas seguintes, com assembleias muito concorridas, disputadas e politizadas. Posso dizer que é uma marca da nossa entidade. Mas, do ponto de vista do movimento, acho que o ingresso dos professores, por meio do concurso público, foi levando a uma aproximação com o movimento docente, que até hoje é uma marca da nossa faculdade, ainda que não lhe seja exclusiva. Assim que ingressei como professor auxiliar, eu fiz parte do Conselho de Representantes da Asduerj. Guardo lembranças significativas das lutas que a universidade enfrentou e o papel destacado da entidade na mobilização pelo reconhecimento da carreira docente e da valorização da universidade. Acho que a Asduerj também nunca teve uma ação estritamente corporativa. Muito pelo contrário. A defesa da carreira e dos direitos dos docentes eram a defesa em torno do direito a uma determinada universidade: pública, laica, socialmente comprometida. Uma universidade que tem

o seu pioneirismo em relação às condições de acesso de segmentos da população que nem sequer pensavam estar aqui dentro, seja do ponto de vista das cotas para escolas públicas, para a população negra e agora o debate das cotas trans. Acho que são bandeiras que caracterizam

a universidade, que, ao mesmo tempo, é ainda uma instituição conservadora, mas com agendas e pautas de lutas importantes do ponto de vista das conquistas dos direitos sociais, humanos, da luta das classes de trabalhadores e dos seus vários segmentos.

Política estudantil

Estudantes criticam quem defende "chapão" para o DCE. Continuismo



Uma nova movimentação começa a tomar conta dos teatros da política universitária e do DCE, em uma cidade onde os estudantes não se abatem com a greve estudantil. Várias críticas à atual gestão do DCE de UERJ foram feitas por estudantes. O diretor do DCE, Aquiles Guimarães, defende o "chapão" para o DCE. Ele afirma que a greve estudantil não é uma bandeira de liberdade estudantil.

JORNAL DOS SPORTS, Sexta-feira, 7/5/1982 11

A crise na Faculdade de Serviço Social da UERJ, provocada pela demissão de professoras, ganha um elemento novo, na esfera judicial. E a greve dos alunos já dura 25 dias.

Conselho leva UERJ à Justiça

A decisão do Conselho Regional de Assessoria Social - CRAS - de autorizar a Assessoria Jurídica da entidade a se pronunciar em favor da greve estudantil, provocou a reação da direção da Escola de Serviço Social da UERJ. O Conselho Regional de Assessoria Social decidiu que o Conselho Regional de Assessoria Social deve levar a UERJ à Justiça.

Diretor diz que greve de Serviço Social é suicídio

"A insistência dos alunos com a greve dos 242 alunos da Faculdade de Serviço Social resultará em um veredito de morte para o DCE. O diretor da Faculdade de Serviço Social, Aquiles Guimarães, afirmou que a greve é suicídio. Ele disse que a greve dos alunos é uma decisão precipitada e que os alunos não devem fazer isso. Ele também disse que a greve dos alunos é uma decisão suicida e que os alunos não devem fazer isso. Ele também disse que a greve dos alunos é uma decisão suicida e que os alunos não devem fazer isso.

A crise da UERJ

Greve continua. Diretor não muda posição. Alunos também dizem que não voltam atrás.

Tudo começou com o afastamento de quatro professores da escola.



Reprovação geral por abandono de aulas

Os alunos da Faculdade de Serviço Social da UERJ saíram insatisfeitos após uma greve de 35 dias. Os quatro professoras afastadas da escola (origem da crise), acabaram de ser reconhecidas ao cargo, conforme ofício endereçado pelo diretor Aquiles Guimarães à Reitoria. As aulas na Faculdade retomam segunda-feira.

JORNAL DOS SPORTS, Quarta-feira, 5/5/1982 11

Política universitária

Presidente do DCE pode demitir-se

Enquanto em algumas faculdades a representação estudantil vai se reconhecendo, em outras, apesar de estarem organizadas, na forma de comitês, não se organizam. O presidente do DCE de UERJ, Miguel Salim, afirmou que ele pode demitir-se. Ele disse que a greve dos alunos é uma decisão suicida e que os alunos não devem fazer isso. Ele também disse que a greve dos alunos é uma decisão suicida e que os alunos não devem fazer isso.

Alunos articulam chapa de oposição

Alguns membros da greve estudantil, dos alunos do curso de Direito da UERJ, estão articulando um movimento entre suas colegas dos demais cursos. O objetivo é a eleição de um novo representante dos estudantes para o Conselho Regional de Assessoria Social.

Amearça de

JORNAL DOS SPORTS, Sexta-feira, 30/4/1982 11

TULIO PEDE POSIÇÃO DA REITORIA NA CRISE DA FACULDADE

Uma paralisação generalizada dos estudantes da Faculdade de Serviço Social da UERJ, que dura há mais de um mês, levou o reitor João Salim a pedir uma posição da reitoria. Ele disse que a greve dos alunos é uma decisão suicida e que os alunos não devem fazer isso. Ele também disse que a greve dos alunos é uma decisão suicida e que os alunos não devem fazer isso.

Demissão, o estopim da crise

A demissão de cinco professores da Faculdade de Serviço Social da UERJ, em maio de 1982, foi o estopim da crise. Os professores demitidos foram: Maria da Glória, Maria da Glória, Maria da Glória, Maria da Glória, Maria da Glória.

JORNAL DOS SPORTS, Quarta-feira, 19/5/1982 11

A crise na UERJ

Terminou a greve na Faculdade de Serviço Social. Agora, é a vez dos acadêmicos de Enfermagem.

Diretor recua e estudantes cessam a greve

Os alunos da Faculdade de Serviço Social da UERJ saíram insatisfeitos após uma greve de 35 dias. Os quatro professoras afastadas da escola (origem da crise), acabaram de ser reconhecidas ao cargo, conforme ofício endereçado pelo diretor Aquiles Guimarães à Reitoria. As aulas na Faculdade retomam segunda-feira.

Enfermagem: nova greve a caminho

Os alunos da Faculdade de Enfermagem da UERJ estão se preparando para uma greve. Eles estão articulando uma chapa de oposição e pedindo uma posição da reitoria.

A crise na UERJ

ESTAMOS EM GREVE

Serviço Social, há um mês em greve

Passata à porta do reitor. Depois, teatro



Os alunos da Faculdade de Serviço Social da UERJ estão se preparando para uma greve. Eles estão articulando uma chapa de oposição e pedindo uma posição da reitoria.

Jornal dos Sports

Diretor volta atrás e acaba greve na UERJ

Suíços: vamos com respeito e ousadia

Os alunos da Faculdade de Serviço Social da UERJ saíram insatisfeitos após uma greve de 35 dias. Os quatro professoras afastadas da escola (origem da crise), acabaram de ser reconhecidas ao cargo, conforme ofício endereçado pelo diretor Aquiles Guimarães à Reitoria. As aulas na Faculdade retomam segunda-feira.

Imagens: Série de reportagens publicada no "Jornal dos Sports" sobre a greve estudantil da Uerj, entre os meses de abril e maio de 1982.

Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

DEPOIMENTOS

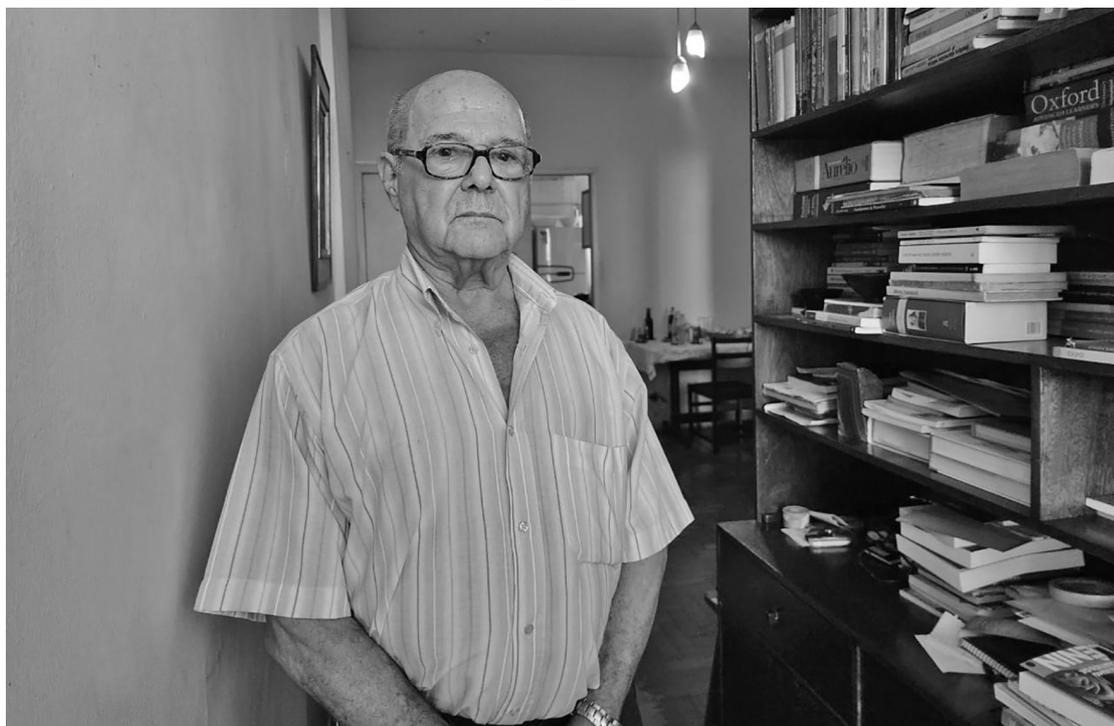
“Um pedaço da história que o tempo comprovou ter valido a pena”

Com a frase acima, o professor aposentado do Instituto de Letras da Uerj **NELSON RODRIGUES FILHO** finaliza o seu depoimento para esta edição especial da Advir em que relembra, de forma bastante sintética, o tempo heroico de fundação da Asduerj, em que os resquícios da ditadura civil-empresarial-militar ainda estavam presentes, mais do que agora.

Para ajudar-nos a lembrar essa história, cheia de lacunas e imprecisões, a Advir convidou, além do professor Nelson, membro das duas primeiras diretorias, o professor **RICARDO SANTOS**, personagem fundamental para a fundação, tendo ocupado por duas vezes o cargo de presidente, o professor **RONALDO LAURIA**, primeiro presidente eleito e o professor **JOSÉ EUSTACHIO BRUNO**, que, além de participar da Comissão de fundação, foi o terceiro presidente eleito da Asduerj.

Os textos são sínteses dos depoimentos gravados para o Canal do *YouTube* da Asduerj e que inauguram a série em que pretendemos ouvir as dezenas de docentes que ajudaram a construir esta histórica ao longo destes 45 anos. Como afirma ainda o professor Nelson, “o tempo enfraquece a memória, mas não é bastante forte para eliminar o que justifica e orgulha a existência”.

RICARDO SANTOS



Entre o final de 1977 e início de 1978, após ter sido absolvido pelo Superior Tribunal Militar¹, voltei à militância, e, agora, dentro da Uerj.

Acontecia um processo de reorganização geral em toda sociedade. Nas universidades, fervilhavam as entidades estudantis e, principalmente, as de docentes. No Rio, havia a Adpuc (Associação de Docentes da Pontifícia Universidade Católica) muito ativa. Em São Paulo, a Adusp (Associação de Docentes da USP).

Nesta época, convidei um professor da Universidade Federal Fluminense (UFF) – Paulo dos Santos Rodrigues – para ministrar aulas na Farmacologia. Ele então me falou sobre a formação de uma CoAD da UFF (Comissão de Organização da Associação Docente na UFF). Disse ainda que estava previsto, para o final daquele ano de 1978, o primeiro encontro nacional de ADs e CoADs, (ao qual comparecemos eu e o Antonio Carlos). Me interessei pela ideia. Pensamos em fazer uma Coaduerj. Mas, ao pesquisar, verificamos que a sigla (Aduerj) era usada pela Associação dos Diplomados da Uerj, e tinha inclusive assento no Conselho Universitário. Passamos então a utilizar a sigla Coapuerj. A UFRJ seguiu caminho similar.

Obtivemos cópias de outros Estatutos e anteprojetos de Estatutos, além do da Aduff, como o da Adpuc e da Adufrj, bem como de ADs de São Paulo, através de outros contatos. A partir destes documentos, redigimos um anteprojeto de estatuto para a Apuerj. Este levava muito em consideração o fato de não considerarmos a Uerj uma universidade na sua totalidade, pois sem pós-graduação e pesquisa; como se dizia na época “a Uerj era um grande Pedro Segundão”. A Coapuerj originalmente era composta por mim, pelo Waldinez Lima de Oliveira, por Antonio Carlos Campos de Carvalho, e o Aristides, professor de Fisiologia, todos do Instituto de Biologia. Depois vieram Antonio Augusto Quadra e José Eustachio Bruno, ambos da FCM. Antes disso, houve o contato com Reinaldo Felipe Nery Guimarães e (João) Regazzi, da Medicina Social, e que não compuseram a Coapuerj, mas muito ajudaram; pedi a eles que divulgassem o movimento no Hupe e no *campus* João Lyra. Reinaldo chamou o pessoal do Instituto de Letras, que disseram que não poderiam participar naquele momento. Antônio Carlos Ferrão e o Ronaldo Coutinho explicaram que não tinham as mesmas facilidades

de reunião e participação no *Campus*, estiveram em uma ou duas reuniões. Era o poder do Fascismo no país que limitava reuniões. Nesta época, a Biologia e a medicina eram um foco de resistência, em várias universidades.

Após redigirmos o anteprojeto, pedimos à Reitoria sala para reuniões. Em conversa com o Roberto Alcântara Gomes, que hoje dá nome ao Instituto de Biologia, pedi sua intermediação para conseguir espaço no *campus* Francisco Negrão de Lima (Maracanã) para a fundação. Ele me orientou a procurar o Vice-Reitor Fernando Sgarbi Lima. Este me disse para voltar depois, que veria o que poderia fazer. Quando voltei, Sgarbi pediu que procurasse o professor Airton, Diretor da Química, para discutir a questão. Procurei uma vez e não o encontrei, já antevendo tentativa de cooptação.

Neste ínterim um membro da Coapuerj trouxe a sugestão de formarmos a ABCD (Associação Benfeitora do Corpo Docente), prevista no antigo Estatuto da Uerj. Fui contra, e descrevi a ideia como “pelegagem”. Sugestão natimorta na CoAPUERJ.

O clima geral da sociedade, naquele momento, era de formar organizações de luta social contra o fascismo de então: pela Anistia Ampla Geral e Irrestrita, uma Constituinte livremente eleita e eleições diretas para Presidente da República e em todos os demais níveis.

Numa última tentativa de conseguir sala para fundar a AD voltei a procurar o Vice-Reitor e ficou mais claro que só sairia a sala se conversássemos, ou seja, se compuséssemos uma Associação com a Reitoria.

Em reunião da Coapuerj, expus a impossibilidade de obtermos sala. Todos discordaram e disseram do meu exagero. Propus que fossem ao Vice-Reitor Sgarbi e tentassem sem a minha presença. Foram e voltaram me dando razão: o Vice-Reitor queria pelegar a Coapuerj.

A partir desta constatação, convocamos a assembleia para fora da Uerj.

Pela lei, teríamos que publicar dois editais em jornais de grande circulação. Publicamos, como Coapuerj, um chamado à assembleia de fundação no dia 7 de maio de 1979, na sala 91 da Associação Brasileira de Imprensa (ABI).

Para nossa surpresa, no dia seguinte surge nos jornais um edital assinado pela Coapuerj, informando que a fundação da Apuerj tinha sido antecipada para o dia 3 de maio, no auditório 71, da Faculdade de Direito da Uerj. Roubaram nosso edital e o nosso nome. Reunimos a Comissão e redigimos, no coletivo, uma denúncia do fato. No dia 3 de maio, fomos em comissão ao auditório 71 onde estavam fundando a Apuerj. Fui escolhido para ler o documento. Estavam também conosco o Antônio Carlos Ferrão, o Aristides, o Bruno, Waldinez; e possivelmente outros como Vivaldo e Edna do Instituto de Biologia,

No Auditório 71 estavam Arnaldo Niskier, Secretário Estadual de Educação, e, dirigindo a Assembléia, o Professor Evanildo Bechara, professor de Língua Portuguesa.

Já apresentaram uma diretoria pronta e impuseram um estatuto sem discussão. Estava tudo pronto, acabado e definido.

Depois que li o documento da verdadeira Coapuerj denunciando a falsidade e a vergonha da criação de uma falsa AD, saímos do Auditório 71. O que vimos, do lado de fora, foi um monte de panfletos pregados nas paredes e elevadores que diziam: “A vergonha do 3 de maio tem de ser apagada da história da vida docente da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Todos à ABI, no próximo dia 7 de maio de 1979 às 19:30 horas Auditório da ABI, 7º andar”.

Era mal impresso, feito em mimeógrafo, coisa de professor. Quem fez isso? Foi Vivaldo Moura Neto, hoje professor titular de Anatomia da UFRJ, a professora Édna Rienk de Souza, que levou um livro de ata pronto para a assembleia de fundação, e o Leonardo

(já falecido). Todos eram docentes da Biologia. Teve muita gente que não está mais na Uerj mas que teve papel fundamental no surgimento da Asduerj.

Diferente do que ocorreu no dia 7 de maio, levamos à ABI o anteprojeto de estatuto para discutir e fazer modificações. Discutimos item por item. Fizemos muitas modificações, imprimimos e registramos legalmente. Ao final, foram propostos nomes para a diretoria (provisória), pois não tínhamos nem candidatos. O nome – Asduerj – definimos depois. O único Diretor com cargo eleito pela Assembleia foi o Presidente; os demais a Diretoria distribuiu na sua primeira reunião. O processo todo foi muito democrático.

O clima geral da sociedade, naquele momento, era de formar organizações de luta social contra o fascismo de então

RONALDO LAURIA



Ainda vivíamos sob a ditadura, éramos celetistas e podíamos ser demitidos

No final da década de 1970 foi realizada na ABI a assembleia de fundação da Asduerj, pois não fora cedido um auditório no campus para a sua realização. Numa manobra da Reitoria, da qual participaram figuras da administração central, alguns diretores de unidades acadêmicas e alguns professores, foi criada às pressas uma associação docente com o nome de Apuerj. Esse foi o motivo alegado pela reitoria para não ceder um auditório para a assembleia de fundação “já que havia uma associação docente”. A negativa representou um claro obstáculo ao desenvolvimento de nossas atividades. Dessa assembleia eu saí Vice-Presidente da diretoria provisória e o Professor Ricardo Santos, Presidente. Trabalhamos para conseguir uma sede no campus e para organizar o processo eleitoral para a escolha da diretoria definitiva e do Conselho de Representantes. As reuniões ocorriam na casa do professor Ricardo Santos. O espaço para a sede não foi concedido mas o processo eleitoral foi realizado e eu fui eleito Presidente.

Durante todo o meu mandato, apesar dos pedidos insistentes, não foi cedido nenhum espaço, sob a mesma alegação. Conseguir um auditório para as assembleias também não era uma tarefa muito amena. Graças ao trabalho e dedicação de alguns professores, como o professor (Antônio Carlos) Ferrão, que sem participar da diretoria imprimia as nossas publicações no seu mimeógrafo a álcool, o professor Nelson Rodrigues Filho, de belo texto, na

forma e no conteúdo, o professor Luiz Fernando Magalhães Couto, nosso advogado, o professor José Eustachio Bruno, incansável batalhador das causas justas e inúmeros outros que não hesitaram em colocar em risco os seus empregos, em prol da causa, a Asduerj tentou cumprir o seu papel. Ainda vivíamos sob a ditadura, éramos celetistas e podíamos ser demitidos, bastando para isso a vontade de um diretor. À guisa de exemplo, um professor do Instituto de Química fora demitido por ter sido considerado “subversivo”. Iniciamos um movimento tentando preservar o seu emprego, mas recebi um telefonema do próprio professor pedindo que parássemos com aquilo ou ele perderia também o seu emprego na Escola Nacional de Química. Eram tempos difíceis. O professor Ricardo Santos estava em São Paulo fazendo o doutorado e a ausência dele fez muita falta nesses passos iniciais da Asduerj.

Em dezembro de 1980, sofri um infarto agudo do miocárdio que resultou num afastamento da Universidade por um ano e três meses e que quase resultou em aposentadoria por invalidez. Não conseguimos cumprir o calendário eleitoral e, para os contatos externos, eu continuei a receber a correspondência direcionada à Asduerj, na minha casa. Com a volta do professor Ricardo Santos, com o seu empenho, finalmente foi cumprido o calendário eleitoral e empossada uma nova diretoria, encabeçada por ele, sendo finalmente consolidada a nossa Associação.

JOSÉ EUSTACHIO BRUNO



A ASDUERJ (Associação de Docentes da Universidade do Estado do Rio de Janeiro) foi fundada em 1979, mais exatamente em maio de 1979, portanto num período que poderíamos caracterizar como um “início de distensão” da ditadura, porém ainda dentro dos limites da repressão exercida pelo regime militar. Prova desse período de transição é que a ASDUERJ surge no mesmo ano de promulgação da lei da Anistia e pouco antes da prisão, como sindicalista, do atual presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, por dirigir uma greve de metalúrgicos no ABC paulista. Em decorrência disso não foram fáceis os caminhos a serem percorridos para a fundação da entidade, uma vez que as investidas contra o seu surgimento foram muitas, a começar pela proibição do uso de qualquer sala, anfiteatro ou outro ambiente físico para reuniões objetivando sua constituição. Por falar na origem da ASDUERJ é interessante e curioso destacar que o núcleo inicial de professores que criou a entidade pertencia ao Centro Biomédico. Interessante e curioso porque, em que pese não termos dados estatísticos reais sobre isto, tem-se, pelo menos, a impressão de que as áreas de ciências exatas ou biológicas seriam menos propensas a gerarem esse tipo de movimento do que aquelas das ciências humanas.

Mas, devemos repetir, a ASDUERJ teve seu núcleo original de fundação na área biomédica com quatro ou cinco professores dessa área constituindo a chamada COAPUERJ (comissão de organização da associação de professores da Uerj), comissão essa que, sem qualquer solução de continuidade, contou logo, logo com a adesão de um número praticamente igual de colegas do CAMPUS, indo culminar essa pequena organização e mobilização com a celebre e histórica assembleia dos 79 (setenta e nove) professores na ABI (Associação Brasileira de Imprensa) em maio de 1979.

E por que na ABI? Porque não conseguimos uma sala na Uerj para reunir os professores e assim realizar a assembleia de fundação, a qual, aliás, teve um outro obstáculo, materializado na criação de uma associação paralela: a famigerada APUERJ. Ou seja, o poder central da universidade, a Reitoria à época, visando matar a entidade no seu nascedouro convocou uma assembleia fajuta e conseguiu fundar uma associação paralela e pelega, roubando como pode se ver, inclusive, o nome da entidade autêntica. Não durou muito a farsa, pois os professores da Uerj perceberam a falcatura e trataram logo de ignorar a entidade pelega além de, por outro lado, fortalece-

rem cada vez mais a entidade criada na ABI já com o novo nome de ASDUERJ (ASSOCIAÇÃO DE

DOCENTES DA UERJ)

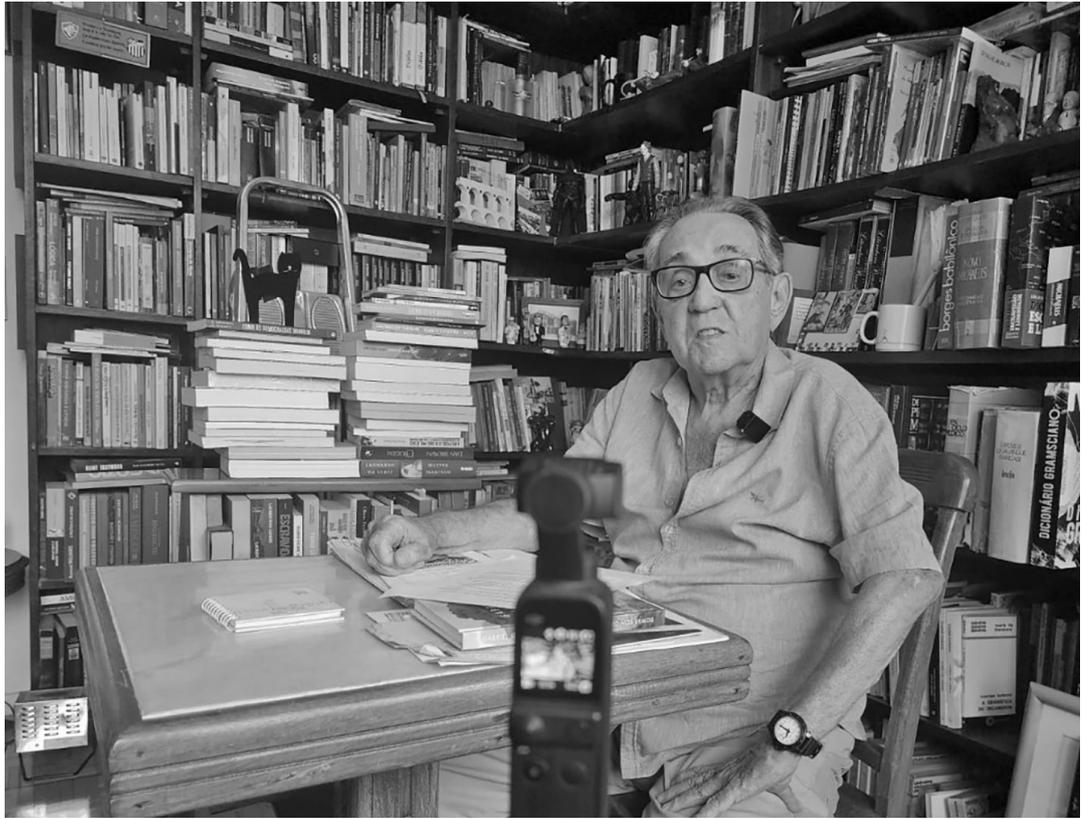
Observando em retrospectiva os seus vários anos de funcionamento não temos nenhuma dúvida em afirmar que a Uerj era uma e, depois, completamente outra após a formação da ASDUERJ; que o surgimento da Entidade juntamente com a atuação do SINTUPERJ (representação dos funcionários) mudou completamente o perfil da Universidade e que suas grandes conquistas ocorreram devido às lutas empreendidas por essas duas entidades representativas, devendo-se destacar ainda as contribuições do DCE/Uerj, bastante atuante à época. Irmanadas, essas 03 (três) instituições promoveram uma série de avanços em termos de condições salariais e de trabalho, o que nos leva a abrir aqui um parêntese para enfatizar que praticamente todos os reajustes salariais e melhorias nas condições de trabalho de professores e servidores nos últimos anos foram conseguidos através das lutas dessas entidades, uma vez que neste mesmo período todos os governos estaduais do Rio de Janeiro foram absolutamente irresponsáveis, jamais reconhecendo quaisquer direitos dos trabalhadores da Universidade.

Contudo, a ASDUERJ não dedicou seus esforços apenas às lutas corporativas, tendo sido um instrumento imprescindível aos progressos acadêmicos da universidade, sendo prova disso os planos de carreira para ambas as categorias implementados no interior da Uerj, planos esses que jamais teriam existido sem as cobranças e reivindicações feitas pelas entidades representativas. Inclusive, a propósito dessas lutas acadêmicas, num primeiro momento, a ASDUERJ foi vítima de campanhas caluniosas, dizendo que ela se dedicava tão somente às questões corporativas. MENTIRA (!), pois a ASDUERJ sempre teve ligações íntimas com as questões científicas e culturais, contribuindo sobremaneira com os avanços do conhecimento no interior da Universidade. Para ilustrar essa afirmação fazemos questão de recordar sempre ter sido a ASDUERJ (suprindo uma falha imperdoável da própria Instituição) quem organizou a “PRIMEIRA MOSTRA DE TRABALHOS CIENTÍFICOS DA UERJ”, ocasião em que foram divulgados centenas de trabalhos científicos produzidos pelos professores lotados nos vários departamentos dos 04 (quatro) centros setoriais da Universidade — Centro de Ciências Sociais, Centro de Ciências Humanas, Centro Biomédico e Centro de Tecnologia e Ciências).

Por fim, o surgimento da ASDUERJ e sua ação conjunta com o SINTUPERJ e o DCE-UERJ representou um verdadeiro divisor de águas dentro da Universidade, sendo suficiente lembrar que sem a atuação dessas entidades jamais teriam acontecido eleições diretas para reitor, diretores de unidades e outros cargos de direção na UERJ, e que as reuniões do CONSUN (Conselho Universitário) nunca seriam transparentes e abertas como são atualmente. Em outras palavras, poucas organizações sociais desempenharam papel tão relevante quanto a ASSOCIAÇÃO DE DOCENTES DA UERJ na democratização da universidade brasileira e, também, do país.

A Asduerj não dedicou seus esforços apenas às lutas corporativas, tendo sido um instrumento imprescindível aos progressos acadêmicos da universidade

NELSON RODRIGUES FILHO



O tempo enfraquece a memória, mas não é bastante forte para eliminar o que justifica e orgulha a existência.

No meu caso – ex-aluno e docente aposentado – tenho especial orgulho de ter participado da fundação da nossa Asduerj.

Não foi fácil. A Uerj de então era o império dos catedráticos e apaniguados, configurava-se o poder em moldes que se adequavam à ditadura vigente.

A criação de uma associação docente incomodava os donos do poder, como inaceitável e perigosa transgressão. Razão bastante para que tentassem impedi-la, proibindo reuniões no espaço universitário e mesmo forjando um projeto de criação de uma entidade similar, apresentado numa frustrada assembleia, dirigida por um docente comprovadamente comprometido com o poder. O tal projeto apropriava-se, inclusive, do nome proposto no projeto original (Apuerj).

Nada disso, entretanto, impediu a fundação da Asduerj, em memorável assembleia realizada na ABI. Nascia ali um novo tempo, o triunfo da prática democrática que punha em xeque o poder acadêmico “feudal” e autoritário. Saía

vitorioso um projeto progressista, em muito graças à coragem e persistência da liderança do amigo Ricardo Santos, que viria a ocupar a presidência na primeira diretoria, na qual tive a honra de compartilhar a vice-presidência com o amigo Ronaldo Lauria.

Não foram poucas as conquistas da entidade. Conta-se, entre elas, o reconhecimento de sua condição sindical, a liderança nas reivindicações dos docentes, a democratização do processo de eleição dos dirigentes universitários, a admissão por meio de concurso, a representação efetiva da categoria.

Registro aqui um pedaço da história que o tempo comprovou ter valido a pena.

*A criação de uma
associação docente
incomodava os
donos do poder*

Contar a história da Asduerj demanda um esforço para contornar a inexistência ou precariedade de registros, sobretudo, fotográficos dos seus primeiros anos. Para além da memória de seus fundadores e da documentação mantida nos seus acervos pessoais, há pouco material disponível.

Para este número especial que homenageia os 45 anos da Asduerj, tentamos suprir parte desta lacuna recorrendo a uma breve pesquisa nos acervos da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional e no Núcleo de Memória, Informação e Documentação (MID) da Rede Sirius/Uerj. Se ainda não são satisfatórios os primeiros resultados deste trabalho, feito de forma assistemática e condensado pelas pressões incessantes da luta diária do sindicato, o que ele demonstra já é revelador da importância da trajetória da Asduerj para a construção do que é hoje a Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Apresentamos a seguir um resumo do que foi possível encontrar, nesta pesquisa, nos periódicos e imagens disponíveis nos acervos, tomando como exemplo dois pontos essenciais da atuação da Asduerj ao longo deste período: a luta pela democracia universitária e a luta por conquistas salariais. As duas pautas, não por acaso, se conectam ao longo desta trajetória, demonstrando como a unidade do movimento docente, estudantil, de técnicas e técnicos foi fundamental para o fortalecimento da democracia na universidade e a conquista de direitos para a sua comunidade.

Fragments de uma história

DEMOCRACIA UNIVERSITÁRIA

Desde sua fundação, a Asduerj foi um agente fundamental no processo de democratização da universidade. Em 1983, organizou a primeira consulta direta para o cargo de Reitor realizada numa universidade brasileira.

Em depoimento para a Revista Advir, em julho de 2010, o professor Ricardo Santos, então presidente da Asduerj, lembra do movimento como “uma das grandes lutas dos primeiros anos da entidade”.

“Foi a primeira experiência deste tipo no país. Nesta consulta, foram eleitos Hésio Cordeiro e Ivo Barbieri (ambos sócios-fundadores da Asduerj) e com ampla vantagem sobre o segundo colocado. O governador Brizola, porém, escolheu seu nome de confiança e não os eleitos. Rasgamos sua carta-compromisso assumida durante a campanha e houve novo protesto e mobilização. Ivo Barbieri foi nomeado Vice-Reitor de Charley Fayal. Posteriormente, com a Constituinte de 1988, a eleição direta para Reitor se tornou legal. Os dois primeiros reitores da Uerj eleitos foram Ivo Barbieri e depois Hésio Cordeiro”.



Fotos: 1983: consulta à comunidade acadêmica para a escolha de reitor e vice-reitor

Fonte: Núcleo de Memória, Informação e Documentação - MID, da Rede Sirius/Uerj

Protesto da Asduerj foi destaque na imprensa da época

A primeira consulta à comunidade para a escolha do Reitor da Uerj foi destaque em jornais da época. Em uma de suas matérias, o jornal “Última Hora” destacava o repúdio da Uerj à escolha do governador que desrespeitou a decisão da comunidade.

No texto, o jornal informa que “Enquanto Charley Fayal de Lira era empossado pelo governador Leonel Brizola, em solenidade no Palácio Guanabara, no cargo de reitor, na Uerj realizava-se um ato de repúdio contra o novo reitor. (...) Os organizadores do protesto lembraram a promessa de Leonel Brizola candidato a governador, feita em forma de termo de compromisso datado de 21 de setembro de 82, quando se comprometeu a tomar medidas efetivas que propiciassem as mais amplas condições para o exercício da democracia na Uerj. Essas condições seriam eleições diretas para reitor e diretor, implementação e favorecimento da livre organização dos funcionários, professores e estudantes, que participariam nos conselhos e departamentos da universidade, enquanto as verbas seriam usadas de acordo com o interesse e decisões da comunidade acadêmica. O termo de compromisso foi rasgado ontem, durante o ato, pelo presidente da Asduerj”.

“Queriam uma marionete, que não atende aos requisitos básicos de democratização da universidade porque

tem um passado de repressão”, afirmava o professor Ricardo Santos ao Última Hora. O jornal lembrava que a acusação referia-se “à época em que Fayal era diretor da Faculdade de Odontologia e impedia a filiação dos dentistas à Associação dos Docentes”.

A matéria informa ainda que a Asduerj havia entrado com um mandado de segurança contra a indicação do novo reitor com pedido de liminar ao Tribunal de Justiça, a fim de sustar a posse”.

Ao longo das quatro décadas seguintes, a atuação da Asduerj nas eleições da Uerj teve como foco o fortalecimento dos instrumentos de participação que ajudou a construir. Um exemplo foi a realização, junto ao DCE e Sintuperj, do debate que lotou a Capela Ecumênica da Uerj, em outubro de 2023, na última eleição para a Reitoria reunindo as três chapas candidatas (foto).

A Asduerj, no entanto, continuará a prezar por sua autonomia e independência em relação a partidos, governos ou instâncias administrativas da Uerj, buscando sempre o diálogo e a negociação, com qualquer daquelas ou daqueles que ocupem momentaneamente espaços de poder, na defesa dos direitos de sua base sindical e na luta por uma universidade pública, gratuita, democrática e socialmente referenciada.



Imagem: Recorte do Jornal Última Hora do dia 3 de janeiro de 1984, com fotos de Leonel Brizola dando posse ao Reitor Charley Fayal e ao lado o professor Ricardo Santos rasgando a carta compromisso do governador.

Fonte: Hemeroteca da Biblioteca Nacional



Foto: membros da Asduerj, Sintuperj e DCE-Uerj no último debate entre as chapas candidatas à reitoria da Uerj.

Fonte: Arquivo Asduerj

RECOMPOSIÇÃO SALARIAL

Em 1984, uma greve por reposição salarial e plano de cargos reuniu mais de duas mil pessoas em assembleias comunitárias no Teatrão da Uerj

Um professor titular da Uerj em regime de 40h, com mestrado e doutorado, ganha menos que o “chefe da Xerox” da Uerj. A denúncia feita pela Asduerj sobre a disparidade salarial na universidade abriu a reportagem do Jornal Última Hora, de 9 de novembro de 1984, sobre a greve de docentes, técnicas e técnicos, iniciada na Uerj no dia anterior.

A matéria informava ainda a pauta de reivindicações encaminhada em carta ao então Reitor da Uerj, Charley Fayal, no dia seguinte a deflagração do movimento. Os grevistas reivindicavam “20% de abono de emergência; reposição salarial para docentes e não docentes e implantação de cargos e salários dos servidores”.

O protesto maior do movimento, segundo o Jornal, era quanto à disparidade salarial dos docentes em relação a cargos comissionados que haviam sido reajustados pela Reitoria. Um chefe de secretaria teria passado a ganhar Cr\$ 840.000, enquanto um professor assistente, “que precisava ter mestrado”, como frisava o jornal, ganhava Cr\$ 740.000.

O Reitor contestava, mas abria a possibilidade de negociação ainda naquele ano. No entanto, o então secretário de Fazenda, César Maia,



Uerj paga melhor na xerox do que na aula

Charley Fayal acha a greve inédita

Um professor titular da Uerj (Universidade do Estado do Rio de Janeiro), trabalhando no campus do Maracanã em regime de 40h semanais, ganha hoje Cr\$ 2 milhões 172 mil. Para chegar a este cargo ele precisa ser formado em mestrado e doutorado. Com a mesma carga horária, o chefe do xerox da universidade ganha Cr\$ 2 milhões 520 mil. Este é um dos exemplos das disparidades salariais denunciadas pela Asduerj (Associação de Docentes da Uerj). É também um dos motivos da greve que começou ontem.

Hoje, em consequência desta paralisação, o Hospital Pedro Ernesto - que forma com a Esdi (Escola de Desenho Industrial) e a Faculdade de Filosofia de Caxias os demais setores da Uerj - também deixou de funcionar: somente os casos de emergência serão atendidos.

Ontem à tarde a Asduerj e a Asseurj enviaram ao reitor Charley Fayal de Lira uma carta com as seguintes reivindicações: 20% de abono de emergência a partir de 1/9 em folha suplementar de pagamento, ainda este mês; reposição salarial para docentes e não docentes e implantação imediata da carreira docente de cargos e salários dos servidores.

— Uma greve inédita - segundo o reitor. Nunca vi que se faça uma greve antes de se apresentar as reivindicações. Não recebi nada, nenhum documento, a não ser este que acaba de chegar.

Mas, segundo os professores, esta não era a primeira vez que se dirigiam à diretoria da universidade. “Há 15 dias o Conselho Universitário - órgão deliberativo que sanciona ou vota as regulamentações internas - recebeu uma carta com as reivindicações. Até a última segunda-feira o reitor não havia se manifestado”, diz o vice-presidente da Asduerj Luís Fernando Couto.

Este documento detalhava inclusive as perdas salariais. Um professor titular de 40h, por exemplo, teve entre novembro de 79 e setembro de 84 uma diminuição de nove salários mínimos no seu ordenado. No mesmo período, um professor adjunto passou de 16 salários mínimos para 12.

Mas o maior protesto é em torno da reestruturação salarial dos cargos em chefia que, na época do envio da carta, estava para ser aprovado. A Asduerj mostrava como ficaria a situação exemplificando com os salários de setembro. Um chefe de secretaria passaria a ganhar Cr\$ 840.000 e um professor assistente, que precisa ter mestrado, trabalhando 20h, Cr\$ 740.000. Um assessor do reitor (que não é professor) teria um salário de Cr\$ 1.200.000 e um professor titular (com mestrado e doutorado), trabalhando 40h/semana, Cr\$ 1.440.000. Apesar das disparidades a resolução foi aprovada e publicada no dia 25/10 com retroação a 1/9. Isto ainda significou um aumento mais acentuado, pois o reajuste salarial - entre 50 e 55% - foi

em outubro. Os aumentos dos cargos em comissão vigorando a partir de setembro sofreram mais um acréscimo que, segundo o vice-presidente da Asduerj, chegou a 95%.

Charley Fayal argumenta que este é o início de toda uma reformulação do plano de carreira docente.

— Um professor de 40h não pode ganhar mais que um diretor. Ninguém queria mais ser diretor das faculdades. A greve foi precipitada. Mesmo paralisados, pretendemos divulgar na próxima segunda-feira entre professores e alunos os primeiros resultados a que chegou o grupo de estudo que examina o realocamento docente. Se aprovados, passaremos ao Conselho e tentaremos uma negociação a nível de Estado, absolutamente viável ainda este ano. Quanto às negociações, em conversa com o secretário de Fazenda, César Maia, este disse que “com greve não há qualquer negociação”.

declarava ao jornal que “com greve”, não havia negociação.

A matéria era ilustrada por uma foto da assembleia deflagrada da greve que, segundo a legenda do jornal, reuniu “seiscentos professores e funcionários” no “teatro da Uerj”.

A greve também foi tema da coluna do jornalista Sebastião Nery, na Tribuna da Imprensa, no dia 20 de novembro. O columnista afirmava ter sido “uma pena que o governador Leonel Brizola não tenha estado presente para ver o belo espetáculo de consciência política, de serenidade, de firmeza e de luta democrática, que foi a assembleia da greve da Uerj, no enorme teatro da Universidade, inteiramente lotado, com gente em pé por todos os cantos. Mais de mil professores e funcionários, com a mesa comandada por Ricardo Santos, presidente da Asduerj, Carlos Otaviano, presidente da Asseurj e Ricardo Tepedino, presidente do DCE da Uerj”.



Sebastião Nery

O Reitor biônico e a greve da UERJ

É uma pena que o governador Leonel Brizola não tenha estado presente, ou que alguém de uma assembleia pessoal não estivesse lá, para ver o belo espetáculo de consciência política, de serenidade e firmeza de luta democrática, que foi a assembleia da greve da UERJ (Universidade do Estado do Rio de Janeiro), ontem à tarde, no enorme teatro da Universidade, inteiramente lotado, com gente em pé por todos os cantos. Mais de mil professores e funcionários, com a mesa comandada por Ricardo Santos, presidente da ASDUERJ (Associação dos Docentes da UERJ), Carlos Otaviano, presidente da ASSEURJ (Associação dos Servidores da UERJ) e Ricardo Tepedino, presidente do DCE da UERJ. Além dos presidentes dos sindicatos e associações de toda a área universitária.

— O governador não iria mais consentir que porta-vozes da UERJ lhe dissessem que a greve é “coisa de um grupelho”. São 1.990 professores, 3.590 funcionários e 13 mil estudantes em greve total, sem exceção, e a não ser a curtiela estipendiada do gabinete do reitor. E uma greve para valer. Não admitiam outras feixas, ameaças, polifalsetos. Só há uma solução: o reitor e o Conselho Universitário chamarem professores e funcionários, e conversarem, dialogarem, negociarem. Essa história de “ou dá ou desce” é do Brasil de Médici. Acabou.

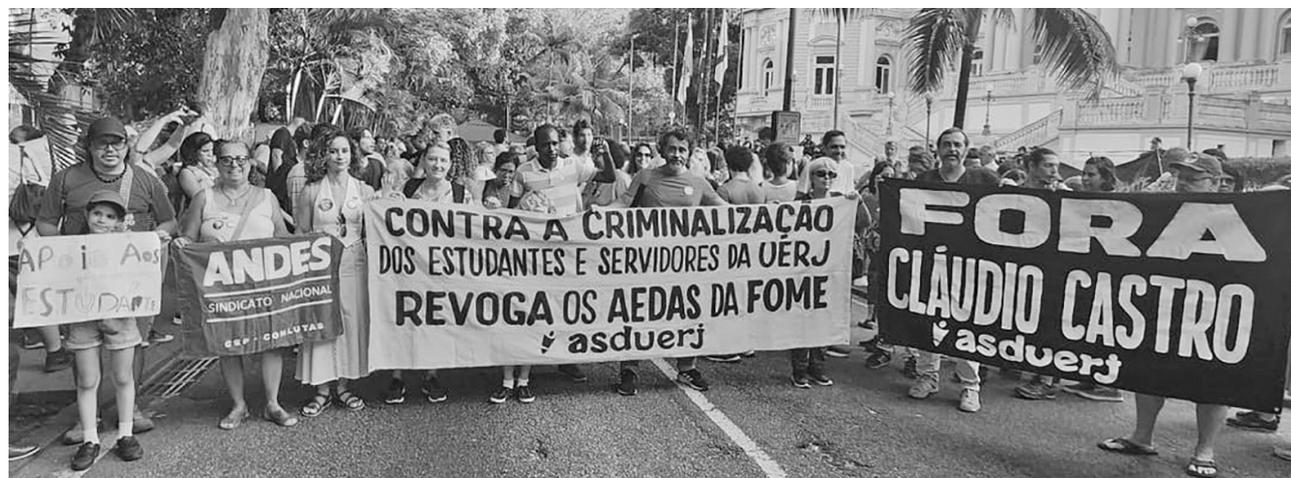
Poucos dias depois, no dia 7 de dezembro, o Jornal Última Hora voltava a falar da greve. Agora para noticiar a sua suspensão. A matéria também trazia uma foto da assembleia comunitária, que, desta vez, reunia cerca de 2 mil participantes.

Segundo o jornal, o governo aceitou negociar, indicando a possibilidade de um acordo satisfatório.

As assembleias comunitárias com poder de deliberar pela entrada e saída de greve permaneceram na Uerj até meados da década de 1990, quando a universidade chegou a ter alguns dos mais altos salários do país.

Em 2001, a vitoriosa greve que conquistou uma das últimas recomposições salariais por perdas inflacionárias para os docentes da Uerj culminou com um acampamento em frente ao Palácio Guanabara. A repercussão do seu desmonte na madrugada pela Polícia Militar forçou a negociação por parte do então governador Anthony Garotinho.

No início de 2024, os trabalhadores da Uerj voltaram ao Palácio Guanabara em unidade de ação com os servidores do estado, cobrando do governador Cláudio Castro, a duas últimas parcelas (não pagas) da recomposição salarial autorizada pela Lei nº 9.436 de 2021.



Ao longo de seus 45 anos, a Asduerj consolidou-se não apenas como um espaço sindical de lutas e conquistas para a carreira docente da Uerj, mas também como um polo irradiador de debates relevantes para a sociedade brasileira.

Desde a década de 1990, por meio de sua revista *Advir*, a Associação tem se destacado na vanguarda ao trazer para o centro do debate a luta contra as diversas formas de opressão, incluindo aquelas relacionadas à origem, gênero, orientação sexual, raça e etnia. No campo das questões de gênero, foram abordados temas como arte, sexualidade, maternidade, violência obstétrica e construção de identidades. Em relação ao racismo, os debates destacaram a luta pela abolição, reparação histórica, cotas e ações afirmativas.

Durante a pandemia de Covid-19, a Asduerj ampliou suas ferramentas de comunicação e adaptou-se ao contexto virtual, promovendo *lives* que discutiram, além de questões específicas da carreira docente, temas como o combate ao capacitismo.

Assim, alinhada às diretrizes do Grupo de Trabalho de Políticas de Classe para as Questões Étnico-raciais, de Gênero e Diversidade Sexual (GTPCEGDS) do ANDES-SN, a Asduerj reafirma seu papel pioneiro na construção de um espaço de diálogo e transformação social, contribuindo ativamente para a luta contra as opressões em suas múltiplas manifestações.

ASDUERJ E A LUTA CONTRA AS FORMAS DE ~ opressão

Mulheres de luta, mulheres em luta!





CLEIER MARCONIN

REPRESENTANTE DA ASDUERJ
Presidente da Asduerj
Professora da Faculdade de Serviço Social da UERJ



ALEXANDRA TSALLIS

DEBATEDORA
Psicóloga
Compõe o GT Mães Cientistas da UERJ
Coordenadora do Laboratório afeTAR/UERJ



LUCIANE SOARES

DEBATEDORA
Professora Associada Uenf II
Vice-presidente da ADUENF



TATIANNY ARAÚJO

DEBATEDORA
Servidora federal da Saúde
Mestranda da UERJ
Ativista da Rede de Assistentes Sociais Pelo Direito de Decidir e da Resistência Feminista



ROSINEIDE FREITAS

MEDIADORA
Professora do CAP-UERJ
II Vice-presidenta da Regional-RJ do ANDES-SN
Integrante do FEMNegras-RJ



asduerj

HOMENAGEM DA ASDUERJ AO

DIA INTERNACIONAL DA MULHER NEGRA LATINO-AMERICANA E CARIBENHA

HOMENAGEM DA ASDUERJ AO

DIA NACIONAL DE TEREZA DE BENGUELA

25 de julho

28 de setembro

Dia Latino-Americano e Caribenho pela

Descriminalização e Legalização do Aborto

DIGNIDADE

ANDES SINDICATO NACIONAL

PAZ SEM VOZ NÃO É PAZ, É MEDO.



A ASDUERJ SE SOLIDARIZA COM O POVO PALESTINO.

ANDES SINDICATO NACIONAL

asduerj



COM RACISMO NÃO HÁ

DEMOCRACIA

ANDES SINDICATO NACIONAL

asduerj

LANÇAMENTO NA UERJ

ANDES SINDICATO NACIONAL

CARTILHA DE COMBATE AO RACISMO

GTPOEGDS - Grupo de Trabalho de Políticas de Classe, questões Étnico-raciais, Gênero e Diversidade Sexual



asduerj

CARTILHA de COMBATE ao RACISMO

DEBATE A CENTRALIDADE DO COMBATE AO RACISMO EM TEMPOS DE RETROCESSO

27 NOV 18h UERJ (MARACANÃ)
11º ANDAR BLOCO F AUD111



timampánón (resistir)

19 de abril de 2021.
Justiça aos direitos originários
dos povos indígenas.
Por Terra, Educação e Saúde!



Aldeia Maracanã

21 de setembro
**Dia Nacional de Luta
da Pessoa com Deficiência**



ASDUERJ NA LUTA POR UMA SOCIEDADE ANTICAPACITISTA

Orgulho

*Asduerj pela diversidade:
qualquer maneira de amor valerá!*

28 DE JUNHO
DIA INTERNACIONAL DO
ORGULHO LGBTQI+



SEMINÁRIO ASDUERJ
**DEFICIÊNCIA
CAPACITISMO
ACESSIBILIDADE**
YOUTUBE.COM/ASDUERJ
FACEBOOK.COM/ASDUERJ
E INCLUSÃO

13
AGOSTO

13 HORAS - MESA 1
DEFICIÊNCIA, CAPACITISMO E DESAFIOS DO MOVIMENTO SOCIAL



PATRICIA LANGAME E PHILL ALVEZ
(Intérpretes de Libras)



FERNANDA SHCOLNIK
(Debatedora)
Professora do Instituto de Alienação
da Universidade do Estado
do Rio de Janeiro - CAP/UERJ



AMANDA MOREIRA
(Mediadora)
Diretora da Associação
de Docentes da Uerj -
Seção Sindical do
Andes-SN - Asduerj



LUIS CLÁUDIO FREITAS
(Debatedor)
Membro da Comissão de Diversidade e
Inclusão da Associação Nacional dos
Advogados Públicos Federais - Anafe e
Diretor da Associação de Deficientes Visuais
do Estado do Rio de Janeiro - Advcrj



PODE UMA PÓS-GRADUAÇÃO FAZER GREVE?

Amanda Moreira da Silva, Antonio Carlos Ritto, Deise Mancebo, Denise Barata, Emir Simão Sader, Estela Scheinvar, Esther Maria de Magalhães Arantes, Eveline Bertino Algebaile, Floriano José Godinho de Oliveira, Gaudêncio Frigotto, Katia Maria Teixeira Santorum, Luiz Antonio Saléh Amado, Marise Nogueira Ramos, Pablo Antonio Amadeo Gentili, Rafael Bastos Costa de Oliveira e Raquel Marques Villardi
Professores do Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas e Formação Humana

A decisão de suspender atividades, de fazer uma greve, sempre é acompanhada pela análise das rotinas consideradas excepcionais, por não poderem ser suspensas. Nessa discussão, os acordos coletivos acontecem em meio a controvérsias, discordâncias, hesitações e mudanças. Porém, historicamente, um tema tempermanecido intocado. Naturaliza-se uma sacralização da pós-graduação, sob o argumento de que – por ser rigidamente avaliada pela agência reguladora nacional (CAPES), que outorga maiores ou menores recursos em função dos resultados que os Programas alcançam – a pós não pode parar.

Trata-se de uma questão que merece ser revista e aprofundada. A não paralisação da pós-graduação, aceita pela maioria dos Programas, mascara uma adesão às métricas da CAPES por meio das quais se fortalece uma hierarquização entre os Programas, e entre os próprios pesquisadores, numa lógica perversa de produtividade que rompe os princípios coletivos, humanos e solidários que deveriam nortear tanto a produção do conhecimento quanto a formação de pessoas; uma lógica que produz efeitos por vezes devastadores sobre os modos de subjetivação e sobre a saúde dos diferentes agentes envolvidos, evidenciando questões que hoje estão no cerne das preocupações de muitos Programas.

Desde a sua implantação, o Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas e Formação Humana (PPFH) problematiza essa lógica e relativiza o alcance de seus resultados, de modo que nós, coletivamente, sempre optamos pela adesão e pela participação ativa nos movimentos da Universidade voltados à defesa das instituições públicas e dos direitos de seus trabalhadores.

Localizamos o primeiro registro de participação do Programa nos movimentos grevistas da Universidade no segundo semestre de 2008. O movimento tinha por reivindicação central a carreira, tanto dos docentes como dos técnicos, e recebemos do governo estadual uma resposta

no mínimo evasiva, que acabou por radicalizar a luta. Apesar de termos, na ocasião, apenas três anos de existência, decidimos por unanimidade, em reunião de colegiado, participar da greve com ocupação, ou seja, com comparecimento regular ao Programa para a organização e desenvolvimento de atividades que pudessem ser incluídas no calendário do movimento. Uma programação potente foi organizada, incluindo filmes, debates, um seminário e assembleias.

Em 2012, uma nova grande mobilização na UERJ contou com nossa participação ativa. A Universidade se encontrava em severo grau de abandono, a falta de professores chegava a mais de 50% em algumas unidades acadêmicas, as recorrentes perdas salariais impediam a devida dedicação ao trabalho, além de sermos, naquela altura, a única Universidade pública do país que não contava com o regime de trabalho de dedicação exclusiva. Sem informações claras e convincentes da administração central da UERJ, os sindicatos convocavam trabalhadores(as) e os(as) estudantes também se reuniam para construir estratégias de valorização e respeito à institucionalidade de um patrimônio público de alto reconhecimento acadêmico e comprometido com movimentos sociais. Sem encontrar diálogos e caminhos de negociação, foi decretada uma greve.

A assembleia docente entendeu que não havia condições de manter as rotinas, sendo necessário organizar de forma sistemática as lutas com ampla participação, fortalecendo um movimento que tornasse público o que vivíamos, para pressionar o grupo político que então ocupava o governo do Estado. Assim, nosso colegiado determinou a suspensão de todas as atividades regulares e, com uma profunda e inusitada discussão, levamos à assembleia docente a nossa deliberação: se podíamos suspender atividades da graduação, atingindo maior número de estudantes que os inscritos nas pós-graduações, se retardávamos a conquista do primeiro diploma de nível superior

de milhares de estudantes, tínhamos que acompanhar essa posição na pós-graduação.

Assim como na graduação, ressalvas foram feitas. Se na graduação a colação de grau não foi interrompida (pelo menos em muitas unidades acadêmicas), na pós-graduação, defesas de dissertações e teses seriam mantidas como atividades de greve. Suspendemos as aulas e os trabalhos da secretaria que não fossem entendidos como urgentes. Porém, não queríamos uma “greve de pijama”. Inspirados nas táticas de greve de nossas unidades (já que a pós-graduação interdisciplinar reúne professores de diversas unidades), desenhamos atividades que fortalecessem o movimento, convocando as equipes de trabalho a se mobilizarem. Organizamos coletivamente um seminário, aberto à comunidade, que reunia estudantes e docentes interessados, tendo como tema o movimento que atravessávamos.

Mais uma vez, em 2017, a UERJ se viu em meio a mobilizações de trabalhadores e estudantes, para ter condições de garantir sua produção, como Universidade pública de referência. Porém, 2017 foi um marco pela violência das condições de trabalho, de vida, de luta: o estado do Rio de Janeiro, financeiramente quebrado, chegou ao extremo de deixar-nos quatromeses sem salário, bem como sem o décimo-terceiro salário. Mais uma vez, o colegiado do PPFH decidiu participar ativamente da greve e de suas atividades. Estivemos juntos em movimentos, lutas, passeatas, fomos perseguidos pelas ruas engolindo muito gás tóxico, vimos a polícia adentrar o espaço autônomo da Universidade e entendemos que nosso compromisso com as lutas por garantir o que definimos como “uma Universidade pública, gratuita e socialmente referenciada” precedia qualquer avaliação institucional.

Naquela oportunidade, nossa paralisação foi total. Suspendemos as aulas, as atividades de secretaria, a emissão de documentos e a maioria das defesas. Todas as atividades que poderiam se configurar como caráter extraordinário eram levadas para deliberação do Colegiado do Programa. Mantivemos as portas abertas e instalamos um Colegiado permanente e aberto, como uma assembleia comunitária, que semanalmente avaliava e deliberava sobre nossas práticas no movimento grevista. Organizamos, novamente de forma coletiva, outro seminário aberto à comunidade, sem caráter disciplinar, reunindo estudantes e docentes interessados, tendo como tema o movimento que atravessávamos.

Em todas essas circunstâncias, temíamos, é claro, o resultado da próxima avaliação da CAPES, mas também entendíamos que deveríamos nos pautar pelo entendimento de que a UERJ era — e sempre será — maior que o prestígio e até mesmo que a sobrevivência de um Programa.

Contrariamente à ideia de que participar de movimentos seria paralisar nosso trabalho, podemos afirmar que nosso compromisso com as lutas reverberou positivamente. A força dos movimentos sucessivos, desde nossa primeira participação até os dias atuais, rendeu muita potência à nossa produção: artigos continuaram sendo escritos, discussões coletivas em atividades de greve deram suporte a muitas pesquisas, o retorno das greves nos colocava frente ao compromisso de redobrar os esforços para dar densidade ao nosso trabalho atualizá-lo, os contatos com outras equipes nacionais e internacionais foram considerados atividades essenciais e tiveram continuidade.

A despeito de discussões internas com colegas de outros cursos de pós-graduação, que consideravam ameaçador ou inviável aderir às greves e buscavam nos persuadir (e até constranger) para que voltássemos às rotinas da pós-graduação, a resistência da nossa Universidade foi a nossa resistência. Assim, durante esses períodos, nossas conquistas, mesmo que limitadas, tornaram-se fundamentais para termos condições mínimas de dar sustentação ao nosso trabalho, de modo que, em 2013, deixamos o conceito 5 com que inauguramos o curso e alcançamos o conceito 6e, em 2021, atingimos o conceito máximo — 7.

Mesmo com as sucessivas interrupções na dinâmica de nosso trabalho, que determinaram a necessidade de ampliação de muitos prazos, nossa experiência revela que assumir nosso papel na luta por melhores condições de trabalho na Universidade foi fator integrador, que mobilizou, aproximou e intensificou nossa reflexão e, conseqüentemente, nossa produção acadêmica.

Nosso percurso por entre as delicadas tramas que envolvem o fazer em uma pós-graduação e, mais ainda, envolvendo o processo de avaliação e conceituação por uma agência governamental, reafirma para nós uma certeza: uma Universidade pública e de qualidade, seja na graduação ou na pós, não pode prescindir do engajamento político ativo de seus agentes.

A RECOMPOSIÇÃO INFLACIONÁRIA DO FUNCIONALISMO FLUMINENSE COMO PONTA DO ICEBERG NO MAR REVOLTO DAS INTERPRETAÇÕES ACERCA DA GUERRA FISCAL FEDERATIVA

MANIFESTO DOS SERVIDORES DO PODER
EXECUTIVO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

O presente texto tem o objetivo de contextualizar, a nível nacional e a nível estadual, todos os – não tão recentes – percalços pelos quais tem passado o conjunto do funcionalismo público estadual, especialmente aqueles servidores do poder executivo, estadual. Nos pareceu plausível uma breve contextualização do conjunto de reformas que consideramos, frontal, quando se trata do desmonte e/ou desestruturação como de política de Estado colocada em prática e direcionada contra os direitos adquiridos e a seguridade social dos servidores públicos, por isso mesmo um número considerável de emendas constitucionais projetadas nessa perspectiva e no texto que segue.

De 2016 até o momento, o saldo para o Estado brasileiro e seus trabalhadores e trabalhadoras é devastador e desesperador, ao menos se tomada a perspectiva do desenvolvimento social e as possibilidade de efetivação de políticas sociais. A origem desse processo data de uma crise política maliciosamente fabricada pela grande mídia e por outros segmentos da elite do país, cujas manifestações de 2013 teriam sido uma espécie de revolução colorida, uma crise conjuntural amplificada de diferentes maneiras e em diferentes direções pelos segmentos da elite econômica do país. Essa crise política fabricada acabou se desdobrando em crise econômica acentuada, até que as pressões do *establishment* à inflexão da política econômica na direção de mais um conjunto de reformas estruturais do Estado foi colocado em prática a partir do ano de 2016, imediatamente após o impeachment que destituiu a então Presidenta Dilma Rousseff.

Vale listar algumas leis, reformas e outras medidas deste período:

1. Teto de Gastos [Emenda Constitucional 95/2016];
2. Lei das Terceirizações [Lei nº 13.429, de 31 de março de 2017];
3. Reforma Trabalhista [Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017];
4. Quebra da Regra de Ouro do Funcionalismo público (redução salarial) [PEC 438/2018];
5. Reforma da Previdência [Emenda Constitucional 103/2019];
6. Reforma Tributária [PEC 45/2019 e PEC110/2019 e Emenda Constitucional 132/2023];
7. Plano Mansueto ou Plano de Equilíbrio Fiscal (PLC 149/2019);
8. Plano Mais Brasil [PEC 186/20, PEC 187/20 e PEC 188/2020];
9. Reforma Administrativa [PEC 32/2020].

A Emenda Constitucional 95 (de 15 de dezembro de 2016) estabeleceu um “teto de gastos” ao Orçamento Primário da União, incidindo, portanto, sobre as despesas primárias num período de 20 anos, mas liberando, automaticamente, o pagamento da dívida pública aos credores (bancos). O orçamento primário da união, vale dizer, é aquele que incide sobre setores importantes da economia (saúde, educação e segurança entre eles), e geralmente é compreendido como “gasto” e não como “investimento”. O trabalho intermitente e toda sorte de precarização do trabalho foram assimilados pela sociedade brasileira após

a entrada em vigor da lei das terceirizações, uma nova paisagem urbana foi criada nas principais metrópoles brasileiras: jovens entregadores de aplicativos, com caixas nas costas e olhos voltados para o telefone. Nos familiarizarmos com os trabalhadores por aplicativos ou com o novo precariado que o conjunto de reformas contribuiu para criar. A lei das terceirizações contribuiu para flexibilização das atividades fins, protegidas pela antiga CLT concebida por Getúlio Vargas na década de 1940, abrindo ainda mais caminho para a quebra do regime jurídico único dos servidores públicos, mas, também, para o desmantelamento de serviços públicos e das políticas públicas, opção muito cara ao conjunto de toda a sociedade. A Reforma Trabalhista nos colocou diante de uma nova categorização da classe trabalhadora brasileira, a da “empregabilidade” – que absorve o ideário e o ofício do empreendedor – e que se difundiu e avançou sobre o ideário daquele que trabalha e tem seus direitos garantidos. A Reforma da Previdência praticamente ceifou o regime de seguridade social (aposentadorias e pensões) dos trabalhadores e trabalhadoras do país.

Mansueto deixa o governo em 14/6/2020 e vai para o BTG (Banco de Guedes)

O Plano Mansueto ou Plano de Equilíbrio Fiscal, idealizado pelo ex-secretário especial do Tesouro Nacional, o fiscalista Mansueto de Almeida, acabou sendo transformado com a deflagração da crise sanitária, quando um substitutivo proposto pelo então deputado federal, Pedro Paulo, jogou no limbo a lógica do Plano de Equilíbrio Fiscal (PEF) proposto por Mansueto. A ideia original do plano Mansueto era a de inverter a lógica do Regime de Recuperação Fiscal proposto por Temer em 2017, quando a União socorria, imediatamente, estados e municípios e só posteriormente cobrava as contrapartidas. A ideia de Mansueto era a de que municípios e estados interessados só tivessem acesso as novas operações de crédito garantidas pelo Tesouro Nacional se comprovassem a execução de pelo menos três de oito ações listadas no artigo 2º do PLP 149, e que incluíam privatizações, teto de gastos, reformas contábeis e redução de benefícios fiscais. Ou seja: primeiro, prefeitos e governadores teriam que colocar em prática pa-



cotes de austeridade, e só depois conseguiriam a renegociação de dívidas e acesso a crédito garantido pela União. Mas como dissemos, o que acabou entrando em vigor foi o Programa Emergencial de Apoio a Estados e Municípios no Combate ao Coronavírus. Estava então lançada a guerra fiscal federativa, ilustrada pelo descompasso entre as ações do governo federal e as ações dos estados e municípios.

Outra tentativa, em parte malograda, veio diretamente de Paulo Guedes, ao propor o “Plano Mais Brasil”, que também visava aprofundar ainda mais o conjunto de reformas iniciadas em 2016, retirando ainda mais direitos dos trabalhadores e prejudicando o serviço público. A PEC 186/2020 (Emergencial) possibilitaria a redução drástica dos salários e jornadas dos servidores públicos; bloquearia as progressões de carreira e suspenderia os concursos públicos. A PEC 187/2020 (Fundos Públicos) previa a extinção de 248 fundos públicos não constitucionais, entre eles o Fundeb (Fundo da Educação Básica), responsável pelo pagamento dos salários de grande parte dos professores da educação básica do país; transferiria recursos

públicos dos fundos para amortização da dívida pública do ente federado. A PEC 188/2020 (Pacto Federativo) estenderia o teto dos gastos (Emenda 95) para estados e municípios; redirecionaria e desobrigaria os recursos orçamentários da saúde e da educação; retiraria os servidores inativos da folha de pessoal; repassaria integralmente os salários-educação para estados e municípios e possibilitaria a extinção de 23% dos atuais municípios do país. A PEC 438/18 propôs, ainda antes do pacote de Guedes, que o saldo das despesas obrigatórias fosse destinado ao pagamento da dívida pública.

Bruno Funchal assumiu o cargo em julho de 2020 e pediu para sair em outubro de 2021

Em síntese, o Plano de Equilíbrio Fiscal ou Plano Mansueto, estabeleceria novo regime de empréstimos para os entes federados, desde que estes desenvolvessem contrapartidas esperadas pela nova concepção de Estado Fiscal, tais como:

- a) a autorização para privatização de empresas estatais locais;
- b) a redução dos benefícios tributários em 10% no primeiro exercício subsequente ao da assinatura do plano e suspensão das concessões de novos benefícios tributários durante o programa;
- c) a revisão do regime jurídico único dos servidores;
- d) a adoção e/ou ampliação do teto de gastos;
- e) a eliminação das vinculações de receitas de impostos não previstas na Constituição;
- f) a implementação de mecanismos de gestão financeira centralizada junto ao Tesouro do Poder Executivo;
- g) a adoção de medidas voltadas à prestação de serviço de gás canalizado;
- h) a desestatização do seu serviço de saneamento e contratação no modelo de concessão.

Não precisamos dizer que esse conjunto de reformas atingiu e continua atingindo, diretamente, os estados e os municípios da federação, assim como suas respectivas administrações públicas, naquilo que abarca seus processos de ordenamento, planejamento e gestão dos recursos

públicos e dos territórios, incluídas aí todas as limitações orçamentárias nos planos plurianuais e nas leis orçamentárias das casas legislativas provocados pela guerra fiscal. A PEC do pacto federativo, se aprovada, propunha que, a partir de 2026, a União ficaria proibida de socorrer entes em crise financeira e só poderia dar garantias às operações de estados e municípios com os organismos internacionais.

A despeito de alguns destes remédios amargos – expressão imortalizada pelo ex-presidente Michel Temer – terem malogrado ou ficado pelo caminho depois da deflagração da Crise Sanitária; e outros avançarem, respaldados pelo quadro de polarização política do país, o fato é que no estado do Rio de Janeiro (puxado pelo duradouro ciclo de grandes eventos consolidado no município do Rio) esse conjunto de reformas avançou com mais intensidade e profundidade a partir de 17 de junho de 2016, quando o governador em exercício, Francisco Dornelles, decreta Estado de Calamidade Pública no âmbito da Administração financeira do estado do Rio de Janeiro. Destaca-se, contudo, uma singularidade naquilo que se refere as finanças do estado do Rio de Janeiro, o fato de que antes mesmo da crise sanitária, já vivíamos o Estado de Calamidade Pública Financeira, que só veio a se agudizar com a crise sanitária. Os anos de 2015, 2016 e 2017 foram decisivos não só para a cidade e para o estado do Rio, mas para os arremedos do pacto federativo que foram sendo implementados pela União, ao tentar disciplinar as finanças públicas dos demais entes federativos, através de um novo arcabouço fiscal.

Antes da crise sanitária, contudo, cabe destacar que o decreto do então governador, Francisco Dornelles, repercutiu no âmbito da articulação política da nação e fez emergir demandas da mesma natureza de outros estados da federação, já que, num contexto estadual fluminense marcado por atrasos e ameaças de corte no pagamento de salários dos servidores estaduais, diante do quadro de falência da saúde pública e da crise instaurada na segurança pública e em outros setores não menos importantes como o da educação e do transporte, o executivo estadual recebeu aporte de R\$ 2,9 bilhões por parte do governo federal (através de Medida Provisória, de junho de 2016). Neste momento explode, então, a crise financeira no âmbito

dos governos estaduais, e, conseqüentemente, de sua articulação enquanto entes federativos. Estava então escancarado para o conjunto da nação o esgarçamento do antigo pacto federativo. É daí que emerge a ideia do Regime de Recuperação Fiscal e de todo receituário a posteriori, para lidar com a crise financeira nos estados, com o estado do Rio de Janeiro sendo pioneiro (Lei Complementar 157/2017 [1º Regime de Recuperação Fiscal] e Lei Complementar 178/2021 [2º Regime de Recuperação Fiscal]) neste processo. Todavia, é importante, ainda a título de contextualização, nos reportarmos ao ciclo de investimentos que antecede a crise sanitária.

O ciclo dos grandes eventos sediados na cidade do Rio e a agudização da crise do estado

A transformação do Rio de Janeiro em “cidade dos megaeventos esportivos” tem uma história e uma origem, o ano de 1995, data do primeiro Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro, plano que visava a candidatura da cidade a sediar as olimpíadas de 2004. A recuperação dessa história oferece elementos importantes para se compreender como, num contexto de muitas disputas e conflitos, diferentes forças políticas e econômicas convergiram para a consolidação de uma nova coalizão de poder e uma nova hegemonia, fundadas no consenso em torno do planejamento competitivo, do urbanismo acupuntural, de concepções autoritárias de ordem urbana e, sobretudo, de novas formas de relação entre Estado e Capital, que se atualizam nas chamadas operações urbanas consorciadas e nas já conhecidas parcerias público-privadas que instauram uma verdadeira ‘democracia direta do capital’, tendo a cidade do Rio de Janeiro e o próprio estado como grande palanque e como bode expiatório do conjunto destas transformações.

Estas iniciativas, produto da articulação entre níveis e entes administrativos (município, estado e união), ilustram a transecularidade das intensões e dos projetos de cidade em curso no país, que, talvez, tenham no Rio de Janeiro, o modelo mais aperfeiçoado e acabado do que se poderia denominar de “urbanismo de oportunidades”, onde a produção do ambiente construído constitui um importante veículo de valorização. E foi assim que

o estado do Rio se des(organizou) financeiramente para receber o ciclo de grandes eventos internacionais (Jogos Pan-americanos, em 2007; Jogos Mundiais Militares, em 2011; Jornada Mundial da Juventude, em 2013; Copa das Confederações, ainda em 2013; Copa do Mundo, em 2014 e, finalmente, Olimpíadas, em 2016).

Os principais efeitos financeiros relacionados a estes grandes eventos, na cidade do Rio, tem a ver com investimentos e mudanças no sistema de transporte municipal, a concentração de investimento público nas áreas mais ricas da cidade, a privatização de áreas públicas e comuns, a violenta remoção de dezenas de milhares de pessoas residentes em assentamentos populares e a intensificação, numa escala sem precedentes, do processo de expulsão dos pobres para áreas periféricas, sem empregos ou serviços adequados. É neste prisma que o território da cidade e do estado se (des)organiza, estando aí incluída a reestruturação dos diferentes segmentos do crime organizado que operam no estado do Rio de Janeiro, gerando um processo aprofundado de interiorização deste último.

O campo institucional – aquele onde são disputados o conteúdo dos planos, das leis urbanísticas, das estruturas e medidas administrativas, tem sido apropriado por esta nova coalizão de poder, voltada à criação de exceções que visam atender demandas de promotores de grandes eventos e de atores específicos. Todos os insumos indicam que os grandes projetos são impostos aos planos e ao planejamento como condições externas que promovem ajustes nos planos diretores municipais e nas leis de uso e ocupação do solo. Em síntese, o planejamento estratégico acabou por se sobrepor ao planejamento público, a perspectiva fiscalista se impôs diante da perspectiva desenvolvimentista. Para a implementação dos megaeventos recentes, a legislação, os planos e as prioridades de investimentos foram alterados ou ignorados para atender interesses apresentados como estruturais, quando na verdade esses interesses se mostram mais provincianos do que sugere seu discurso e justificação. Basta revisitar, a título de exemplos, o grande número de decretos oriundos do poder executivo que nem ao menos passaram pela Alerj durante o ciclo destes grandes eventos, contribuindo para o aumento exponencial da dí-

vida pública do estado como um todo. Mas esse problema vem de longe.

Forjando o compromisso com o serviço público do estado do Rio de Janeiro: pela recomposição, já! Mas não só, precisamos de dignidade, respeito e manutenção dos direitos adquiridos!

O histórico da questão fiscal: o que caberia a um novo pacto federativo?

Como esse é um texto que tem a pretensão de contextualizar, em forma de manifesto, aquilo que sofrem os servidores públicos de todo o país, e, especialmente, os servidores públicos do poder executivo fluminense, trazemos o debate atual que permeia os bastidores das diferentes secretarias de fazenda dos diferentes entes federativos, cada qual considerando suas respectivas singularidades a partir do estabelecimento de diferentes critérios, variáveis, cenários, e, das situações histórica, econômica e política. Mas em que pese as diferenças, particularidades e singularidades de cada ente federado, o arcabouço fiscal tem se mostrado, extremamente limitado, polêmico e contraditório, e muito disso tem ido parar na justiça, que tem feito trabalho de mediação entre os entes.

A polêmica de fundo remonta às contradições criadas pelo processo de redemocratização do país, e traz para o centro do debate concepções distintas acerca do trato que se deve dar à questão fiscal, por um lado, e à questão do desenvolvimento, por outro. Um grande equívoco separá-los, posto que uma se alimenta e se desdobra na outra. Para termos desenvolvimento, precisamos de equilíbrio fiscal, e para termos equilíbrio fiscal, a saída é a promoção do desenvolvimento econômico e social.

Ainda neste prisma, a constituição de 1988 representou, por um lado, o ponto de convergência e/ou chegada entre lutas e demandas sociais acumuladas e restringidas durante os 21 anos de regime militar, quando houve centralização de recursos na esfera da União (a criação do Banco Central do Brasil se deu em dezembro de 1964). O pacto liberal referente as eleições de 1989, por outro lado, forjou aquilo que viria a ser o desenho fiscal que sustentaria o equilíbrio regional

e os rumos do desenvolvimento do país daí por diante. Mais tarde, já em 2000, será criada a Lei Complementar 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal). Desde a sua criação e posteriores aperfeiçoamentos, os impasses entre concepções fiscalistas (mais voltadas ao equilíbrio fiscal) e desenvolvimentistas (mais voltadas a promoção de políticas de Estado e políticas públicas) tem gerado mais polêmicas do que soluções. Isso explica em grande medida as diferentes concepções que permeiam diferentes discursos dentro das secretarias de fazenda de diferentes entes federados, além de ressaltar a necessidade de um novo pacto federativo que substitua a herança conservadora e concentradora de recursos na União, da época da ditadura militar; mas também tem colocado em evidência o descontrole no que tange aos investimentos públicos realizados a partir de políticas de Estado e de políticas públicas (chamado pelos fiscalistas, de gastos). Ou seja, se trata de uma queda de braço sobre o controle e sobre os rumos da economia e do desenvolvimento do país. É um debate que, sem margem a dúvidas, deveria ser trazido para o conjunto da sociedade brasileira. A importância do serviço público e de seus trabalhadores e trabalhadoras precisam ser colocados para o conjunto da sociedade. Precisamos, juntos, desmistificar a ideia de que somos nós, servidores públicos, os grandes culpados pela crise fiscal, e também a ideia de que somos caros, de que não cabemos no orçamento das secretarias de fazenda de todo o Brasil, argumento ultrapassado e muito conservador.

Já são sete anos de Regime de Recuperação e o debate agora é o de que somente com os ajustes não conseguiremos equacionar o problema fiscal, que se desdobra no esgarçamento do antigo pacto federativo e na ampliação das desigualdades regionais. Além das disparidades regionais, a diretora da Instituição Fiscal Independente (IFI) do Senado Federal, Vilma Pinto, diz que é necessário avaliar o impacto do ponto de vista de custo para a União e de impacto para as finanças dos estados, ou seja, será preciso mais diálogo entre os entes federativos. O ministério da Fazenda tem buscado reformular o arcabouço fiscal e criar incentivos para reestruturação das contas públicas dos entes federados (estados e municípios), mas o papel dos servidores e dos serviços públicos seguem sendo escamoteados.

A maior parte das dívidas estaduais, contudo, tem origem na década de 1990, durante a implementação do Plano Real. Os estados, que recorriam a organismos internacionais e emitiam títulos de seus bancos públicos para se financiar (a exemplo do antigo Banerj), não foram capazes de honrar seus compromissos. O governo federal assumiu e refinanciou a dívida, e a maior parte dos bancos estaduais foi extinta e/ou privatizada, nascia aquilo que convenciamos chamar de Pacto federativo, este, contudo, forjado na Nova República, pós processo de redemocratização. Mas o que mudou de lá para cá?

**O que está sendo debatido, de fato?
Por que precisamos de um olhar mais sensível com o funcionalismo público do estado do Rio de Janeiro?**

Estados como São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Goiás e Rio Grande do Sul concentram a maior parte da dívida com a União. Dos estados listados, apenas São Paulo não solicitou adesão ao RRF, que completa sete anos no próximo domingo (19/5/24). O regime foi criado para auxiliar entes mais endividados a sair da situação de penúria, mas o que tem ocorrido é exatamente o oposto, estados endividados tem produzido dívidas que são insolventes. A regra geral atual prevê correção da dívida por IPCA + 4% ou Taxa Selic, o que for menor. Os estados classificam o parâmetro como abusivo. Mas eles tem feito o dever de casa? Quando um estado deixa de pagar a dívida com a União ou os débitos com garantias federais, o Ministério da Fazenda pode executar contragarantias, como suspensão de repasses. Mas, nos últimos anos, decisões do Supremo Tribunal Federal (STF) impediram que isso fosse feito em relação a vários estados em dificuldades. De todo modo, quem tem amargado medidas austeras são os servidores públicos, com achatamento de salários, retirada de direitos adquiridos e com pouca participação no debate da questão junto aos órgãos de controle e gestão.

Crise sanitária e espoliação do ICMS dos estados: presságios da crise da dívida

A situação do estado do Rio de Janeiro, como já trazida nestes manifesto, se agudizou por conta dos

gastos realizados com o ciclo de grandes eventos, mas também devido a polarização política e a crise sanitária provocada pela Covid 19, que recrudesceu no país em 2020. Já estávamos, portanto, vivenciando situação de calamidade pública antes mesmo da deflagração da crise sanitária. O período que compreende os anos de 2015, 2016 e 2017 foram decisivos para que as contas públicas se (des)organizassem de vez, então submetidas ao denso e complexo arcabouço fiscal aperfeiçoado pelos diferentes governos, e que privilegiou saídas de ajustes fiscais sem contrapartidas a partir do desenvolvimento.

Os efeitos do regime fiscal extraordinário da covid-19, quando ficaram vedadas até 31 de dezembro de 2022 a concessão “a qualquer título, vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a membros de Poder ou de órgão, servidores e empregados públicos e militares, exceto quando derivado de sentença judicial transitada em julgado ou de determinação legal anterior à calamidade pública”, conforme disciplinou a Lei Complementar 173/2020, ainda se verificam, dado que as demandas de categorias represadas do período, experimentaram acordos de escalonamentos de reajustes para reposição de inflação dos exercícios envolvidos e anteriores. Aqui estão represados direitos adquiridos e a recomposição salarial dos servidores públicos, daqueles que são do estado do Rio de Janeiro, mas também daqueles servidores de outras esferas e estados do país. No caso do Rio, foram espoliados direitos previdenciários, triênios, entre muitos outros, retirados dos servidores na ocasião dos chamados pacotes de maldades, trazidos pelo governo estadual, a exemplo do Primeiro Regime de Recuperação Fiscal (Lei Complementar 157/2017) e do Segundo Regime de Recuperação Fiscal (Lei Complementar 178/2021), ambas aprovadas na esfera estadual.

A aprovação da Lei Complementar 192/2022 e da Lei Complementar 194/2022 ambas a nível federal, também impuseram severas perdas para os estados e municípios brasileiros, promovendo reduções estruturais nos orçamentos estaduais e municipais retirando, por exercício fiscal, aproximadamente R\$ 100 bilhões de arrecadação de ICMS. Recursos fundamentais que hoje desfalcam a manutenção de serviços públicos essenciais prestados à população, como saúde, educação,

transporte, segurança, habitação, entre outros.

Durante a tramitação do projeto que originou a LC 194/2024, o Comsefaz e vários especialistas alertaram que a mudança representava uma ameaça à autonomia federativa em relação à gestão de recursos. Estava evidente a impossibilidade de equilibrar os orçamentos estaduais com a latente contradição entre o aumento das despesas e os constantes cortes de receitas. Editados na atmosfera das eleições presidenciais de 2022, os PLC 192 e PLC 194, retiraram recursos para a prestação de serviços à população mais vulnerável sob o pretexto de folga financeira dos estados no primeiro semestre de 2022, cenário manifestamente transitório inflado pelo comportamento de *commodities* durante o do conflito da Ucrânia.

A despeito de todas as medidas implementadas acima, a realidade batia a nossa porta, explicitada pela elevação de despesas com pessoal, na casa de 58,3% da despesa corrente do primeiro semestre de 2023. Dos 27 entes federativos, em 13 a alta real no gasto com pessoal ultrapassou os 10%.

Naquilo que diz respeito as saídas desta crise fiscal federativa, e a crise singular vivenciada pelo estado do Rio de Janeiro, há a proposta de Juros por Educação do governo federal, que busca vincular a redução dos juros da dívida, demanda dos estados, a investimentos em ensino técnico profissionalizante. Diante da tragédia provocada pelas chuvas no Rio Grande do Sul, há o entendimento de que o novo modelo deve considerar também “válvulas de escape” para emergências ligadas ao clima ou a questões de saúde, como a Covid-19. É preciso melhorar a teia de incentivos para o pagamento da dívida dos estados, de modo a privilegiar a responsabilidade fiscal, mas também as contrapartidas trazidas pelo desenvolvimento, visando evitar os processos de judicialização, como tem sido de praxe. Sempre que as contradições se acirram, como sanções e travas do regime, os estados entram no STF, que tem jurisprudência consolidada a favor deles, e assim as dívidas são catapultadas para frente.

Outro agravante aos orçamentos estaduais é a queda no repasse do Fundo de Participação dos

Estados (FPE), derivada de reduções nas arrecadações do Imposto de Renda (IR) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), tributos que irrigam esse fundo, antes das mudanças implementadas pela reforma tributária, que mudará as regras naquilo que tange a arrecadação e distribuição dos recursos. A redução do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ) decorre, especialmente, das condições inabituais no cenário internacional em 2022, que gerou arrecadação atípica do imposto sobre setores ligados à exploração e refino de petróleo e de minérios, além da influência da taxa de câmbio estipulada pelo Banco Central. Já o IPI sofre com os impactos da redução em 35% a alíquota realizada ano passado pelo Governo Federal, com a edição do Decreto 11.158/2022. Para os estados sem passivo substancial, a proposta não seria tão vantajosa. Os estados do Nordeste sugerem uma possível participação maior no Fundo de Participação dos Estados (FPE) ou um prazo maior para o pagamento de precatórios (dívidas judiciais para as quais não cabe mais recurso). A redução do IRPJ frustra diretamente o financiamento de projetos públicos, o fomento e desenvolvimento social, assim como o aprimoramento de setores como os de transporte, saúde, educação, segurança, entre outros.

Diante do exposto neste manifesto, os servidores públicos do poder executivo conclamam os parlamentares presentes neste evento a assunção do problema da crise fiscal federativa, assim como a assunção de compromissos com o serviço público do estado do Rio de Janeiro e com seus servidores e servidoras. Os servidores não podem ser os únicos a pagar pela crise fiscal federativa. Os serviços públicos são estruturantes da sociedade, e, portanto, do desenvolvimento do país e de suas principais metrópoles e regiões. Precisamos participar concretamente deste debate e do que isso significa para o conjunto da sociedade. Queremos e merecemos nossa recomposição salarial, mas precisamos de muito, muito mais, para que a dignidade de trabalhadores e trabalhadoras seja reestabelecida.

Rio de Janeiro, 16 de maio de 2024

